

FEVEREIRO/91 - Nº 512 - ANO 47 - Cr\$ 550,00

a granja

A REVISTA
DO LÍDER RURAL

SAIBA TUDO
SOBRE GRAMÍNEAS

OS CAMINHOS DA AGRICULTURA EM 91

Mesa-redonda

com os pesos-pesados do
agribusiness brasileiro

Para o corte de arbustos, grama de canteiros, ruas, pátios e estradas em terrenos cheios de aclives e declives não existe ferramenta mais adequada do que uma Roçadeira FS 86 da Stihl. É o equipamento ideal para uso em condomínios, clubes, parques, praças, residências, sítios e empresas, pois faz o serviço geral e também dá o acabamento. Basta trocar o acessório de corte conforme a necessidade.

Vá até um revendedor Stihl e peça uma demonstração.

Você vai ver que com uma FS 86 é possível fazer todo o serviço no jardim.

E ainda sobra tempo para o chá das cinco.

TECNOLOGIA ALEMÃ PARA BRASILEIRO TER JARDIM INGLÊS.



POLYMATIC 2 • FACA 3 PONTAS • FACA 4 PONTAS • SERRA CIRCULAR STANDARD • SERRA CIRCULAR ESPECIAL

ANDREAS STIHL MOTO-SERRAS LTDA. Fábrica: Av. São Borja, 3000 - Fone (0512) 92.5544 - São Leopoldo, RS - CEP 93030

STIHL®

Nº1 no mundo.

Sem parceiros não teremos pesquisa

O carioca Murilo Xavier Flores, com 33 anos de idade, é formado em agronomia e mestre em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa, de Minas Gerais. Antes mesmo de completar o seu primeiro ano como presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa, já é o coordenador do Serviço de Extensão Rural Brasileiro.

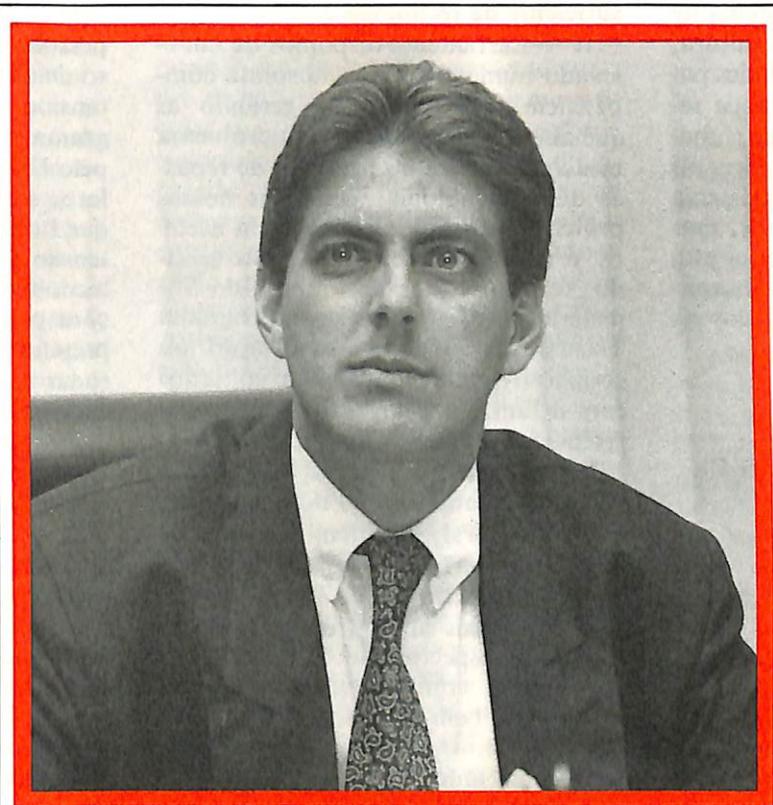
Quando pesquisador, Murilo chefiou o Centro Nacional de Pesquisa de Defesa da Agricultura, oportunidade em que sempre defendeu a modernidade na área agrícola. Além disso, teve ainda, como bandeira, a competitividade e, acima de tudo, um real planejamento na busca constante da redução dos riscos para uma maior preservação do meio ambiente.

Enfrentando com otimismo os desafios do desenvolvimento agrícola, nesta entrevista exclusiva que Mu-

riilo concedeu à revista *A Granja*, na sede da Embrapa, em Brasília, faz um balanço das atividades da entidade e quais as perspectivas da pesquisa agropecuária. Os problemas de ordem estrutural que enfrenta, calcados no passado, não correspondem à realidade atual, somados a uma carência de recursos às pesquisas.

E uma das saídas para contornar este grave entrave no desenvolvimento dos trabalhos seria a entrada de grupos sólidos

de ordem econômica, garante Murilo. Questionado se este posicionamento não poderia levar a uma dependência deste capital e, com isso, um comprometimento, desviando a função social da Embrapa, ele é categórico: “Como ainda não é permitida a entrada de novos recursos à pesquisa, que não sejam oriundos do Tesouro Nacional, isto certamente poderá levar ao caminho da falência”.



Murilo Xavier Flores, Presidente da Embrapa e Coordenador do Serviço de Extensão Rural Brasileira

A Granja — Qual a situação da pesquisa agropecuária neste conturbado e decisivo momento em que se estabelece uma lei agrícola para o país?

Murilo Xavier Flores — A posição atual da pesquisa agrícola nacional transcende a lei agrícola, uma vez que enfrenta problemas estruturais, principalmente porque todo o sistema mon-

tado no passado não se adequa a realidade de hoje. A Embrapa tem uma estrutura de empresa de direito privado que não permitia, e ainda não permite, a flexibilidade necessária para trazer à pesquisa outros recursos que não sejam do Tesouro Nacional, e isto certamente levaria ao caminho da falência. É preciso mudar a configuração jurídica,

onde seja possível buscar órgãos financiadores e, principalmente, a participação do setor privado, fazendo novos parceiros no financiamento de projetos de pesquisa.

P — Não há o risco desta parceria gerar a subordinação da Embrapa a grupos econômicos fortes, em detrimento do papel social de instituição?

R — Esta é uma questão que vem sendo bastante discutida. Certamente que um grupo privado irá alocar recursos para a geração de tecnologia na área onde estão seus investimentos. Porém, aquele recurso que vem do Tesouro Nacional será destinado à pesquisa básica e para setores menos favorecidos. Por isso é importante a manutenção do volume de verbas que o governo hoje aloca na Embrapa.

P — **Entre os vetos presidenciais à lei agrícola aprovada no Congresso Nacional está o caráter decisório do Conselho Nacional de Política Agrícola, que passa a ser apenas consultivo. Isto não enfraquece este desejo de participação de outros segmentos sociais na pesquisa agrícola?**

R — A participação de diversos setores da agricultura, tanto produtores como agroindústria e outros, não precisa, necessariamente, passar pelo CNPA. A Embrapa já conta com um sistema de consulta aos segmentos da agricultura, quando da definição de prioridades para projetos de pesquisa. O grande segredo para que qualquer tipo de trabalho seja bem sucedido está na identificação da demanda. O atual sistema não funciona como gostaríamos, mas faremos mudanças para aprimorar esta forma de receber demandas, melhorando a participação dos interessados na geração de tecnologia.

Gerar a tecnologia não é problema, mas sim a transferência

P — **Como seria esta nova sistemática?**

R — Estamos com um grupo de trabalho estudando a melhor forma de identificação de demandas, buscando envolver todos os setores envolvidos. A agricultura não é feita apenas dentro da fazenda e nossas demandas vêm se produtores, do setor agroindustrial e mesmo dos consumidores.

P — **Como a Embrapa recebe as críticas tanto de grandes empresários rurais, que reclamam a falta de tecnologias, quanto daqueles que afirmam o contrário, que a pesquisa privilegia interesses de grandes grupos, em detrimento de culturas voltadas para o abastecimento interno, geralmente exploradas por pequenos agricultores?**

R — A Embrapa tem realizado pesquisas em várias áreas e o problema não está na geração de tecnologia, mas sim no processo de transferência, que ainda é lento. O certo é que quanto mais organizado é o setor, mais rápido é o acesso a novas tecnologias. O setor da soja, por exemplo, que é bastante organizado, tem contato mais rápido com as inovações tecnológicas. Por esse motivo e também por sua grande expansão e importância como produto de exportação, fica a impressão de que o esforço foi apenas num sentido. A verdade é que houve um grande esforço em tecnologias para o trigo, a mandioca, o arroz, que hoje no Sul apresentam desempenho semelhante aos países de maior produtividade na cultura. Também houve grande ênfase para pesquisas em arroz e feijão na região dos Cerrados.

P — **Isto significa que existe volume suficiente de tecnologia?**

R — Certamente dispomos de um elevado número e temos absoluta competência para continuar gerando as que ainda são necessárias. O problema básico atual está no processo de repasse desta tecnologia. Uma das nossas principais diretrizes consiste em acelerar o processo de difusão. Neste sentido, foi assinado, com o apoio do Ministério da Agricultura, o programa Tecnocoop. Qualquer associação ou cooperativa pode montar, em conjunto com a Embrapa, um projeto de transferência direta de tecnologia.

P — **É com esta orientação que será norteada a coordenação do Sistema de Extensão Rural, recentemente integrado à Embrapa?**

R — Também, mas a Extensão Rural é bem mais ampla, envolve diversos outros aspectos que não apenas o tecnológico, como a organização de produtores, bem-estar social e outros.

P — **A Embrapa pretende consolidar um sistema único de pesquisa e extensão ou manterá os dois?**

R — A forma como ocorrerá a reorganização do Sistema de Extensão Rural depende diretamente do que for definido nos estados. Quando os sistemas

foram criados, não houve discussão e suas estruturas foram definidas de cima para baixo. Hoje estamos num processo democrático, com diversos foros de decisão. O sistema que surgir será resultado de decisões dos novos governos estaduais. É provável que ocorra um grande número de fusões de empresas estaduais de pesquisa e extensão, uma vez que existe uma disposição neste sentido, por parte de governadores eleitos.

Pessoal da extinta Embrater auxiliará nesta reestruturação

P — **E qual tem sido a orientação da Embrapa neste momento de integração institucional?**

R — Nosso objetivo é criar estruturas ágeis, onde as informações sobre tecnologias cheguem rapidamente às pessoas com atuação direta no processo de desenvolvimento, no caso, os extensionistas. Há um importante programa sendo implantado, começando pelo Distrito Federal, como modelo piloto, de um processo informatizado que fará chegar a todo o Serviço de Extensão Rural as últimas informações tecnológicas, com todas as recomendações pela pesquisa. Da mesma forma pretendemos estender este programa a todas as cooperativas e setores organizados da agricultura.

P — **A Embrapa dispõe de Recursos Humanos para operacionalizar esta integração pesquisa-extensão?**

R — Não, infelizmente nosso grupo de difusão, com formação em extensão rural, foi sendo reduzido ao longo dos anos e hoje é bem pequeno. Pretendemos trabalhar com consultoria de funcionários da extinta Embrater, que são pessoas bastante experientes e nos auxiliarão neste período de estruturação. Mais tarde esperamos ter a possibilidade de formar uma equipe, pequena, enxuta, mas que seja permanente. Hoje existe dentro da Embrapa o sentimento de que a integração será benéfica para o desenvolvimento agrícola do país.

P — **Este novo sistema terá mais chances de reduzir o abismo que hoje coloca produtores altamente tecnificados de um lado e de outro um grande número de produtores descapitalizados e em rudimentares sistemas de produção?**

R — Este quadro não é apenas na agricultura. É todo um processo, uma

opção de desenvolvimento do país nos últimos 30 anos, que levou uma parcela a atingir níveis elevados de desenvolvimento e outra a ficar em estágios bastante atrasados. Em termos de meio rural este quadro poderá ser revertido fundamentalmente através de uma política agrícola para o país. O Brasil não pode mais insistir em fazer agricultura sem planejamento. É preciso gerar informações que norteiam definições sobre onde plantar, o que plantar e com que tecnologia. Desta forma estaremos reduzindo os riscos da agricultura, fazendo com que setores financeiros, públicos ou privados, se interessem em investir.

O importante é planejar a agricultura acima de tudo

P — De que forma isto se daria?

R — Fazendo com que eles tenham capacidade de serem mais produtivos. O Zoneamento Agroecológico lançado pelo presidente Collor para o Nordeste é um exemplo. Com as informações disponíveis é possível definir as potencialidades da região e direcionar os recursos neste sentido, ao invés de insistir em cultivos tradicionais e pouco rentáveis para aquela área. As tecnologias de irrigação, por exemplo, têm provocado grandes saltos de produtividade no Nordeste, que hoje, por exemplo, consegue produzir 10t/ha de aspargo, enquanto na região tradicional da cultura a produtividade é de 1,5 t/ha. O importante é montar um planejamento para a agricultura e depois entrar com os instrumentos de política econômica. No entanto, o que vemos é o contrário. Todos brigam por crédito, preço mínimo, sem que haja qualquer planejamento apontando para os rumos que a agricultura deve seguir. Com a implantação deste Zoneamento Agroecológico teremos as informações necessárias para planejar a agricultura de forma mais rentável, dentro das condições de cada região, fazendo uma verdadeira política agrícola.

P — Os produtores não reclamariam que ao definir o que, como, quando e onde plantar, o governo estaria interferindo dentro da porteira?

R — De forma alguma. O produtor continua com a mesma liberdade para plantar o que quiser, só que se isto estiver fora do plano nacional, ele não po-

derá contar com os instrumentos de política econômica para a agricultura. Num capitalismo não é possível esperar a alocação de recursos sem que haja possibilidade de retorno. Isto não existe em nenhum lugar do mundo. Em países como a França, por exemplo, há um controle até sobre as cotas de leite para cada produtor. Caso um produtor de leite queira aumentar sua receita, deve investir em outras explorações.

Produtividade maior ao invés de aumentar a área de plantio

P — Como a Embrapa enfrenta a necessidade de aumento de produção de alimentos e a preservação ambiental?

R — A Embrapa gera e precisa gerar muito mais tecnologias voltadas à questão ambiental. É preciso reduzir o uso de produtos químicos, sejam pesticidas ou fertilizantes. Há um esforço tremendo na área de controle biológico, de cultivares mais resistentes, na área de substituição de adubação nitrogenada por fixação biológica de nitrogênio, por bactérias e muitos outros. Também é necessário aumentar a produtividade sem ser preciso expandir a área de produção. Utilizar, por exemplo, apenas a área já desmatada na Amazônia, ampliando sua produtividade, não sendo preciso que agricultores busquem outras áreas porque aquelas ocupadas se tornaram improdutivas. O Acre desmatou 5% de seu território e metade desta área está degradada por uso de tecnologia inadequada ou por manejo incorreto do solo. É preciso reduzir a necessidade de expansão de fronteira agrícola, optando por aumento de produtividade nas áreas já ocupadas. E com tecnologia adequada não começamos a enfrentar o problema da degradação ambiental.

P — Como dar prioridade para uma agricultura mais ecológica e, ao mesmo tempo, buscar parceiros na iniciativa

privada, representada em grande parte por indústrias de produtos químicos?

R — Não estamos falando de voltar no tempo a uma agricultura arcaica, improdutiva. Estamos falando de modernas tecnologias com outros tipos de insumos. Na Europa, existem grandes empresas multinacionais produzindo produtos biológicos. No Brasil há o problema de patente para produtos biológicos, fazendo com que setores mais fortes da economia não se interessem por investir nessa área. Assim ficamos limitados a pequenas empresas ou órgãos do governo. Na medida em que houver outro tipo de estímulo, não tenho dúvida que a indústria irá se interessar.

Diversidade de material genético no país é imensa

P — O desafio é chegar a produtos biológicos que se igualem ou ultrapassem a eficiência de produtos químicos?

R — Exatamente. O pesquisador precisa ter a preocupação inclusive de desenvolver produtos de fácil utilização. O agricultor quer ir até o comércio e encontrar na prateleira um produto biológico que seja igual ou melhor que o produto químico e com a mesma agilidade de utilização. O Brasil tem o que qualquer país deseja, que é a diversidade de material genético, à disposição para este tipo de trabalho voltado para uma agricultura em equilíbrio com o meio rural. Sabemos que é um caminho longo e nada fácil, e que será preciso a ação conjunta dos vários setores sociais. No que se refere à Embrapa, há uma consciência de que ela tem que sair de dentro de si mesma, não pode ser uma instituição que desenvolve ciência e tecnologia para quem quiser passar aqui e pegar. Estamos saindo, indo ao encontro das pessoas interessadas, seja no setor privado ou público. Estamos em contato com os governos estaduais, ampliando nosso intercâmbio em diversos níveis do governo federal, buscando as organizações de produtores, de pequenas associações a grandes cooperativas. A pesquisa agrícola quer contribuir decisivamente na construção de uma nova realidade da agricultura brasileira, que certamente alcançaremos em breve.



Editor e
diretor-presidente:
Hugo Hoffmann
Diretora comercial:
Leoni Zaveruska
Diretor executivo:
Jorge Luzardo C. Silva

a granja

A REVISTA DO LÍDER RURAL

REDAÇÃO

Jomar de Freitas Martins (coordenador), Luiz Fernando Boaz, Alexandre Gruzinski, Marcello Sigwalt (repórteres), Antônio Sobral (fotógrafo) - colaboradores: Aurélio Albano (PR), José Vítor da Silva (MG), Rosângela Elias (MG), Iara Guimarães Altafin (DF), César Rasec (BA).

COMPOSIÇÃO E ARTE

Renato Fachel (supervisor), Jair Marmet (composição), Fábio Menegotto (artefinalista).

CIRCULAÇÃO

Raul Antônio Bittencourt Machado (supervisor de assinaturas), Sérgio Luiz Koan (supervisor de venda avulsa), Sinaira Weber da Costa (coordenadora).

PUBLICIDADE

Isabel Cristina Soares (contato).

SUCURSAL DE SÃO PAULO

Jânio de Oliveira (gerente), Amílcar Almeida Ramos, Luís Carlos Faloppa (contatos). Praça da República, 473, 10º andar, conj. 102, fone (011) 220-0488, telex (11)31567, fax (011) 220-0686, CEP 01045, São Paulo/SP.

Representantes/Publicidade

DISTRITO FEDERAL - OBN - Organização Brasileira de Notícias, SDS Lote T8, Bloco M, Ed. Cine Venâncio Jr., 1º e 2º subsolos, telex 061.2260, fone (061) 225-6248 e 225-5934, CEP 70302, Brasília/DF; PARANÁ - Spala - Marketing e Representações, Rua Conselheiro Laurindo, 825, conj. 704 fone (041) 222-1766, CEP 80060, Curitiba/PR; RIO DE JANEIRO - Lobato Propaganda e Marketing Ltda., Rua Siqueira Campos, 43, 8º andar, conj. 835, fone (021) 256-8724, CEP 22031, Rio de Janeiro/RJ.

A Granja é uma publicação da Editora Centaurus Ltda., registrada no DCDP sob n.º 088, p.209/73. Redação, Publicidade, Correspondência e Distribuição: Av. Getúlio Vargas, 1556 e 1558, fone (0512) 33-1822, telex 51-2333, fax (0512) 33-2456, cx. postal 2890, CEP 90060, Porto Alegre/RS. Exemplar avulso, Cr\$ 550,00; exemplar atrasado, Cr\$ 700,00. A revista não se responsabiliza por originais não-solicitados.

DISQUE

(90512) A COBRAR

33-1822

Saiba
as vantagens
de assinar

a granja

ÍNDICE

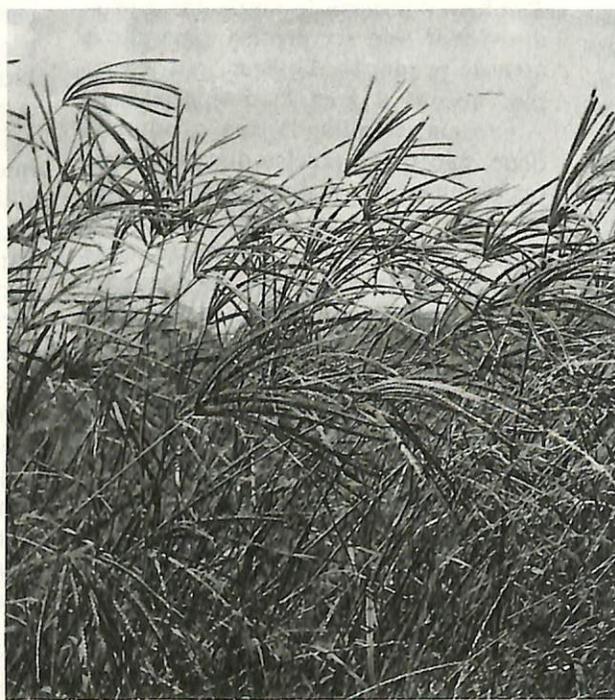


NOSSA CAPA

A dinâmica a ser percorrida nos caminhos da Agricultura, no corrente ano, dissecados nos mínimos detalhes de percurso

NESTA EDIÇÃO

- Caminhos da Agricultura em 91..... 14
- Gramíneas no Brasil 51



SEÇÕES

- Aconteceu 7
- Caixa Postal 8
- Aqui Está a Solução . . . 9
- Eduardo Almeida Reis . 10
- Porteira 11
- Mundo da Lavoura . . . 12
- Mundo da Criação . . . 13
- Agribusiness 61
- Hortas e Pomares . . . 62
- Flash 63
- A Granja Leilões 64
- Trator/Colhedeira . . . 66
- Novidades no Mercado 68
- Ponto de Vista 70

PRÓXIMA
EDIÇÃO

Tudo sobre o Cavalo Crioulo
Um Pedaco da Pomerânia no Brasil

A Granja: a revista do líder rural

Com essa edição dedicada aos "Caminhos da Agricultura em 91", mais uma vez *A Granja* responde diretamente ao conceito do que sempre foi uma proposição de marketing editorial bem definido: somos um veículo para os formadores de opinião. Dirigimos nosso recado para este público alvo: "o influential man", o vizinho líder, aquele que se destaca por sua iniciativa, por sua imaginação, por sua liderança.

Mau astral para 91

O perfil dos depoimentos foi de pessimismo. A maior parte das observações foram coincidentes e podem ser resumidas em uma dúzia de itens principais:

01. O mercado que já vinha devagar desde há muito tempo, simplesmente parou a partir de outubro/90.

02. Não há nenhum vislumbre de melhora ou fato novo que faça despertar o imobilismo e partir para o crescimento.

03. O sentimento subjacente é de que o Governo (leia-se Ministério da Economia) tem a necessidade doentia de criar a recessão.

04. O Grupo do Ministério da Economia é arrogante, preconceituoso e não abre espaço e nem quer ouvir quem realmente conhece as coisas ligadas ao setor primário.

05. O Governo tem uma retórica liberalizante. Mas, a ação é totalmente antiempresarial.

06. Muito pior que a atuação do executivo é o comportamento do legislativo. O setor reconhece que também tem culpa neste comportamento irresponsável, pois não existe de parte da agroindústria

nenhum "lobby" moderno e profissional que sirva de respaldo confiável para o legislativo cumprir seu verdadeiro papel.

07. A pecuária, a agricultura e a agroindústria carregam o maior fardo de encargos sociais e impostos do mundo. Enquanto a agricultura, a pecuária e agroindústria da CEE e dos USA são altamente subsidiados, aqui pratica-se o inverso. A máquina agrícola (trator, colheitadeira e implementos) é sobrecarregada de 5% de IPI e mais 17% de ICM. No produto agrícola ocorre a mesma coisa. A carne bovina é taxada de IPI, ICM e Funrural. Em cada quilo de feijão que o pobre compra, o governo fica com 25%.

08. Havendo preços compatíveis por princípio, a agroindústria não precisa de subsídios. Mas, a carga infernal dos impostos, limita demais o mercado, porque encarece desnecessariamente o produto.

09. Os juros altíssimos são verdadeiro Muro de Berlim. Precisam ser derrubados com urgência. Caso isso não ocorra, o setor terá o mesmo destino dos povos do leste europeu. O crédito rural justo, amplo e irrestrito precisa estar ao alcance de todos: pequenos, médios e grandes. Crescimento sem dinheiro inexistente.

10. As estatísticas precisam representar a verdade. E não apenas a vontade do Governo. As toneladas precisam ser sempre e uniformemente de 1.000Kg.

11. É importante que a economia no seu todo vá bem.

12. Reivindicações setoriais pertencem ao passado. A pecuária, a agricultura, agroindústria precisam começar a pensar, planejar, agir e reivindicar em termos de agribusiness.

Aconteceu

Exatamente, no primeiro dia do início das hostilidades no Golfo Pérsico, um grupo altamente seletivo do agribusiness brasileiro, reuniu-se, em Brasília, por iniciativa e coordenação *d'A Granja* para avaliar "Os caminhos da Agricultura em 91".

Fiel ao princípio de que o jornalismo *d'A Granja* é pioneiro há 47 anos, a revista decidiu e convidou, com a presença do Sr. Ministro da Agricultura, um debate com o objetivo de servir de testemunho vivo entre as mais significativas lideranças do setor agroindustrial. Esta é uma edição para servir de subsídio aos nossos leitores, e para amplas faixas do executivo e legislativo tanto da área federal e como também estadual.

Sem dúvida, reuniu-se como nunca a imprensa o fez antes, vozes extremamente ligadas ao meio. O depoimento é de gente do ramo. Com cheiro da terra. Daí, a importância das opiniões colocadas sob forma de texto jornalístico. Confira.

Agribusiness:

Em julho de 1989 *A Granja* inaugurou uma nova seção usando em seu cabeçalho um termo, na época, de pouco conhecimento: agribusiness. Pela primeira vez o conceito de agribusiness começou a ser usado de maneira inédita, didática e permanente na imprensa do Brasil.

E a mesa redonda "Os caminhos da Agricultura em 91" foi principalmente uma reunião do agribusiness brasileiro.

A semente lançada naquela época, como detonador de multiplicadores, por certo, terá em nossa iniciativa pioneira uma alavancagem decisiva para que a idéia se transforme realisticamente num movimento amplo, importante e inovador. Sem dúvida, ficamos satisfeitos em verificar que nosso esforço jornalístico cada vez mais irá encontrar adeptos. Afinal, o agribusiness, descontando, os números que nós mesmos temos dificuldade em dimensionar, por certo não fica abaixo dos 40% do nosso PIB.

É algo respeitável. Muito "respeitável!"

Este não refuga trabalho

“Eu estou engenheiro agrônomo, formado pela Universidade de Taubaté, em 1987, com pós graduação ao nível de especialização em engenharia de segurança do trabalho, administração de produção e materiais e engenharia de recursos hídricos. Estou à procura de uma colocação profissional transparente, que exija 100% das atribuições e atividades, competência, minimização de custos, maximização de lucros e, em contrapartida, recursos mínimos para desempenho profissional.”

*Marcelo Ambrogi
Rua Barão da Pedra Negra, 428
CEP 12020, Taubaté/SP*

Agricultura tropical ainda está dando o que falar

“A respeito das declarações prestadas pelo engenheiro agrônomo Nasser Youssef Nars, na edição de maio de 1990, que apenas recentemente tomamos conhecimento, gostaríamos de dizer que tal posicionamento não representa o pensamento da maioria dos profissionais filiados à Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos. Aliás, temos a convicção que grande parte dos colegas que trabalham no Espírito Santo exerce sua profissão com dignidade e competência profissional. Entendemos, ainda, que a agricultura nacional não pode prescindir do trabalho e dedicação do verdadeiro engenheiro agrônomo.”

*Luiz Alberto Nunes
Presidente da Sociedade
Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos
Vitória/ES*

Nem sempre o “jeitinho” é ruim

“Na edição n.º 505, de julho de 1990, pude perceber o quanto é imaginativo o nosso povo no trato e resolução dos problemas que nos afetam. Refiro-me à reportagem na página 41, que aborda o controle dos percevejos da soja de forma mais equilibrada e menos dispendiosa em termos de recursos materiais e naturais. Realmente, adicionar sal com inseticida para provocar a morte mais rápida dos percevejos e ainda diminuir as aplicações é uma idéia, no mínimo, genial. Penso que se em todos os órgãos de pesquisa do Brasil houvesse este casamento entre imaginação e carência de recursos, ainda assim chegaríamos a ter nossa própria tecnologia, embora na base do jeitinho. Aliás, com a crise de hoje, nada mais justo e necessário que prolifere o jeitinho. Se ele der resultado, for ecológico e economizar divisas, como mostrou o trabalho do CNPSoja, então não somos pecadores.”

*Iolanda D. S. Camargo
São Paulo/SP*

A nova diretoria do gado jersey

“Temos o prazer de comunicar que, na assembléia geral ordinária do dia 14 de dezembro de 1990, foi eleita e empossada a nova diretoria desta associação, que ficou assim constituída: presidente, Carlos Guilherme Rheingantz; 1.º vice-presidente, Milton Leal Fernandes; 2.º vice-presidente, Ney Maahs Ferreira; 1.º secretário, Leonor Costa Vargas; 1.º tesoureiro, Victor Hugo Souza Porto; diretores efetivos, Ana Maria Vasconcellos Osório, José Antônio Ibañez de Lemos e Vanderlei Viero Orabe; conselho técnico, Carlos Alberto Teixeira Petiz, Mário Sérgio Pizarro Schuster e José Flávio Vieira.”

*Carlos Guilherme Rheingantz
Pelotas/RS*

Codorna não é com o Iapar

“No n.º 506 da edição de agosto, foi indicado à leitora Liana Pacheco Costa, de Belo Horizonte/MG, que o Instituto Agronômico do Paraná — Iapar — é uma entidade que trabalha com pesquisas de codornas. Lamentamos informar, porém, que o Iapar não possui pesquisa com aves. Temos indicado, nestes casos, que os interessados entrem em contato com a Associação Brasileira de Avicultura, ou com o Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves, BR 153, km 10, Vila Tamanduá, caixa postal D-3, CEP 89700, Concórdia/SC, fone (0499) 44-0070, os quais poderão fornecer as informações.”

*Regina Toledo
Assessoria de imprensa do Iapar
Londrina/PR*

“Sementes” corrigidas e retificadas

“Queremos agradecer a este veículo a nossa participação na edição de novembro/90, n.º 509, especificamente na matéria “Sementes: os prós e os contras da vida dos vegetais”. Entretanto, queremos retificar duas informações situadas à página 27, a fim de que se torne mais precisa. 1.º) Pra driblar a crise que se abateu... o sistema consiste no fornecimento de sementes de soja e outros insumos-calçário, adubo, agrotóxicos (substituí por defensivos). 2.º) O sistema beneficiou, neste ano, cerca de 30 mil agricultores no Rio Grande do Sul. O sistema troca-troca comercializou cerca de 200 mil sacos de sementes de soja.”

*Adriana Cramer
Assessoria de Marketing da Olivebra
Porto Alegre/RS*



Cultivo de morango

“Estou interessado no cultivo de morangos e gostaria de receber informações sobre esta cultura, visto que não obtive êxito nas pesquisas que efetuei junto às fontes desta área.”

Jaime Pedro Folster
Florianópolis/SC

R — O primeiro passo é solicitar catálogo de livrarias especializadas em assuntos da agropecuária, como Livraria Nobel S/A, rua da Balsa, 559, CEP 02910, São Paulo/SP, fone (011) 876-2822; e Livraria e Editora Agropecuária, que atende pelo reembolso postal através do fone (0512) 80-3309. Contate, também, o Centro Nacional de Pesquisa de Fruteiras de Clima Temperado, órgão da Embrapa sediado na BR 392, km 78, caixa postal 403, CEP 96001, Pelotas/RS, fone (0532) 21-2122, com o pesquisador Alverides dos Santos.

Amigos da minhoca

“Lendo a excelente reportagem feita no Anuário **A Granja do Ano 89** fiquei motivado pela minhocultura. Assim sendo, gostaria de receber endereço de criadores já estabelecidos para contatos, orientações e visitas.”

Durval Calisto dos Santos
Santos/SP

R — Anote aí alguns endereços para contato que lhe serão muito úteis: Ângelo Arthur Martinez, av. Brasil, 2340, caixa postal 960, CEP 13073, Campinas/SP, fone (0192) 41-3900; Christa Knäper, de São Leopoldo/RS, fone (0512) 92-1611; Agostinho Nunes de Freitas, da Acarpa Emater, rua Bandeira, 171, caixa postal 1662, CEP 80030, Curitiba/PR, fone (041) 253-2211. Entre em contato, também, com a Associação Brasileira de Minhocultura: av. Belo Horizonte, 312, bairro Brasil, CEP 13300, Itu/SP, fone 482-5039; e com o Clube da Minhoca, caixa postal 892, CEP 84100, Ponta Grossa/PR.



Semente que dorme

“Tenho uma propriedade aqui em Cruz Alta onde estou diversificando a minha produção. Recentemente, tentei fazer um viveiro de sementes de acácia-amarela, mas não obtive sucesso, pois as sementes se recusam a germinar. Por que isso?”

Isabel Pereira
Cruz Alta/RS

R — O motivo é que a semente de qualquer tipo de acácia necessita de calor para quebrar a dormência. Calor este que os técnicos calculam em 37/38 graus centígrados. Assim, deve-se colocar as sementes em água nesta temperatura por quatro horas e, após, efetuar o plantio. A natureza resolve este problema com o intestino dos pássaros que, se alimentam dessas sementes e as defecam com a dormência despertada. Entretanto, sugerimos comprar as mudas de viveiristas conhecidos.



Anote o endereço

“Preciso de maiores informações sobre a reportagem da página 55 da edição nº 507, de setembro de 1990, onde aparece o multiplicador hidráulico Roepke, da metalúrgica do mesmo nome.”

Juraci Costa Cunha
Palmares do Sul/RS

R — Para obter maiores informações sobre este equipamento nada melhor do que entrar em contato direto com o fabricante. Anote o endereço: Metalúrgica Roepke Ltda., av. Júlio de Castilhos, 74, CEP 97200, Restinga Seca/RS, fone (055) 261-1213.

O exemplo australiano

Que ninguém nos ouça, já tomei parte num Simpósio Sobre Melhoramento Genético de Bovinos, que tinha como expositores uma constelação de craques do mundo inteiro. Num das palestras, quando o prelecionista encheu o quadro de fórmulas matemáticas, virei-me para o vizinho de poltrona, um PhD com diversos pós-doctor na Inglaterra, e confessei: “Não estou entendendo nada”.

O excelente amigo foi curto e grosso: “Nem você, nem ninguém!” E explicou que, na platéia, talvez só dois sujeitos tivessem condições de acompanhar o raciocínio matemático do tal prelecionista.

Mas o grande espetáculo do Simpósio foi proporcionado pelo professor George Seifert, um dos chefões do famoso C.S.I.R.O. australiano. Do alto dos seus dois metros, com a barba à Lincoln, jovial, craquíssimo, Seifert deu um verdadeiro *show*, porque unia inteligência, conhecimentos, vivência, clareza de raciocínio e...*humour*.

Enquanto a mim, sem humor não dá. O sujeito pode ser o melhor técnico do mundo, falando sobre o assunto mais importante: se não temperar a exposição com algumas pitadas de humor, não vai. O gigante Seifert, que sabe dominar um auditório, encantou todo mundo. Na platéia, sua linda mulher, com o mais doce dos sorrisos e a mais composta das elegâncias, liderava o fã clube do marido.

Resolvi convidá-los para jantar em minha casa, porque achei que um casal sul-africano, radicado na Austrália, gostaria de ver como vive no interior de Minas uma família de classe média. Caprichei nos uísques e nos vinhos: sul-africanos radicados na Austrália e cariocas radicados em Minas não somos de ferro, para sobreviver a seco. Providenciei comidas típicas, mas não tão típicas que assustassem os convidados.

O casal chegou rigorosamente na hora marcada, costume de gente civilizada, e ainda nos fez o favor de trazer um presentinho — uma caixa de prata e madrepérola, que conservamos com

carinho. Os uísques e o gosto pelas coisas do campo logo se encarregaram de aquecer o ambiente. Meu inglês não é bom, que me permita dialogar com o sr. Sting, mas sempre consentiu que eu conversasse com um PhD em Melhoramento Animal, mesmo porque eu andava craque em questões de nomes botânicos, e a grama de batatais tanto é *Paspalum notatum* na Austrália, como em Minas.

Conversa vai, conversa vem, fiquei sabendo que o professor Seifert tem duas fazendas na Austrália, com uma particularidade: não tem empregados. Domingo à noite, quando volta para a cidade, onde dirige a Division of Tropical Science do C.S.I.R.O., ele fecha as porteiras que dão para a estrada e só volta a abri-las no fim de semana seguinte.

Perguntei quem fazia os serviços, tipo castrar, ferrar, curar bicheiras, vacinar, etc — é fazenda de gado de corte — e ele, exibindo as mãos enormes, contou que tudo era feito por ele e sua linda mulher. E pelos filhos, quando estão de férias, pois estudam em outros continentes.

Se é preciso construir um curral, uma cerca, um depósito, ou abrir uma valeta, essas coisas todas, há firmas especializadas, que chegam com seus caminhões e seus operários, aprontando o serviço em três tempos. Quando o serviço exige muita gente, conta-se com o auxílio dos vizinhos.

Na cidade mais próxima das fazendas do professor Seifert nunca houve um roubo nos últimos 200 anos. Ninguém tira a chave da ignição dos carros, assim como também não se fecham os vidros, porque não chove por lá desde que a cidade foi fundada.

É certo que o casal Seifert tem imensos tratores, só operados aos sábados e domingos, que lhes permitem distribuir o feno para a semana inteira e fazer todos os serviços que requerem maquinaria agrícola. A dona da casa cuida da dita cuja nos dois dias de estada rural, sem prejuízo de também pilotar as máquinas.

Toda esta introdução aí de cima, que já me tomou 70 linhas cuidadosamente datilografadas, resulta do fato de eu ter acordado de saco cheio com o trabalhador rural tupiniquim. Em suma: acordei sonhando com uma fazenda australiana, sem empregados rurais.

Preciso explicar por quê? Não creio. Todos os que pelem com fazendas sabem dos motivos pelos quais perdi a paciência. É certo que entre os patrões também há peças da mais legítima velhacaria. E o relacionamento empregado/patrão, não raras vezes, acaba sendo a interação da esperteza barata com a velhacaria, a serviço da produção agropecuária.

Amanheci com o terreiro cheio de cachorros e galinhas — dos compadres. Logo eu, que detesto cachorros em qualquer lugar e galinhas ciscando no meu alpendre. Nas fazendas australianas, ao que presumo, não há galinhas ou cachorros dos empregados, pelo motivo simples de que não há empregados.

Quando eu já estava alcançando o paroxismo da indignação, precisei pegar um cavalo no pasto. E o cavalo estava lá em cima... E só quem já viu os nossos “lá em cima” sabe o que significam: deve haver um desnível de 200 metros, em relação à sede. Nesta hora esqueci-me dos meus sonhos australianos e consegui que um dos compadres fosse buscar o cavalo, deixando-o em condições de ser montado por mim. Por coincidência, com uma sela australiana, fabricada pelo excelente Puga, de Ribeirão Preto, SP.

Reconciliei-me com a espécie “trabalhador rural tupiniquim”. E tomei duas cervejas, na hora do almoço, para festejar o fato de ainda contar com bons empregados na roça.



Vem veado por aí

Com a abertura das importações, Armando Chaves Garcia de Garcia, Destaque/90 — Ovinos — *A Granja do Ano*, está em tratativas para importar veados da Nova Zelândia. Ainda bem que são de origem animal, caso contrário não precisaria buscá-los tão longe, já que por estas bandas “dão mais que chuchu na cerca”. Mas deixando a gozação de lado, a finalidade deste criador é produzir uma carne nobre de baixo colesterol, cujo preço é três vezes superior ao quilo de carne bovina. Na Nova Zelândia, um quilo não sai por menos de US\$ 3,60. Porém, além da carne, pode ser comercializado o couro e até os chifres, onde os coreanos pagam US\$ 180 pelo quilo, pois acreditam que sejam afrodisíacos. Garcia de Garcia, um dos pioneiros na criação do ovino-carne no Brasil, está pensando grande, pois além dos cervídeos pretende, com outros criadores, encher um navio especialmente fretado com bovinos e ovinos. Esta operação envolverá mais de US\$ 2 milhões.

Sombra e água fresca

Uma historinha curiosa aconteceu com o criador João Manoel Cordeiro, mais conhecido como “Maneca Costa”, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos Crioulos. Só que não tem nada a ver com equinos, e sim com um touro da raça Polled Hereford, importado por Maneca há alguns anos do Canadá. Em

pleno mês de janeiro, num dia de forte calor, Maneca foi apanhar o touro no aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre.

Ao perguntar aos homens responsáveis pelo vôo se o touro havia recebido alguma alimentação ou tomado água, eles responderam: aire, aire... Então, pensou Maneca, tenho de dar água antes de começar a viagem para Herval, local onde fica situada sua propriedade (Cabanha Santa Angélica). Porém, o Polled Hereford, apenas cheirou a água e não quis saber.

Percorridos quase 400km, num dia de forte calor, o touro foi levado até a mangueira da cabanha. Após ser solto, a primeira atitude do animal foi dar um enorme salto, pulando a cerca. Houve um certo pânico do pessoal, pois havia custado muitos dólares para um touro excessivamente “bravio”. Capturado o animal, um empregado de Maneca, Henrique Machado Rodrigues, responsável pela cabanha dos Hereford, teve uma idéia e falou ao patrão: “Seu Manoel, por acaso este touro veio de um lugar com neve?” Sim respondeu. Então, novamente Henrique perguntou: “Quem sabe não se experimenta colocar gelo na água do touro”. E não deu outra. O problema foi arrumar um iceberg para satisfazer a sede do touro.

Mui amigo

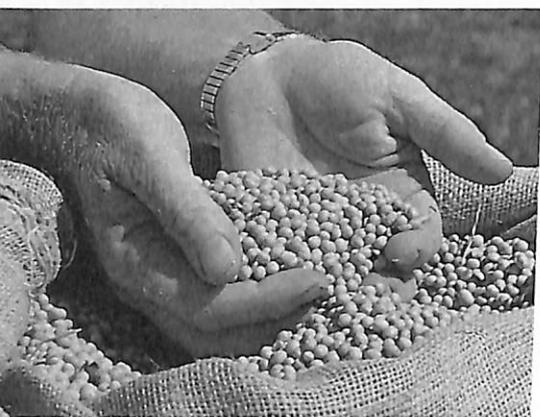
Ao vencer a primeira edição do Freio de Ouro, em 1982, o cavalo Itaí Tupambaé, montado pelo ginete Wilson Souza, trouxe muita alegria e satisfação ao seu proprietário, Osvaldo Dorneles Pons. Infelizmente, este animal morreu algum tempo depois. Quando nasceu o Nobre Tupambaé, irmão inteiro do Itaí, fez com que Osvaldo ficasse entusiasmado e esperançoso. Neste meio tempo, um “amigão” do crioulista e entendido de puro-sangue Inglês, aconselhou Osvaldo para que não se iludisse muito com o Nobre Tupambaé. A alegação deste homem baseou-se no fato de não existir, historicamente, dentro do PSI, dois craques que sejam irmãos.

Não satisfeito com a explicação do “amigo”, Osvaldo contra-atacou, dizendo: “Mas se o Nobre for melhor do que o próprio craque, como é que fica?”. Aí o “conselheiro” respondeu: “Bem, aí pode ser”. Algum tempo depois, Nobre Tupambaé levantou o Freio de Ouro 90, e imaginem, se ele tivesse ouvido o aviso do “amigo”, que continua dando “conselhos de experts” por aí.



Ouvinte atento

Na Mesa Redonda “Os Caminhos da Agricultura 91”, ocorrida durante a manhã, almoço e tarde, em Brasília, com a presença do Sr. Ministro da Agricultura, houve um participante que se destacou dos demais. Pelo silêncio. Não falou. Ao término, alguns gozadores comentaram que Ademerval Garcia, da Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos, tinha levado a sério que o silêncio é ouro e que ele seguia religiosamente o preceito árabe que diz: Allah nos deu duas orelhas e uma só boca. Isso significa que devemos ouvir em dobro e falar a metade. Como ele só participou da parte da manhã, ou seja, da metade do encontro, havia coerência matemática e filosófica.



Apareceu ruga na soja

As condições adversas de clima na última safra de soja no Paraná mostrou a que a cultura está às voltas com um novo problema: o enrugamento das sementes. A primeira vista, o produtor pensou tratar-se de danos causados por percevejos. No entanto, numa observação mais apurada, o Centro Nacional de Pesquisa de Soja, órgão da Embrapa sediado em Londrina/PR, aponta como causa principal o estresse hídrico. Os especialistas em sementes do CNPSoja, José de Barros França Neto e Francisco Krzyzanowski, explicam que na última safra as condições adversas de clima em algumas regiões do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo prejudicou a oleaginosa pelo excesso de chuvas na fase de crescimento das plantas. Os pesquisadores do CNPSoja alertam, também os produtores para o aspecto da qualidade das sementes defeituosas. Segundo eles, as sementes menores não apresentam sérias limitações. O que pode acontecer é uma relativa queda de vigor devido ao menor acúmulo de reservas. O produtor que for utilizá-las mais tarde deverá apenas, tomar cuidado especial na operação de semeadura, quanto à profundidade de plantio e disponibilidade hídrica do solo.

As sementes enrugadas, por outro lado, podem apresentar baixa qualidade — enfatizam França e Krzyzanowski. O teste de tetrazólio — que avalia a qualidade em um lote, onde 20 por cento das sementes são enrugadas: o índice de germinação é de 81,7 por cento, enquanto o vigor é de apenas 73 por cento. Eles lembram que num lote onde

não existem sementes enrugadas, a germinação é superior a 93 por cento e o vigor é de 81,3 por cento. (observar tabela abaixo):

Semente enrugada (%)	Germinação (%)	Vigor (%)
0	90,3	81,3
20	81,7	73,0
40	75,0	63,7
60	67,3	57,7
80	62,0	49,0
100	51,7	40,0

Fonte: França Neto e West (1990), dados não publicados.

O enrugamento que vem sendo observado pelos pesquisadores do CNPSoja nas sementes de algumas variedades como Bragg é consequência da ocorrência de períodos caracterizados por temperaturas elevadas, associados com déficits hídricos durante a fase de enchimento de grãos e maturação das plantas. Temperaturas acima de 32 graus centígrados por um período de duas horas é suficiente para ati-

var o sistema de proteção das plantas contra o excesso de calor. Este sistema protetor é responsável pela produção de proteínas especializadas chamadas “proteínas de choque térmico”, que protegem as plantas em condições de altas temperaturas. A ausência destas proteínas protetoras, em determinadas variedades — Bragg, por exemplo — resultam na formação de sementes enrugadas e de baixa qualidade.

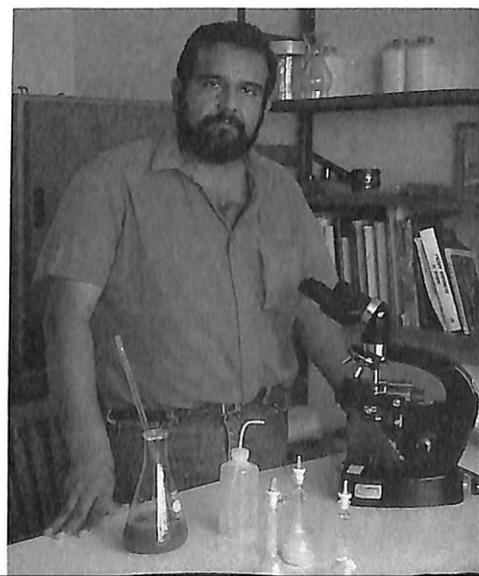
Tanto França como Krzyzanowski consideram que este problema poderia ser solucionado com a produção de campos de sementes localizados em regiões onde os veranicos que normalmente ocorrem nos meses de janeiro e março não sejam tão acentuados. Por outro lado, a utilização de variedades que não sejam sensíveis às condições adversas de clima podem ser utilizadas no futuro. Para isso, a pesquisa está trabalhando na seleção de variedades tolerantes a este tipo de enrugamento.

Baculovírus já salva o milho

A principal praga que ataca as lavouras de milho no Brasil é conhecida como lagarta-do-cartucho (*Spodoptera frugiperda*). Ela ocorre durante todo o estágio de desenvolvimento da cultura e pode reduzir a produtividade em até 34%. Agora, o combate a essa praga está se tornando mais seguro e mais barato para que os produtores. Há seis anos, os pesquisadores do Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo — CNPMS, órgão da Embrapa sediado em Sete Lagoas/MG, isolaram o vírus que provoca a morte das lagartas e desenvolveram um bioinseticida denominado baculovírus (Vírus da Poliedrose Nuclear-VPN). É um dos métodos mais seguros de controle, porque dispensa o uso de agrotóxicos, não causa danos ao aplicador e à natureza, além de manter o equilíbrio do ecossistema e preservar os inimigos naturais da praga. Este bioinseticida é aplicado através de pulverização e contamina a lagarta por via oral, quando ela ingere as folhas, e provoca sua morte seis a oito dias após. Os mesmos equipamentos utilizados na aplicação de agrotóxicos

Ivan Cruz, cientista do CNPMS: domador do vírus que ataca a lagarta

servem, também, para o bioinseticida. O CNPMS desenvolveu o bioinseticida formulado em pó que, misturado à água, pode ser imediatamente pulverizado nas lavouras. Numa primeira etapa, o Centro está distribuindo o bioinseticida para avaliação em lavouras comerciais. Em pesquisas de campo, foi comprovada a eficiência de 100% no controle à praga. Além disso, o produtor pode produzir o seu próprio bioinseticida. As lagartas mortas infectadas pelo vírus deverão ser recolhidas no campo, armanenadas em baixa temperatura (freezer) e, posteriormente, maceradas e filtradas. O líquido produzido, que contém o vírus, deverá ser misturado em água para pulverização





Cana-uréia dá mais leite

O pesquisador Rodolpho de Almeida Torres, do Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite, órgão da Embrapa sediado em Coronel Pacheco/MG, vem se dedicando à difusão da tecnologia da cana mais uréia na alimentação animal, principalmente na época seca. Uma das principais vantagens deste trabalho desenvolvido pela Embrapa e apoiado pela Assistência Nestlé aos Produtores Rurais é o seu baixo custo. Isto porque a cana é encontrada na maior parte das propriedades rurais e não exige tanta mão-de-obra e maquinário como a silagem. Segundo o pesquisador, as fazendas escolhidas para testar a validade de sua tecnologia em São Paulo, Minas Gerais e Goiás, conseguiram elevar a média de produção do rebanho de três litros/vaca/dia para 10 litros com a utilização correta da cana-uréia na dieta dos animais.

Como preparar a mistura cana-uréia:

- A — Colher e picar a cana (caule folhas)
- B — Misturar nove partes de uréia mais uma parte de sulfato de amônio, ou oito partes de uréia em duas partes de sulfato de cálcio, misturando bem.

- C — Dissolver a mistura uréia mais sulfato de amônio em água na seguinte proporção: três a quatro litros de água para cada quilo da mistura.
- D — Despejar a solução sobre a cana picada, já no cocho, com regador de plástico, na proporção de 100kg de cana para 0,5kg de uréia na primeira semana de fornecimento e 100kg de cana para 1kg de uréia a partir da segunda semana de fornecimento.
- E — Misturar bem para evitar a formação de poças no fundo do cocho.

Tem girinos de rã à venda



O Centro de Aquicultura de Vião/RS, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, está colocando à venda 10.000 girinos, ao preço de Cr\$ 6,33 a unidade. O Centro fica próximo ao autódromo de Tarumã e atende das 8h30min às 12h e das 13h às 16h30min. Os interessados podem obter mais informações pelos fones: (0512) 83-1036 e 26-3866.

Ferro demais prejudica o rebanho gaúcho

Os criadores não devem utilizar o ferro na suplementação mineral de bovinos e ovinos na região onde ocorre a síndrome do “mal do Alegrete”. O alerta é do agrônomo Antônio Cavaleiro e da bioquímica Dulce Trindade, do Instituto de Pesquisas Zootécnicas Francisco Osório, da Secretaria da Agricultura gaúcha, que realizaram levantamento em 70 propriedades rurais na região da Campanha e Depressão Central. Os pesquisadores constataram que o mineral apresenta nível de concentração nas pastagens acima das necessidades mínimas exigidas por bovinos e ovinos. Em algumas áreas do Estado, os níveis de ferro apresentam valores superiores a 500ppm (partes por milhão) no fim do inverno, no início da primavera e outono, chegando a atingir até 2.680ppm. Os pesquisadores apontam que o ferro acima de 500ppm é tóxico para bovinos e ovinos, provocando baixo consumo alimentar e perda de peso nos animais. Por isso, eles recomendam para a região calagem e adubação fosfatada nas pastagens nativas ou o fornecimento de misturas minerais sem ferro na sua formulação.



Os Caminhos da

a granja



O Brasil vai completar 500 anos de agropecuária. De Pero Vaz até hoje, a monocultura segue fazendo voçorocas na economia e assoreando as vias de progresso. É urgente uma virada de mesa. Nosso homem do campo, com firmeza de propósitos e participativo nas resoluções progressistas de suas entidades de classe, irá arrancar, definitivamente o "inço" do pessimismo e os "baraços" da burocracia.

Agricultura em 91



A Granja — Vamos abrir esta mesa redonda na qual pretendemos dar subsídios àquilo que nós chamaríamos de os caminhos da agricultura em 1991. Todos os senhores receberam o convite. Esse convite dizia no seu texto das intenções, das perspectivas que pretendemos analisar, aqui, e colocar em termos jornalísticos em pauta editorial e através de um documento dinâmico que iremos, não somente levar aos nossos leitores, como também às áreas mais sensíveis e mais necessárias em termos de Legislativo e Executivo de todo o Brasil.

Essa sessão, como vocês estão reparando, está sendo gravada. Eu pediria, e nós desejamos que assim o seja, que aqui haja um diálogo, uma troca de informações. Evidentemente, o espírito

não é discursivo, mas eminentemente objetivo.

O nosso papel é meramente coordenador. Não há nenhum painelista, não é um simpósio, é uma mesa-redonda.

Essa iniciativa da revista *A Granja* faz parte, evidentemente, do nosso contexto de ação. Assim como fomos, acredito e tenho certeza, a primeira revista que falou em plantio direto, a primeira revista que falou em defensivos agrícolas, a primeira revista que falou em transferência de embriões, nós também queremos inaugurar, aqui, um processo que provavelmente não vai ficar somente neste ano, mas que há de se desenvolver a partir do próximo ano e dos seguintes.

Na revista de dezembro, fizemos um editorial que diz o seguinte: “A moder-

na agricultura competitiva exige um Brasil competitivo”. Sem dúvida nenhuma o Brasil de Juscelino, a partir de 1960, e a cultura da soja, após 1970, foram os grandes instrumentos que fizeram o Brasil esquecer a enxada e passar a pensar em técnicas modernas a nível de campo. Hoje, janeiro de 1991, as coisas são mais complexas. A economia, como um todo, exige soluções mais sofisticadas. E a agricultura depende de si mesma, mas depende também, essencialmente, da burocracia oficial, dos políticos, dos recursos financeiros à disposição do mercado e principalmente da civilização a médio e longo prazo. Coisa que não está acontecendo, embora se saiba de antemão que a busca da modernidade é um caminho sem volta. Por outro lado, qual-

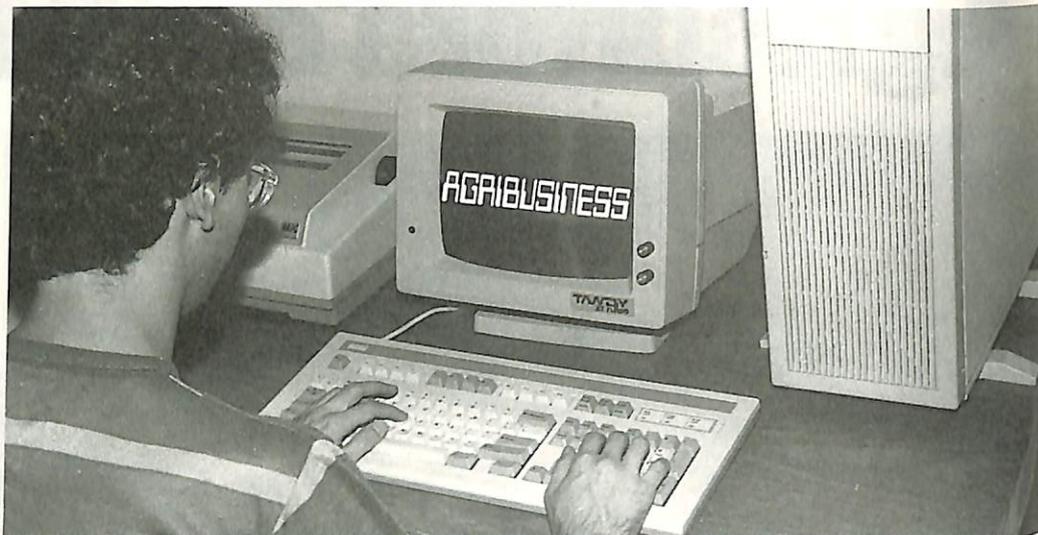
Modernidade significa matemática, números, estatísticas, coisa que o Brasil não tem.

A Granja

O aporte tecnológico começa com a familiaridade e domínio do computador

quer pessoa que não esteja atrelada a preconceitos ideológicos sabe que o caos econômico passa pela recessão corretiva. Para se administrar uma economia doente, em que se gasta ou se gastava mais do que se produz, seja em termos pessoais, familiares ou de nação, ainda não se inventou nada que consiga evitar uma recessão no primeiro momento. O que se discute é o tempo deste primeiro momento, a dose do corretivo e o *day after*. Passar do imobilismo para a ação é o caminho que o país precisa encontrar desde logo, pois, novamente, está mais fácil viver da aplicação financeira do que do investimento produtivo. A modernidade exige um plano de desenvolvimento. Apontar caminhos é a principal função governamental, dar os instrumentos e motivar a ação. O resto a sociedade faz. Assim age o Estado moderno.

Fala-se muito, ultimamente, em competitividade e se esquece que o melhor produto primário ou industrial ficará mofando se não houver capacidade de consumo. Os Estados Unidos são uma grande nação menos por sua capacidade de produção e muito mais por sua capacidade de consumo. A modernidade exige menos proteção. É racional, é moderno, é justo. A modernidade significa competição e abertura, menos amparo e menos intervenção governamental. Mas também não é menos verdade que a modernidade exige, necessita e requer menos impostos, estaduais e municipais. A modernidade exige menos encargos sociais. Se a modernidade significa a empresa rural, também há de significar uma carga menor de encargos, que pesam em demasia e desestimulam o espírito empreendedor tanto do empregado como de quem emprega. Por outro lado, exige-se maior fiscalização. No Brasil só as grandes empresas e os assalariados pagam impostos. Os juros cobrados são excessivos, todos sabem disso, e inviabilizam o espírito desenvolvimentista. Modernidade significa administrar o tempo, a produção, a produtividade, o custo e o benefício. Modernidade significa matemática, significa números, estatísticas, coisas que o Brasil não tem nem foi acostumado a fazer. A nossa tradição é o chutômetro, a intuição e as estatísticas



fajutas e com dez anos de atraso. Qual o rebanho bovino do Brasil? Discute-se se é de noventa ou de cento e trinta milhões de cabeças. O INCRA já desapropriou terras que eram, no papel, maiores do que o próprio município. Dificilmente os números batem com a realidade. Na cultura brasileira o número tem um posicionamento abstrato.

Dois e dois quase sempre dão vinte e dois. Modernidade significa racionalidade, ou seja, mais cérebro e menos emoção. O aporte tecnológico começa com a domínio e familiaridade com a máquina calculadora. Aqui, a ação privada necessita desenvolver-se já, até mesmo por uma medida de sobrevivência. Sindicatos, associações e empresas precisam, com urgência, fazer reuniões, palestras, simpósios, seminários, aulas sobre produtividade. O nosso homem do campo, patrão, empregado, técnico agrícola, veterinário, extensionista, agrônomo, pesquisador, peão, capataz, todos, absolutamente todos, precisam reciclar sua maneira de pensar, agir e trabalhar. A informação atualizada, a educação para evitar o desperdício, a troca de idéias, exemplos e testemunhos, são a pedra angular para os que acreditam que a modernidade começa com a produtividade. Aliás, esse tem sido o papel da *A Granja* há quarenta e seis anos. Edição após edição, mostramos, divulgamos e informamos, acrescentando algo novo ao nosso leitor. Somos a revista mais

antiga do Brasil, porque sempre estivemos e estamos um passo à frente. Senhores, nós desejamos, com todo o nosso empenho, que essa reunião seja realmente um passo à frente.

O que está aqui escrito não é, evidentemente, a última palavra, não é a palavra final nem será a única palavra. Dando início aos nossos trabalhos, *A Granja* passa a palavra ao líder cooperativista Roberto Rodrigues.

ROBERTO RODRIGUES — Organização das Cooperativas Brasileiras



Roberto Rodrigues, a voz do cooperativismo nos "Caminhos da Agricultura"

Desejo colocar aqui o posicionamento da Organização das Cooperativas Brasileiras, que eu represento.

A idéia em discussão é a perspectiva da agricultura para 1991 e o que deve ser feito, nesse caminho, por quem está envolvido no processo.

Tem umas três ou quatro variáveis que, neste momento, não estão muito claras para nós, e que influirão de maneira fatal no que vai acontecer na agricultura brasileira. A guerra no Golfo, que nós não sabemos quais exatamente são as conseqüências que daí advirão à economia brasileira, e por via de conseqüência, à agricultura. Nós ainda não conhecemos o exato teor da Lei Agrícola, que vai nortear o comportamento do Estado no que diz respeito a sua intervenção no processo rural brasileiro. Nós sabemos que a lei aprovada pelo Congresso é uma lei brutalmente intervencionista, muito mais do que era a posição do Estado antes da própria lei. Sabemos, por outro lado, que esse intervencionismo, que contraria a postura dita liberal do novo governo brasileiro, deverá ser inteiramente modificado. Mas nós não conhecemos ainda o texto da medida provisória que substitui a lei vetada em parte, e muito menos da lei complementar que vai agregar maiores informações da lei agrícola. A gente vinha conversando das possibilidades muito próprias de que a guerra talvez seja o

grande argumento definitivo para o endurecimento da política econômica governamental. Mas os dados todos são ainda um pouco nebulosos para que a gente possa ter um posicionamento bem cristalino e objetivo em relação à agricultura desse ano.

Não obstante, existem fatos que são suficientemente concretos para apontar alguns problemas óbvios da agricultura. São dados que, de certa forma,

A agricultura no contrapé não planta com regras fixas.

Roberto Rodrigues

apenas completam um processo de muito longo prazo, iniciado nos anos cinquenta, com a transferência de renda do setor rural para o setor urbano. Feito através de um modelo de urbanização que o país adotou e mastreado na substituição de importações, esse processo vem se agravando ano a ano, especialmente a partir dos planos econômicos adotados pelo governo passado e pelo atual governo. Planos sempre localizados, à exceção do Plano Bresser, entre o plantio e a colheita. Sempre pegando a agricultura no contrapé. Ou seja, plantamos com regras diferentes das quais iremos colher. Sistemáticamente, estas regras vieram em detrimento da agricultura, no setor produtivo da fazenda, e levaram à perda de renda e à perda de capacidade de troca

da agricultura, sobre a qual não nos cabe falar aqui a não ser em números, gráficos e dados. Seria apenas repetir de tudo aquilo que todas as pessoas, nessa mesa, estão cansadas de saber, de analisar e de discutir.

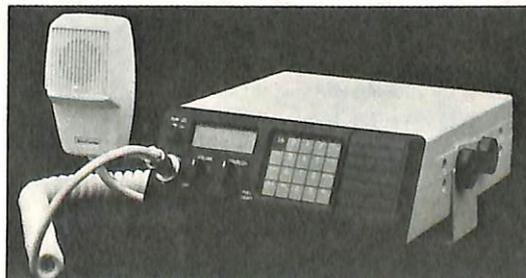
Mas as últimas ações, de um ano pra cá, tanto na área governamental como na área privada financeira, relacionadas com a agricultura, são extremamente preocupantes. O Plano Brasil Novo, que ampliou o endividamento do setor com aquela questão da indexação já conhecida. O pacote agrícola de agosto, que deu uma violenta pancada na agricultura do centro-oeste brasileiro. O crédito de custeio não implementado de acordo com a proposta do próprio pacote agrícola. A perspectiva de integração da economia dos países do cone sul, que nos preocupa profundamente, porque é uma ação de interesse óbvio dos Estados Unidos — não se trata de nenhuma questão ideológica e nem de posição nacionalista. Mas os americanos evidentemente perderam a corrida econômica para a Europa, no que tange ao leste europeu, e perderam na Ásia para o Japão. Sobrou a África e a América Latina. Acho que a América Latina, por enquanto, é muito mais simpática aos Estados Unidos do que à África. De modo que uma integração Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile é muito interessante, como reserva de mercado, aos Estados Unidos.

Nós Resolvemos Seu Problema De Comunicação.

VHF/FM para distâncias até 100 km - Fixo, Móvel e Portátil.
SSB/HF para distâncias superior a 100 km - Fixo e Móvel.
Telefonia Rural.

Elaboramos projeto técnico junto ao DENTEL.
"ORÇAMENTO SEM COMPROMISSO"

RÁDIO-COMUNICAÇÃO



PARANÁ

PRODUTOS E SISTEMAS LTDA.

Rua Nunes Machado, 1836
Telefone: (041) 232-6522 - CEP 80220
Rebouças - Curitiba - Paraná

ACEITAMOS REPRESENTANTES

As notícias das cooperativas brasileiras não confirmam a safra positiva

Roberto Rodrigues

Acho que é, para os estados do sul, extremamente crítica essa integração, principalmente do ponto de vista da agricultura. Os riscos são violentos para a agricultura dos estados do sul.

Então, nós temos, aí, o centro-oeste ameaçado pelo pacote agrícola, os três estados do sul ameaçados pela integração do cone sul, São Paulo e Minas Gerais fortemente prejudicados pela ação destruidora da cultura de cana-de-açúcar e de café por ação governamental, e da laranja por questões mercadológicas. Isso tudo configura um quadro agrícola extremamente pessimista. A minha visão é muito pessimista em relação à agricultura brasileira nesse momento.

O que vai acontecer em 1991, pelas razões já apontadas, das dificuldades de observação das variáveis disponíveis, ainda é uma incógnita. Mas é possível imaginarmos que, dada a condução dos elementos de crédito, de utilização de tecnologia, de insumos básicos da safra plantada no ano passado, vai se colher uma safra menor este ano do que aquilo que o governo vem dizendo como provável. Eu pessoalmente não acredito numa safra de sessenta e cinco milhões de toneladas de grãos. Não consigo acreditar, quando eu vejo o que se gastou de fertilizantes, defensivos e sementes e o que se observa de área plantada, não obstante as condições de clima extremamente favoráveis

no centro-oeste brasileiro.

As notícias que eu recolho das cooperativas brasileiras, espalhadas pelo território nacional, não me dão condições de emitir uma previsão de sessenta e cinco milhões de toneladas de grãos. Mas, eu já estou com vinte e cinco anos de cooperativismo nas costas, que já dão alguma informação razoável de que a safra será de sessenta e cinco milhões de toneladas de grãos nem que seja de cinquenta e cinco.

Isto me preocupa profundamente, porque é possível que seja um excelente elemento para justificar uma ação econômica em defesa do consumidor, que nós também somos e que também devemos considerar. Enfim, se a produção for muito maior do que a do ano passado, os preços podem ser menores, porque os agricultores já ganharam com o "excesso" de produção. De modo que isso pode ser alguma ação que não podemos desprezar, especialmente em função das variáveis já colocadas no começo desta minha arenga.

Eu estou extremamente preocupado com a renda da agricultura brasileira em 1991. Hoje, a minha expectativa é pessimista em relação a essa renda. Tem o que a renda agrícola caia ainda mais este ano.

Bom, eu ainda agregaria mais duas ou três idéias muito na linha do documento lido pela *A Granja*. Notadamente, de acordo com o discurso gover-

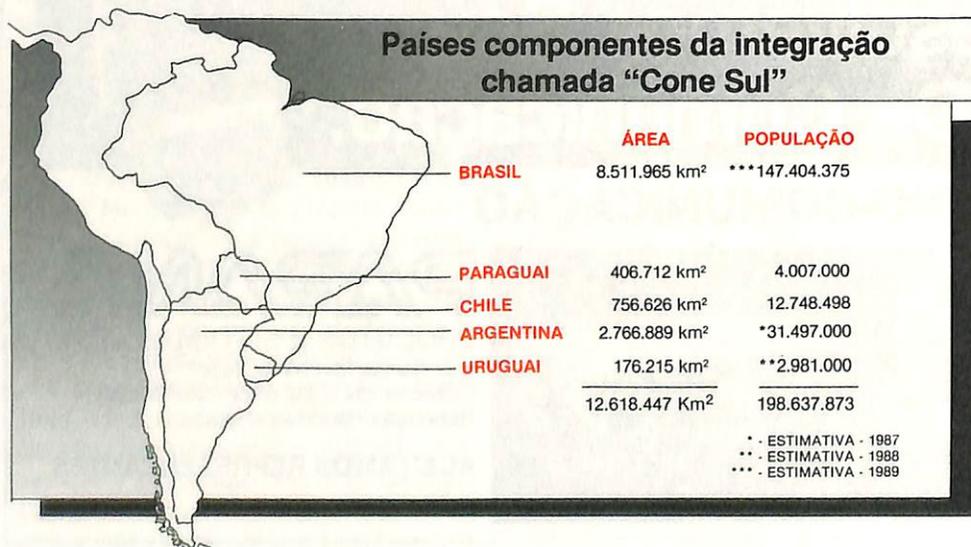
namental, e eu tenho ouvido este discurso na qualidade de representante da agricultura no pacto social desde o primeiro momento, a atividade econômica brasileira deverá ser lastreada na eficiência e na competitividade.

Muitas vezes se escuta, se não de maneira formal, mas embutida nos pronunciamentos, a informação de que a agricultura é ineficiente. E se usa, como argumento para este tipo de afirmação, o nível de produtividade da agricultura brasileira comparado ao da França, Estados Unidos, Taiwan, ou lá o que seja. É a mesma coisa que falar em chuva per capita na agricultura brasileira. Comparar a produtividade de milho do Paraná com a do agreste do Piauí e dizer que a produtividade de milho no Brasil é tanto por hectare é uma gozação. É a mesma coisa que dizer que choveu tanto per capita por hectare brasileiro comparando Ubatuba com Quixadá. Não dá pra fazer este tipo de média mas isso é usado, infelizmente, e dentro daquilo que *A Granja* falou da questão numerológica brasileira, sempre em detrimento do setor rural.

Eu tenho insistido, e disse isso no pacto social. — Acho importante dizer e que *A Granja* diga isso, porque infelizmente a imprensa não o fez, embora eu tenha repetido exaustivamente — que não admito, de nenhuma forma, que se diga que a agricultura brasileira é ineficiente. Porque a agricultura brasileira paga os maiores impostos do mundo, paga as maiores taxas de crédito rural do mundo, tem zero de subsídio frente a países desenvolvidos que têm duzentos e vinte bilhões de dólares anuais de subsídios diretos ou indiretos a seus agricultores. Não tem estrutura portuária decente, não tem estrutura de transportes e de armazenagem decente, não tem pesquisa agrícola decente. E a Embrapa e os institutos estaduais de pesquisa, salvo honrosíssimas exceções, foram destruídos pela ação nefasta de governos que não se interessavam por investir na tecnologia e na pesquisa agrícola. Os sistemas de extensão rural estão sendo dizimados em todo o território nacional. O exemplo mais flagrante, me desculpe o Antonio Ernesto, é o de Minas Gerais. Basta olhar o que aconteceu com o governador Newton Cardoso.

Além disso, nós somos, todos os dias, agredidos com calibre doze ou oito e chumbo 3 T; 3 T de tributo. É ITR, é Imposto de Renda, é ICMS so-

Países componentes da integração chamada "Cone Sul"



bre insumo, é bitributação, tritributação, politributação. É uma vergonha o que se faz de agressão sobre a agricultura brasileira. E nós somos ineficientes? Carregamos, evidentemente, alguns problemas de eficiência tecnológica, gerencial, financeira e comercial. Mas foi por culpa exclusiva de um Estado eternamente intervencionista que não se criou uma cultura da independência. Mas, devagarinho, a gente vai saindo disso. E quando a gente vai começando a sair disso, somos acusados de incompetentes e ineficientes, tendo produzido, apesar de tudo isso, três supersafras consecuentes. De modo que esta questão da eficiência me preocupa muito. Eu só admito discutir eficiência e competitividade da agricultura brasileira se for escoimada dessa atribuição que nos dão de ineficiência toda e qualquer ação externa a nossa capacidade de atividade e que nos é imposta como ônus e fardo a ser carregado permanentemente. E, por último, ainda nesta questão da eficiência, eu tenho conversado sobre isso com o governo e escrevi, até, sobre isso, na grande imprensa. Este negócio de eficiência, no meu setor, que é o setor cooperativista, é extremamente complexo. Cooperativa eficiente é aquela que não acumulou. Cooperativa não pode acumular dinheiro, não tem capital, não tem dinheiro no over-night. Cooperativa está sempre prestando serviços, investindo, trabalhando, está aqui uma porção de gente que conhece cooperativa e que pode afirmar isso absoluta se-

gurança. Um dos instrumentos para que a cooperativa continue sendo eficiente é o crédito, e na hora que o crédito desaparece ou vai à taxa de juros inaceitáveis, a empresa eficiente brasileira está sendo bombardeada pelo projeto econômico que está aí. E a empresa ineficiente entre aspas, que é o oligopólio, que é o cartel, essa não vai dar dinheiro, porque essa acumulou e não tem problema nenhum. Então eu acho que a agricultura eficiente, especialmente a agricultura organizada, cooperativada, pagará o mais caro preço pela perseguição à ineficiência.

O argumento liberação, o instituto do liberalismo, pode ser um processo terrível de reversão da renda agrícola quando somado a todos esses elementos já referidos de tributos e etc. Isso é diagnóstico de um sujeito que está cheio de cicatrizes, aí, pela história agrícola pregressa, e um pouco cético. Não obstante, a gente não pode deixar que as bandeiras fiquem arriadas. Eu acho extremamente oportuna a reunião promovida, hoje, pela *A Granja*, dentro deste quadro que eu estou descrevendo como aquilo em que eu estou acreditando. Como disse *A Granja*, exatamente é do limão que se faz a limonada, quer dizer, nós temos que aproveitar essa espécie de desgraça coletiva do setor rural brasileiro que, evidentemente, levará a problemas sérios todo o setor do agribusiness, tanto o que está antes da porteira da fazenda quanto o que está depois desta porteira. Esse é o recado que me parece fun-

damental neste momento. Nós observamos o que aconteceu no GATT recentemente, quando os agricultores eu-

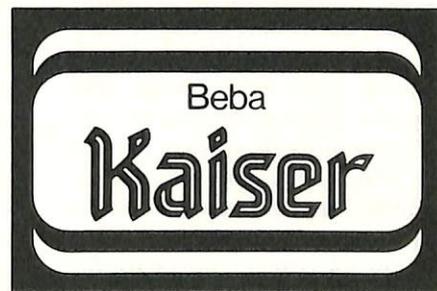
O cartório desenvolvido no Brasil é o modelo do capitalismo tupiniquim

Roberto Rodrigues

ropeus ganharam o lobby na discussão dos incentivos, quando eles são 5% do PIB europeu. Quem ganhou isso foi o agribusiness europeu, que é 30% do PIB europeu. Quem tem uma frase fantástica a esse respeito é um amigo nosso, o Mauro Lopes: "a briga ou o namoro dos Estados Unidos com a Comunidade Econômica Européia não dá para entender direito, a única coisa que a gente sabe é o seguinte: são dois elefantes, Europa e Estados Unidos. Se eles estão brigando ou se estão fazendo amor não interessa, porque a grama fica amassada do mesmo jeito, e nós somos a grama nesse processo". Quem está fazendo isso é o agribusiness, de um lado, e de outro lado é o projeto agroindustrial.

No Brasil, lamentavelmente, é o modelo de cartório desenvolvido nesse capitalismo tupiniquim, que permitiu, sempre sob à sombra do Estado, ou de favores do Estado, ao longo dos últimos quarenta anos, que fôssemos procurar junto aos Ministérios de cada setor estes cartórios. Este modelo impe-

**Grande no sabor.
Grande na qualidade.
Kaiser. Uma grande cerveja.**



diu que nós tivéssemos a maturidade e a compreensão suficiente para juntar nossos trapinhos, como diria o Custódio Mesquita ou o Lupicínio Rodrigues.

O agricultor brasileiro é 10% do PIB, mas o agribusiness brasileiro é mais do que 40% do PIB. Recentemente, conversando com a área comercial de uma importante empresa de televisão brasileira, este pessoal reclamava que estava preocupado com o fato de que não havia mais propaganda de adubo, de semente, de produtos agrícolas. "O que está acontecendo com a agricultura?" Então, eu disse: "Pois é, eu não vou nem falar da propaganda do iogurte da Batavo, por exemplo, que todo o mundo sabe que é um produto derivado da agricultura, mas o que tem na propaganda de televisão hoje? Tem calça jeans. Se não tivesse um ponto plantando algodão, lá em Maringá ou lá em Campo Mourão, não tinha propaganda de calça jeans. Tem propaganda de automóvel. Se não tivesse um trouxa plantando seringueira lá no Acre, não tinha pneu para automóvel rodar. Se não tivesse um bobo plantando cana-de-açúcar em Guariba, muito menos teria combustível para o automóvel andar por aí fora. Propaganda de cigarro, se não tivesse alguém plantando fumo, ou mais que isto, plantando eucaliptos para fazer papel para o cigarro, não tinha cigarro. Propaganda de uísque. Ninguém fabricaria garrafa de uísque, nem tampa de uísque, nem rótulo de uísque se não tivesse alguém plantando cevada para fazer uísque. Propaganda da Brahma, da Antártica, da Kaiser. Se não tivesse alguém lá em Guarapuava, lá na Entre Rios, mexendo com estas coisas, não tinha ninguém fabricando latinhas de cerveja. Propaganda de sapato. Se não tivesse um Marimon criando boi lá no Rio Grande do Sul, estava todo mundo sem sapatos, sem cinta, com a calça caindo porque não tinha couro para fazer este negócio". E nós esquecemos destas coisas, nós mesmos nos esquecemos disto tudo. O agribusiness brasileiro tem um poder ou potencial monumental e, eu não tenho mais dúvida, o setor rural brasileiro isolado tenderá, e eu peço licença ao Antônio Ernesto porque esta tese é dele, tenderá a perder



A agricultura brasileira não pode prescindir do NPK

ano após ano capacidade de renda se ficar isolado. E se ficarmos com o conjunto do agribusiness, definindo internamente, dentro de uma economia moderna capitalista e liberal, é possível que a gente consiga recuperar, senão uma significativa parcela do que foi perdido, uma sobrevida muito maior. Na minha visão, o grande desafio de curto prazo do setor rural brasileiro é a busca do entendimento e da integração do agribusiness. E juntos, quem está à montante, dentro e à jusante do processo produtivo, encontraremos os caminhos de sobrevivência coletiva, porque a saída é coletiva. Para falar sobre isto nós precisaríamos muito mais tempo, para poder expor todas as idéias e propostas, mas dentro deste projeto, três ou quatro pontos são fundamentais. O primeiro é a compreensão de que o país mudou e os poderes estão claramente equilibrados. Hoje é preciso buscar, junto ao legislativo, respaldo para as teses da sociedade. Numa idéia como essa, do conjunto agribusiness, seguramente o poder de fogo está a nível de legislativo. O segundo ponto é a questão tecnológica. Não obstante a minha afirmação de que a agricultura é eficiente, nós temos nichos óbvios de ineficiência e um deles está na área tecnológica. Não há como competir, e isto também é, obviamente, chover no molhado, exportando impostos e importando subsídios com a tecnologia parada. Porque a exigência que se faz de investimentos na área tecnológica é absurda, neste momento, e nós precisamos investir nisso. E não é uma atividade que nós devamos simplesmente atribuir ao Estado com ex-

clusividade. O setor privado precisa pagar pra ter tecnologia, senão nós vamos ficar sempre esperando que ministros competentes entendam que é preciso botar dinheiro na Embrapa, que secretários de agricultura inteligentes compreendam que precisam por dinheiro no setor agrônomo de Campinas ou em organismos públicos de pesquisa. É preciso de que os executivos de todos os Estados e do Distrito Federal se juntem para que isto aconteça. Como esse é um processo extremamente difícil, o projeto agribusiness podia, seguramente, ter condições e recursos para que, somado com os das Embrapas da vida, com os dos institutos estaduais de pesquisa, avançar tecnologicamente. Esta questão, eu tenho discutido inúmeras vezes com o Cristiano Simon, que é formado na melhor turma que já passou pela Escola de Agricultura de Goiás, em Piracicaba. A melhor turma de todos os tempos de Piracicaba, a turma de 65. Nós temos que olhar com firmeza a questão ambiental. Eu estive recentemente num congresso europeu discutindo meio ambiente, e quando ali se falou na importância da redução dos subsídios europeus da

*Temos que dar as cartas
deste negócio. Quem
mexe no meio ambiente
somos nós*

Roberto Rodrigues

agricultura, o meu homônimo da Dinamarca levantou e disse o seguinte: “Nós não podemos admitir a redução de subsídios aos setores agrícolas por inúmeras razões, mas sobretudo pela questão ambiental”. E disse mais: “O Congresso da Dinamarca aprovou uma lei, em outubro de 90, que determina que no prazo de três anos os agricultores dinamarqueses diminuam o uso de fertilizantes em 50%”, — não é defensivo — “porque os fertilizantes afetam o meio ambiente”. Então, isto dá uma dimensão de como está, neste momento, o comportamento “primeiro mundo” em relação a questão ambiental. Nós Não podemos brincar com este negócio. Se ele reduzir o uso de fertilizante a 50% em três anos, é evidente que a sua produtividade será menor e, portanto, ele terá mais subsídio, é o óbvio. E é óbvio que isto afeta o agribusiness dinamarquês no que diz respeito à produção de fertilizantes, e nós todos temos que olhar para isto com muita clareza, não se pode mais brincar com a questão ambiental. O Brasil vai ser o palco mundial da discussão ambiental, e não vejo o produtor brasileiro, muito menos o agribusiness brasileiro, articulado para um grande programa ambiental. Nós temos que dar as cartas deste negócio, e não esperar que somente ambientalistas digam quem vai mexer no meio ambiente. Quem vai mexer somos nós e não estamos muito distantes desta discussão. Acho também que na questão tecnológica, ainda, é preciso que se considere em profundidade a questão da estrutura fundiária brasileira. Nós não podemos manter, sob nenhuma hipótese, um discurso de preservação da propriedade pela propriedade. É preciso que a gente de uma resposta à sociedade brasileira e mundial sobre a questão da função social da terra. E por último, dentro deste projeto, acho que resta uma vertente, que é rever a cabeça da sociedade brasileira urbana, a credibilidade do agricultor brasileiro. Sem um projeto de recomposição da imagem do agricultor como um patriota, e não como um chorão dador de canos em bancos, nós seremos eternamente presas das falaciosas ações do lobby agrícola, que derrubou o ITR no Congresso brasileiro e que agora quebrou o tesouro. Se nós, agricultores, não tivermos competência, e não temos tido, de mostrar à sociedade urbana que ela precisa de nós, ficaremos sempre observando o trem da história do lado de

BANHEIRO ZOOTÉCNICO DE ASPERSÃO



VANTAGENS NO USO

- 1º) Não há perigo de intoxicação ou afogamento
- 2º) Rapidez no banho - 500 - animais banhados em uma hora
- 3º) Mão-de-obra reduzida
- 4º) Facilidade de instalação: Moto-bomba elétrica à gasolina ou acionada pelo trator
- 5º) Pode ser facilmente removido para outro local
- 6º) “Economia” no uso de defensivos com o retorno do produto para o Tanque
- 7º) Sistemas de filtragem no produto que retorna ao tanque
- 8º) Bicos aspersores em material anticorrosivo
- 9º) Não causa stress nos animais
- 10º) Piso antiderrapante — Não há perigo de quedas
- 11º) Não contamina o meio-ambiente

INDUTRON
CARAZINHO

INDÚSTRIA DE TRONCOS LTDA.
Rua Sergipe, 240 - Carazinho - RS
Fone: (054) 331-2333
Instalamos em qualquer parte do Brasil

EMERGÊNCIA

SUA EMPRESA PRECISA DE ASSISTÊNCIA? NÃO ESPERE MAIS.

- Temos a melhor assistência médica para sua empresa.
- Cuidamos de seu funcionário, preservando sua saúde, para que ele tenha um bom rendimento em seu trabalho.

NÃO PENSE MAIS

Faça um contato conosco.

A saúde de seu funcionário é a garantia do seu lucro.

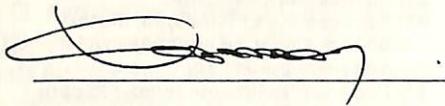


SERVIMED

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA

Av. Independência, 944
Fones: 24.3333 - 27.2666
Av. São Pedro, 1201
Fone: 42.4242
Porto Alegre - RS

fora. Com a criação de uma associação brasileira de agrobusiness, com um braço tecnológico fortemente subvencionado com recursos próprios para ampliar a nossa capacidade técnica, participativa e de marketing, conseguiremos recuperar o tempo perdido. Muito obrigado pela oportunidade, parabênzimo mais uma vez *A Granja* por esta iniciativa que é importantíssima.



Roberto Rodrigues

A Granja — Roberto, muito obrigado pelo seu perfil, pela qualidade da sua exposição. A palavra está à disposição. Solicito que as pessoas tomem a iniciativa.

ARY MARIMON, Presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul.



Ary Marimon dando seu "plá" sobre o setor primário

Quero, inicialmente, cumprimentar *A Granja* e prestar o meu depoimento de que esta revista, com os seus 46 anos, é a mais antiga do Brasil abordando os problemas relacionados com o setor primário, não apenas gaúcho como brasileiro. Isto me parece muito importante num país que, teimosamente, alguns insistem em que ele seja um país agrícola e outros dizem que não há vocação agrícola no Brasil. Então, parece que esta promoção é alguma coisa a mais no trabalho e no serviço prestado pela *A Granja* na agricultura brasileira e que, sem dúvida alguma, irá en-

riquecer mais ainda esta bagagem extraordinária da revista. Eu anotei alguns aspectos que, acho, deveriam ser aqui considerados. Serei breve, na medida em que o objetivo da *A Granja* é falar de perspectivas para 91. Roberto, com muita propriedade e conhecimento de causa, disse tudo aquilo que aconteceu e que acabou determinando uma situação extremamente difícil para a agricultura brasileira. Eu acrescentaria que o momento de ontem era de apatia e de desencanto. Hoje é de interrogação em função da guerra, que, quem sabe, tenha até nos roubado algumas presenças ilustres que iriam enriquecer mais ainda esta iniciativa da *A Granja*. O desencanto, a apatia, se deu, fundamentalmente, na agricultura brasileira, pelo descaso, pela surdez, principalmente da área econômica do governo atual e do passado, porque isto é uma coisa que vem de muito longe. Roberto fez uma referência correta em relação aos planos econômicos. Eu acho que segmento algum da sociedade brasileira, e não apenas na área econômica, sofreu tanto como a agricultura. As seqüelas do plano cruzado permanecem, quando se importou aquilo que não precisávamos, quando se comprometeu o saldo positivo da balança comercial, quando se comprometeu também as nossas reservas. E nós temos, ainda, que está sendo motivo de permanência quase constante na imprensa, um pouco de carne de Chernobyl lá no Rio Grande do Sul. São passados cinco anos, esta carne já tinha três ou quatro anos de estocagem na Europa, portanto deve estar com oito ou nove anos de estocagem. Lá está e o governo não sabe o que fazer. Coloca no mercado, não coloca, transforma, enterra, reexporta. Não sabe como se descartar do "abacaxi". A pergunta que eu sempre me faço, e muitas vezes perante a imprensa coloco, é quanto está valendo o quilo desta carne, considerando-se que ela está sendo mantida numa câmara fria a uma temperatura de 20 graus abaixo de zero? Quanto custa hoje o quilo da carne importada em 1986? Não havia necessidade alguma desta importação, mas lamentavelmente foi feita. Então, estas seqüelas todas fizeram com que o agricultor hoje seja um apático. Aquela reação de ir para à rua, de colocar trator em estrada, de colocar saco de trigo, de soja, de arroz seja o que for, na porta do Banco do Brasil, aquilo acabou. Não há mais ânimo deste agricultor, o que há é um

desencanto tremendo. Plantamos num governo e colhemos no outro. O governo que nos assistiu colher ignorou completamente a situação da agricultura, sob o argumento de que ele pegou orçamento feito, que a responsabilidade era do governo passado, como se a sociedade brasileira, o consumidor brasileiro não tivesse que comer, aquele produto. Não tivemos recursos para a comercialização, as coisas se complicaram ao máximo. Faltou recurso para o custeio das lavouras já de inverno. No caso do trigo, onde o grande e o médio produtor, num percentual muito pequeno, foram financiados. Faltou recursos depois para o financiamento das culturas de verão. Anunciam que ainda irão liberar, agora, em janeiro, a parcela de dezembro. Ora, com a inflação da forma em que está, o compro-

A agricultura continua, pela indústria, ser considerada segmento marginalizado.

Ary Marimon

metimento da atual produção é total. Tivemos uma redução de área, temos fatalmente uma redução de produtos de base, a não ser que condições climáticas excepcionalmente favoráveis supram a tecnologia que foi deixada de lado. Tecnologias já de pleno domínio do agricultor. Claro que, como consequência, nós teremos preços até aparentemente compensadores em alguns produtos. Já estamos vivendo o arroz com o preço hoje muito bom, só que ele não está mais na mão do produtor. Estamos com o preço do boi razoável, não sei o que acontecerá no futuro ou nos próximos meses, já que temos uma redução no consumo. Esta guerra do Golfo Pérsico nos tira qualquer perspectiva de previsão de futuro, mas ainda assim, eu acredito no crescimento de preço de alguns produtos. Só que isto não significará, e o Roberto deixou muito claro, aumento de renda para o produtor. Pelo contrário, eu acho que a perda de renda continua. Porque esta perda de renda se deu no momento em que a transferência se iniciou, e isso é lá no início da década de 50, quando se pretendeu industrializar o país às custas do setor primário como um todo. Hoje a moda, o moderno, é o agribusiness. Há poucos dias atrás a URB promovia um seminário, com painéis dos mais diversos, sobre o agribusiness.

O que ele representa hoje também está estampado nos meios de comunicação social. Só que nós não estamos levando isto a sério, nós continuamos absolutamente dissociados dos diversos segmentos que formam este agribusiness. Nós continuamos a trabalhar em faixa própria, a indústria, simplesmente, considerando, ainda, a agricultura como um segmento marginalizado. O comércio vivendo a sua vida preocupado apenas em vender produtos, tenham eles origem dentro das nossas fronteiras ou fora. Estas coisas realmente criam problemas e trazem ao agricultor este desalento, este desencanto a que eu fiz referência. Os aumentos de preços fatalmente irão acontecer e isso não significa que teremos uma melhoria na renda do produtor rural. Eu prefiro dizer que em vez de perspectiva de futuro, face principalmente ao que está ocorrendo e à incompreensão do governo, temos uma não-expectativa se o governo não acordar para a realidade brasileira. E, ao acordar, que o governo analise com mais cuidado, por exemplo, o que ainda está acontecendo, que é a reserva de mercado para bens de produção e insumos agrícolas. No que pese a notícia de que o governo está alargando a liberdade para a importação, na prática não acontece, as dificuldades são tão grandes, as barreiras impossíveis de serem superadas. Na realidade não se consegue importar. E provavelmente, ainda aqui, um imposto de importação muito grande pesará sobre a importação de qualquer bem de produção. O que não ocorre para importação do produto agrícola. Há pouco tempo atrás, o preço da carne subiu, o preço do boi vivo subiu e o governo pura e simplesmente, numa penada, zerou o imposto de importação, que era de 20%, e, assim mesmo, a carne acabou não chegando, porque a nossa carne continuava mais barata. Se fez a mesma coisa com o arroz e muito pouco arroz está chegando da Tailândia. Vai faltar arroz, por isso a disparada do preço no momento. Outra solução não foi encontrada pelo governo senão buscar a importação, de produtos para “regular o mercado”. Tomara que não se criem os mesmos problemas dos produtos importados em 86, quando o milho foi posto fora, leite foi posto fora, arroz apodreceu. Com a carne é isto que está acontecendo. Mas a expectativa do povo é a esperança de que o governo acorde para isso, acorde para essa reserva de mercado que não se justi-

TRADUZINDO SIGLAS

- CEE** — Comunidade Económica Européia
- COPA** — Comitê das Organizações Profissionais Agrícolas das Comunidades Européias.
- COCEGA** — Comitê Geral de Cooperação Agrícola da Comunidade Económica Européia.
- GATT** — General Agreement for Trade and Tarif
- PAC** — Política Agrícola Comum
- UNICE** — União das Federações das Indústrias dos Estados Membros
- CIAA** — Confederação das Indústrias Agro-Alimentares.
- FEOGA** — Fundo Europeu da Orientação e Garantia

fica mais nos meios de produção, acorde para essa pura e simples isenção do imposto de importação para produtos que eventualmente possam faltar por aqui, ou que, desestimulado, o produtor deixe de produzir. Isso é muito importante que se diga, porque todos nós sabemos do resultado da rodada uruguaia do GATT e o que aconteceu no final. Não houve de parte da Comunidade Européia disposição alguma para abrir mão daquelas tarifas. Não sei ao certo se o dado é verdadeiro, mas até pouco tempo atrás uma tonelada de frango, por exemplo, chegava na Comunidade Européia por 1700 dólares e lá havia um imposto de importação correspondente a 1400 dólares. Vale a pena dizer que esta carne de frango entrava na Comunidade Européia por 3100 dólares, enquanto saía daqui por 1700 dólares. O governo brasileiro tem feito exatamente o contrário. Produto subsidiado lá fora, aqui acaba sendo isento de qualquer gravame, de qualquer coisa que possa fazer com que este produto se aproxime dos preços do mercado interno. Roberto fez referência à carga tributária brutal que nós temos. Hoje não há um único produto, único alimento, que tenha uma carga tributária inferior a 30%. Nós temos o ICMS, que eu venho sistematicamente combatendo. Sei que ele é recurso que engros-

sa o tesouro dos estados, mas tem que haver uma forma de resolver este problema por outros meios. O ICMS é um imposto que considero injusto, e mais do que injusto, desumano. Digo desumano porque ele trata de forma igual pessoas desiguais. Um magnata do centro de Brasília, São Paulo, Porto Alegre ou de que estado for, haverá de pagar, embutido no preço de um quilo de arroz, de um quilo de feijão, de um quilo de carne, o mesmo que paga o trabalhador mais desprotegido, que não tem, sequer, salário mínimo. Acho que imposto é uma coisa que os estados, os governos, seja em que esfera for, realmente necessitam. Afinal de contas, o governo está aí e tem que fazer alguma coisa. Agora, o modo de formar o bolo e de dar condições ao tesouro de enfrentar as suas despesas é que tem que ser urgentemente revisto. Não se pode penalizar desta forma o consumidor, principalmente, o de baixa renda. Nós temos combustível tributado, transporte tributado, os fertilizantes e os bens de produção tributados, a máquina agrícola tributada e, no fim, o produto agrícola novamente tributado. Esta sistemática de tributação precisa, urgentemente, ser revista. Nós não podemos permitir que este país de dimensões continentais, com clima, com solo e com gente que quer produzir, continue, por incompetência do governo, a buscar fora de nossas fronteiras aquilo que nós produzimos aqui dentro.

*Entendo a integração
como algo que busca a
complementação das
nossas necessidades.*

Ary Marimon

Houve, de parte do governo passado, um trabalho que considero extraordinário, que foi a política externa, no diz respeito ao relacionamento e ao trabalho de integração, principalmente da América Latina, do cone sul. Integração irreversível, realmente não podemos continuar de costas voltadas para o mundo. Entretanto, o que não aceito é que, equivocadamente, se entenda como integração, simplesmente comprar o que a Argentina produz, o que o Uruguai produz, o que o Paraguai pro-

duz, sem levar em consideração o tratamento recebido pelo produtor uruguaio, argentino ou paraguaio e o tratamento dado ao produtor brasileiro pelo governo federal. Há necessidade absoluta de que se busque soluções para a integração. Entendo a integração como algo que busca a complementação, basicamente em termos de atendimento, das necessidades dos países que se integram. O objetivo da integração seria fortalecer as nossas economias na busca de mercado. Competir com outras áreas, como a Comunidade Européia, Japão, Estados Unidos, etc. Mas, jamais se estabelecer o que está se objetivando aqui, uma concorrência absolutamente desleal. Não temo concorrer com a Argentina e nem sequer com os produtos chamados de carro-chefe deles que são carne e trigo. Nós temos condições de competir com a Argentina com carne e com trigo. Agora, precisamos do tratamento pelo menos semelhante e de uma carga tributária compatível para que possamos competir, realmente, com esses países. Não tenho medo nenhum da integração, mas a integração sadia, a integração realmente séria e que seja do interesse nacional, no sentido de buscar consolidar o mercado lá fora. É absolutamente absurdo para um país com a ensolação, com a temperatura, com a luminosidade, com um regime de precipitação, que pode ser de má distribuição, mas que nós podemos resolver exatamente através de um processo racional de irrigação, sem a sofisticação absurda que se está fazendo, hoje, em determinadas áreas do país. Pretender resolver o problema da produção de soja, por exemplo, ou de um produto mais popular e de menos preço, por pivô central é botar dinheiro fora e desperdiçar tecnologia. Temos outras formas de irrigação mais racionais, e econômicas de levar a água até a planta. É imperdoável que este país não tenha, na área governamental, pessoas e políticos com conhecimento e capazes de fazerem uma análise mais profunda da problemática do setor primário.

Está aí o exemplo da lei agrícola. Um péssimo projeto de lei. Quero aqui cumprimentar de público o Secretário Osmar Dias, que não assinou esse projeto, o único Secretário Estadual de Agricultura que não assinou. Esta lei passou simplesmente, com uma leitura quase dinâmica, no Senado da República e lá foi aprovada. Foi à Câmara, e havia projetos inclusive bons, ou pelo

Esta instabilidade resulta no baixo nível salarial que diminui o consumo dos produtos agrícolas

Osmar Dias

menos capazes de resolver o problema da agricultura brasileira, e no entanto não foram considerados, porque a prioridade toda foi para o projeto que já tinha sido aprovado pelo Senado. São esses os políticos que, lamentavelmente, nós temos. Que não se detêm, não analisam, não vão a fundo, não buscam assessoramento. Estão aí as nossas entidades de classe, desesperadas pelo mau trato, pelas falsas promessas que se eternizam e que passam de ano para ano de governo para governo. Realmente nós precisamos acordar para isso. Quero concluir dizendo da minha preocupação com a integração. Com o enfoque equivocado, com as posições assumidas. Eu apenas citaria rapidamente o caso do Rio Grande do Sul, de um secretário de estado. Secretário Especial para Assuntos Internacionais. O mesmo foi à Argentina, com patrocínio praticamente do governo, enfiando em um ônibus, cooperativados na busca de terra. Porque a terra na Argentina é barata. Isto é a integração que eu estou vendo no meu Estado. Então se planta na Argentina para depois voltar para o Brasil. Este absurdo eu tive oportunidade de dizer ao governador, como testemunho da minha preocupação. Ele, publicamente, disse que a seu ver o Rio Grande tinha que se fechar para soja, arroz e trigo, e o agricultor gaúcho ir plantar na Argentina. Tem gente fazendo isso. Eu pouco me importo que alguém vá pra Argentina ou pra Conchinchina, mas que vá individualmente e pelos seus próprios meios. Que não tenha mais o patrocínio do governo do estado e nem das nossas entidades de classe. Lamentavelmente, há lá um movimento consentido, e pelo menos estimulado por entidades de classe, para que isso aconteça. Isso é profundamente doloroso. Há um aspecto, ainda, para concluir. É que dentro desta esperança que eu tenho, se reformule a nossa pesquisa. O Rio Grande do Sul, que teve no passado uma extraordinária rede de estações experimentais, hoje está completamente sucateado. As nossas estações estão sendo alienadas, transformadas em verdadeiro mato. Não há mais pesquisa no Estado. A pesquisa é fundamental, especialmente para quem sistematicamente vive cobrando aumento de

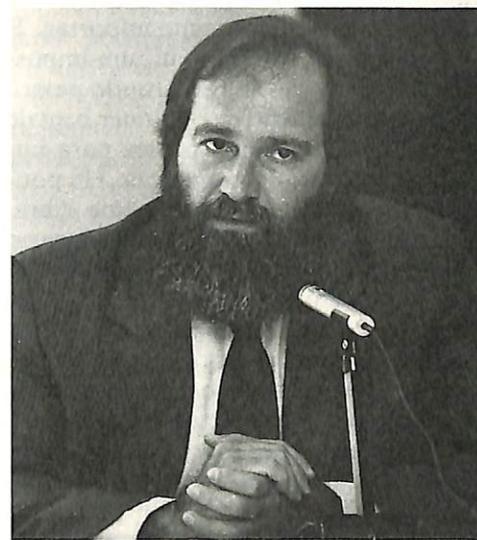
produtividade. Aumento de produtividade se consegue com tecnologia. Tecnologia se adquire pela pesquisa. Tecnologia é cara, não cai do céu. Muito se disse aqui do Governo, muito se criticou o Governo. Não cabe à iniciativa privada sair na busca de pesquisa, algo extremamente abstrato e difícil de se conseguir, principalmente porque é uma atividade a longo prazo. Eu peço desculpas pelo tempo, me excedi um pouco, mas volto a insistir, o que tenho são expectativas e, mais do que isso, esperança de que o Governo acorde para alguns destes aspectos que aqui foram citados. Muito obrigado.



Ary Marimon

A Granja — Está com a palavra o Exmo. Sr. Dr. Osmar Dias.

OSMAR DIAS — Secretário de Agricultura do Paraná.



Osmar Dias, secretário que sai e secretário que entra

Fui convidado a permanecer como Secretário de Agricultura do Paraná no próximo governo. Vou fazer a minha incursão e ao mesmo tempo aproveitar para comentar alguns pontos abordados pelo Roberto Rodrigues, e pelo Ary Marimon, que fez uma exposição mui-

to parecida com a do Roberto Rodrigues, no que se refere ao sentimento em relação à agricultura. Não há nenhum agricultor, com juízo, que neste momento possa estar otimista em relação ao futuro da nossa agricultura. Eu diria até que fatores que foram extremamente prejudiciais à agricultura no governo passado estão muito mais acentuados agora e, por isso mesmo, se a agricultura enfrentou períodos difíceis num passado recente, ela vai enfrentar um período muito mais complicado ainda, já que, repito, estes fatores estão acentuados.

Nós tivemos, nos últimos quatro ou cinco anos, uma total instabilidade política econômica. A prova desta e a maior afirmação é que neste período tivemos três moedas. Três padrões monetários. Esta instabilidade resulta no baixo nível salarial que interfere diretamente na demanda dos produtos agrícolas e, por conseqüência, nos preços dos mesmos. A estagnação da atividade econômica envolve, de forma direta ou indireta, a agricultura, interferindo nos preços de seus produtos. Fator que eu considero, da forma que vem sendo tratado pelo governo federal, um total absurdo, é o crédito, que nunca foi suficiente, nunca foi barato e nunca foi imparcial. Neste governo, ele foi por demais escasso, por demais caro e por demais discriminatório, especialmente no período eleitoral, quando os próprios funcionários do Banco do Brasil denunciaram o banco oficial por estar privilegiando alguns agricultores, alguns mutuários, exatamente após alguns acordos políticos. Posso testemunhar que no Paraná houve isso, de forma lamentável, deixando milhares de pequenos produtores sem o crédito, e privilegiando uma pequena minoria por critérios eleitoreiros.

O governo anunciou recursos para atender à demanda inicial. No entanto apenas 58% dos recursos anunciados foram liberados para o estado do Paraná. Isso ocorreu praticamente em todo o país, porque se nós compararmos o crédito rural de 1990 com o crédito rural de 1989, quando se dizia ser este o pior governo da República, vamos verificar, em termos reais, uma redução de 36% no crédito.

Outro problema sério que vivemos, na década de 80 especialmente, foi o eterno conflito, agora mais acentuado, entre a política agrícola, a política de abastecimento e o combate à inflação. Não se combina o combate à inflação e

uma política agrícola com subsídios. Isto é pelo menos o que se ouve dos economistas. Mas também não se combina combate à inflação com safras ridículas como esta que nós vamos colher. Eu não acredito no sucesso do plano econômico se ele se preocupar apenas com a reforma monetária e com o setor fiscal. Se não houver uma preocupação efetiva com o setor produtivo e se as linhas de crédito de investimento não retornarem imediatamente, não poderemos ter sucesso em um plano econômico que tem como objetivo direto o combate à inflação, sem produção agrícola. Teremos, nesta safra, uma colheita pobre, que não chegará, concordo com o Roberto Rodrigues, em hipótese alguma aos 65 milhões de toneladas, apesar de termos um crescimento da área de milho a nível nacional. No Paraná este crescimento foi de 13% em relação ao ano passado, e sabemos que o milho proporciona uma colheita maior por unidade de área, mas, mesmo assim, não chegaremos aos 65 milhões de toneladas. Acredito até que ficaremos muito próximos do que colhemos no ano passado, que foi uma colheita 16% inferior à média dos três últimos anos. Ou seja, o governo não pode ter como referência a safra passada, porque naquela colhemos igual ao que estávamos colhendo no início da década. No ano passado o país teve uma perda diária exatamente na área em que nós tivemos crescimento na década de 80. Por uma falta absoluta de planejamento e de definição, tivemos uma perda diária de 9%. Ou seja, pela irresponsabilidade de algumas autoridades do governo, perdemos a área de uma década em apenas um ano.

Na questão da representatividade do

*Na expulsão de
pequenos produtores,
estamos dizimando a
pequena propriedade.*

Osmar Dias

setor rural, eu tenho insistido, no Paraná, junto às cooperativas, que se as lideranças rurais não tomarem uma posição política clara, nós vamos ficar chorando eternamente a falta de representantes no Congresso Nacional e até mesmo no Governo Federal. Não vejo,

AGRIBUSINESS

Termo criado pelos Americanos em 1957, para sintetizar os três segmentos distintos do sistema econômico agrícola, ou seja:

- a) — O que antecede a produção propriamente dita e que engloba: as INDÚSTRIAS DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, INSUMOS MODERNOS, COMBUSTÍVEIS, ENERGIA, PESQUISA E EXTENSÃO;
- b) — A produção em si. O PLANTAR, CRIAR E COLHER;
- c) — O segmento após a porteira da fazenda e que engloba: SISTEMA de SECAGEM, CLASSIFICAÇÃO DE GRÃOS, ARMAZENAGEM, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO, INDUSTRIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO.

no Governo Federal, uma representatividade que possa ser respeitada pelos agricultores deste país. Eu não estou, aqui, criticando a figura do Ministro, mas esta iniciativa louvável da *A Granja*, a qual cumprimento, deveria ter sido tomada pelo Ministro, que, em nenhum instante, convidou as lideranças rurais deste país para discutir um planejamento de safra. Para discutir um plano plurianual para o setor agropecuário e para discutir os problemas atuais que estamos vivendo, que são gravíssimos e que podem, somados, resultar na perspectiva muito negra que faço, tomando como base os acontecimentos no estado do Paraná, no ano de 1991. Na expulsão de milhares de pequenos produtores, estamos dizimando a pequena propriedade — aquela que produz o alimento básico, não apenas no Paraná mas em outros estados — com uma política agrícola que não atende aos preceitos básicos das necessidades de nossos agricultores. E o Ministro da Agricultura perdeu uma grande oportunidade que, aliás, está sendo suprimida pela *A Granja*. Mas eu repito, gostaria que esta iniciativa tivesse sido tomada pelo Ministro da Agricultura, que até agora, não nos convidou para discutir algumas soluções que temos para oferecer, fruto diário de nossa convivência com os problemas da agricultura.

Trago aqui algumas sugestões que podem amenizar o drama dos agricultores em 1991. Uma se refere ao crédito. O crédito rural não se modernizou,

A linha de crédito de investimento deve voltar. Mas não discriminatória e nem com interesses de "lobbies" **Osmar Dias**

é o mesmo de tantos anos e tantas décadas. A situação econômica do país totalmente alterada, com uma inflação muito diferente daquela de quando foi implantado, e ele praticamente não se atualizou. Os instrumentos novos criados, como a caderneta de poupança rural e o cooperativismo de crédito, não estão sendo suficientes para compensar a saída do governo do crédito rural.

Há uma necessidade de se criar novos mecanismos. E um deles é exatamente o que as cooperativas reclamam tanto. Dar para elas a mesma condição dada aos bancos, a mesma prerrogativa de depósito à vista, para que elas possam ter mais dinheiro no cooperativismo de crédito. As cooperativas, pelo menos é o que ocorre no Paraná hoje, estão bancando grande parte do plantio da safra que está aí para ser colhida. O governo federal fugiu à sua responsabilidade.

Para regulamentar a forma da correção, que faz com que o custo financeiro das operações de crédito rural esteja muito superior à média dos últimos anos, propomos que o governo federal assumira, em âmbito nacional, o que implantaremos no Paraná, para pequenos produtores e para produção de alimentos, ou seja, o crédito equivalente-produto. Onde o custo seja corrigido exatamente através do produto que está sendo plantado. Se o produtor plantar feijão, que seja corrigido o valor do financiamento, o valor do empréstimo, na base do preço mínimo do feijão.

Também esta história que está escrita na lei agrícola de privatização do seguro agrícola. Embora eu seja contra intervenção do estado há algumas ações em que o estado é absolutamente necessário para se evitar lobbies e para se evitar o massacre que os bancos impuseram à agricultura nacional, principalmente no final desta década. O seguro agrícola deve ser responsabilidade do Estado. Não concordo com o Marimon quando ele afirma que a pesquisa agropecuária deve ser responsabilidade exclusiva do Estado, porque temos exemplo, inclusive no Paraná, em que as cooperativas desenvolveram trabalhos de pesquisa com excelentes resultados e proporcionaram ganhos de produtividade, triplicando, praticamente, a produtividade do trigo, em dez anos.

Temos aqui o presidente da Batavo, que faz parte deste complexo de cooperativas, que investiu no ano passado, se não me engano, dois milhões de dólares em pesquisas, com resultados extraordinários na produtividade. Nós temos, ali, naquela região, uma Holanda, produzindo em níveis invejáveis, em um solo que não chega próximo ao solo mais fértil do Paraná.

Este mecanismo de seguro agrícola acoplado ao crédito rural é indispensável, porque nós somos a única atividade econômica do país que não tem seguro daquilo que faz e exercemos a atividade de maior risco. Se estiver pegando fogo aqui no supermercado, ou em um boteco qualquer de Brasília, por certo o dono não perderá, sua atividade está segurada, a nossa não. Queremos ter esse mesmo direito.

A linha de crédito de investimento, deve voltar imediatamente. Não discriminatória, com interesses de lobbies que praticamente comandam a distribuição deste crédito. Quero, aqui, citar exemplos, para que não fique apenas na retórica, de como estamos vivendo, neste momento no Paraná uma discriminação odiosa por parte do governo federal, especificamente neste caso do BNDES, onde uma única pessoa está definindo o futuro da citricultura no estado do Paraná. Nós ficamos trinta

anos sem plantar laranjas, evidentemente não porque havia um lobby paulista, mas porque havia o interesse de algumas indústrias de não haver concorrência maior. E o estado do Paraná representava isso. Entramos de sola num projeto de citricultura, onde o governo do estado está apoiando, inclusive com recursos, com produção de mudas. Fomos buscar o financiamento do BNDES, e o parecer de um único técnico inviabilizou todo o projeto. Disse que, para os próximos dez anos, a produção de sucos é inviável economicamente. Eu não posso acreditar numa afirmativa dessa, com a Flórida queimada pelas geadas e os laranjais da Califórnia, e com as perspectivas que o próprio banco mundial nos dá, de que nos próximos dez anos será uma atividade rentável. Cito isso como exemplo para dizer da necessidade imediata de se retomar os investimentos no setor, já que nós estamos com os nossos equipamentos sucateados, onde, no ano de 1990 se vendeu a metade de tratores, vendidos no início da década. Em 1981 vendemos mais de 60 mil tratores, em 1990 poucos mais de 22 mil tratores. Portanto 50% daquilo que foi vendido no início da década, quando temos a necessidade e obrigação de expandir a fronteira agrícola, modernizar os nossos equipamentos.

Outro exemplo. Eu fui recebido, numa região do estado do Paraná, por um desfile de animais e máquinas. Os animais eram novos, mas os tratores daquele desfile eram verdadeiras suca-



Terra bem trabalhada é "breve" contra a erosão

tas. Deste fato tirei um exemplo, porque em uma região de produção de grãos, não se via mais do que dois tratores novos, num desfile onde mais de cem participavam. Há uma necessidade absoluta de se retomar uma linha de crédito para investimento no setor, caso contrário, nós não podemos pensar em agricultura competitiva, moderna, como hoje se prega. Agregando-se a isto, se nós não temos condições de comprar equipamentos no campo, pouco adiantará o estudo de liberação das importações destes equipamentos.

Um outro mecanismo indispensável é o preço mínimo, que, ao lado do crê-

Outro desastre tem sido a administração de estoques reguladores. Há perspectiva de faltas

Osmar Dias

dito, de 1965 até mais ou menos 1980, representou os esteios do crescimento da produção agrícola — hoje em pleno declínio. O preço mínimo de um ano tem sido sempre inferior, em termos reais, ao do ano anterior. Praticamente não existe, uma política dos preços mínimos, porque o Governo Federal, mais uma vez de forma irresponsável, deixa de cumprir uma lei que ele próprio criou. Estamos comercializando o feijão no estado do Paraná abaixo do preço mínimo. O preço do mercado está abaixo do preço mínimo e o Governo Federal não coloca recursos, da AGF, para adquirir o feijão. Com isso os atravessadores, este é um grande problema que nós estamos vivendo, estão comprando a produção e, com toda a certeza, vão vender pelo dobro do preço de mercado no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo. Estamos observando que os produtores estão entregando logo o feijão, já que não podem guardar mais. O financiamento não está sendo liberado, eles precisam de ...dinheiro e estão, portanto, vendendo abaixo do preço mínimo. Propomos que a fixação dos preços mínimos seja feita pelo Conselho Nacional de Política Agrícola, que inclusive não sabemos se existirá, pois, há uma tendência de se vetar ou pelo menos, de mudar as atribuições deste Conselho. É preciso ser denunciado, o grande “truque” do governo, na liberação das GF,

Recursos Federais

- EGF** — Empréstimo do Governo Federal
- AGF** — Aquisição do Governo Federal
- VBC** — Valor Básico de Custo

onde os agricultores, só recebem liberação no último dia do mês. O produtor desta maneira, perderá 17 ou 19%, conforme a inflação do mês. Ele não utiliza estes recursos, porque sabe quanto custa o “engodo”. O governo recolhe estes recursos ao tesouro dizendo que está sobrando dinheiro de EGF. Estes “truques” precisam acabar, para que possamos ter mais tranquilidade para produzir. A divulgação, em época oportuna destes preços mínimos, deve ser norma, pois geralmente são fixados depois da cultura plantada.

Outro desastre têm sido a administração dos estoques reguladores. E neste ano, que iniciamos, há uma perspectiva de não haver abastecimento e com isto nós vamos ter que importar alguns alimentos. Mas não há, por parte do Governo Federal, nenhum planejamento para que essas importações interferiram o menos possível no mercado interno. Simplesmente se deixa ocorrer, e quando faltar, se importa sem nenhum critério. Às vezes se importa, até sem necessidade, como bem disse o Marimon. Então, há a necessidade de um planejamento de estoques reguladores, e que, de preferência, estes estoques reguladores sejam administrados regionalmente e atenda, em primeiro lugar, as regiões de produção, porque é insuportável o estado produzir, por exemplo, milho, transferir o seu milho para outro estado e ter que buscar em Goiás, apenas para atender o apetite das Empresas Transportadoras, que fazem uma sociedade interminável com a CFP. Exemplificando: o milho do Paraná vai para Rio Grande do Sul e nós vamos buscar o mesmo, em Goiás, evidenciando o aumento no frete.

Vamos ter que importar, esta é a perspectiva para o ano de 1991, mas, por parte do governo, ainda, não há uma definição e estamos aqui, em janeiro, pedindo o que deveria ter sido feito. Novamente iremos fazer aquilo que *A Granja* já publicou, que no ano de 89, se importou cem mil toneladas

de leite em pó, se pagando 47 dólares a mais por tonelada. Isso resultou numa aplicação de recursos que daria para comprar 250 mil vacas ao preço de mil dólares cada uma, cuja produção nos isentaria dessa necessidade de importar. Melhor resultado teria o governo se tivesse dado de graça essas vacas aos produtores. E nós não queremos nada de graça.

Na linha de crédito, defendo que ha-



A produtividade está diretamente associada ao maquinário agrícola

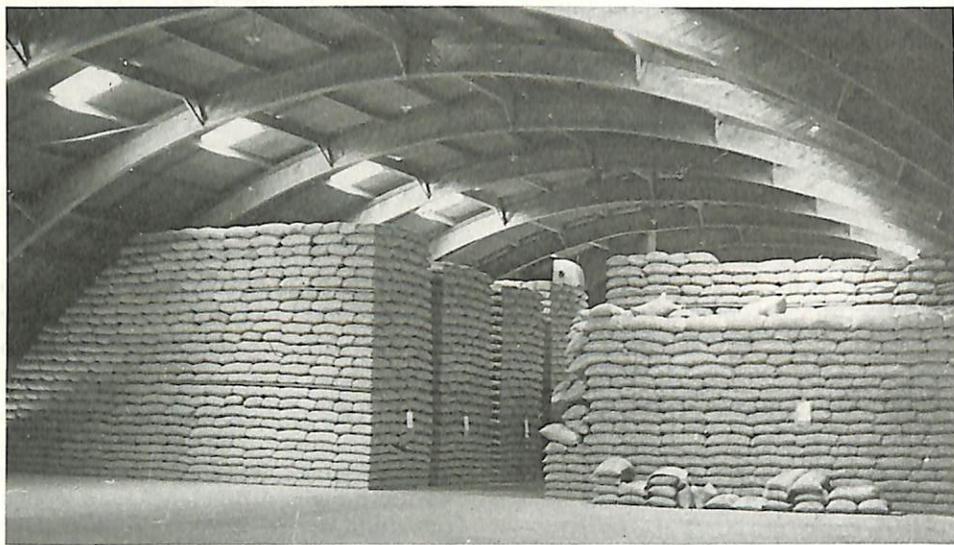
ja uma renovação dos equipamentos agrícolas. Há necessidade, também, de uma linha de crédito para a agroindustrialização, que é a única forma de se preservar a renda agrícola. Preocupação também aqui colocada pelo Roberto Rodrigues. Sem dúvida nenhuma, a renda agrícola de 1990 foi pior do que a de 1989 e a de 1991 será muito pior do que a de 1990. Pelas perspectivas que temos e, principalmente, porque os preços do mercado internacional estão deteriorados, há excedentes de grãos na Europa, em torno de 11% em relação à sua demanda. Só o trigo 17%, açúcar 27%, carne 8%, leite 5%. Existem, portanto, excedentes na Europa que fazem com que os preços sejam comprimidos no mercado internacional. Há a necessidade de se valorizar a produção, apoiando-a com uma linha de crédito direcionada a agroindústria. E não há nenhuma perspectiva de que isto ocorra, pelo menos em 1991. Muito pelo contrário, a política do Governo Federal é exatamente a de não con-

Com a indefinição do governo, trigo atrapalha a estocagem da safra de verão

Osmar Dias

ceder crédito. É preciso ainda termos uma perspectiva clara, do que ocorrerá com o trigo nacional. O governo ainda não disse o que vai fazer com o trigo nacional e nós (Paraná) que plantamos ou que colhemos 60% do trigo, estamos muito preocupados porque vemos o trigo sendo condenado a morte, pela irresponsabilidade, mais uma vez, de quem disse, quando nós estávamos plantando trigo, que não alteraria as regras de comercialização pelo menos nesta safra. O Ministro da Agricultura que tinha anunciado isso no dia em que começávamos a colher a safra no Paraná, foi à televisão e anunciou que a comercialização seria privatizada e que teria EGF a disposição dos produtores. O EGF não foi liberado.

Estamos em competição desigual, imoral até, com o trigo que está sendo importado, até do Uruguai, a 76 dólares a tonelada quando o nosso custo de produção ultrapassa 160 dólares a tonelada. Mais uma vez devo aqui discordar de uma posição do Marimon, que podemos competir com o Uruguai se nos forem dadas as mesmas condições, ou com a Argentina com a produção de trigo. Nós dificilmente poderemos competir com a Argentina, pelo seu clima, solo e com a lavoura praticamente isenta da aplicação de defensivos, sendo que o nosso custo de produção será sempre mais alto, a não ser que haja subsídio à produção de trigo. Acho que é mais barato ao governo brasileiro optar por uma política de apoio para aumento da produtividade de trigo, fato possível já demonstrado que nós multiplicamos por três na última década, do que continuar importando trigo e desta forma inviabilizando aqui a cultura de inverno. Nós precisamos de uma definição clara do governo, do que ele quer com o trigo, se é para deixar de plantar, nós deixamos (Paraná) de plantar e vamos buscar outras alternativas se é que existem. Mas ficar nesta indefinição, e o trigo inclusive está ocupando armazéns que vão receber milho a partir de fevereiro, o que pode provocar problemas para o recebimento da safra de verão. Tudo isto porque, simplesmente, o Congresso retardou a aprovação da Suplementação Orçamentária. Depois de o Congresso autorizar, o Governo Federal nem sequer publicou no Diário Oficial esta autorização e por-



Sem escoamento dos estoques a safra de verão pode "embolar"

tanto não pode remover o estoque de trigo que está nos armazéns. O produtor não pode vender porque não tem quem compre o trigo. Há vinte e cinco mil processos de Proagro estancados nas agências do Banco do Brasil por falta também, de definição do governo federal. Não vemos nenhuma posição assumida pelo Ministério da Agricultura e volto a lembrar do problema da representatividade. Nós não temos uma representatividade do governo federal, que nos defenda, que defenda os interesses do setor e não temos também, uma representatividade no Congresso Nacional, por responsabilidade, por culpa nossa, porque nos momentos em que temos a oportunidade de escolher representantes que possam votar lei agrícola decente, que respeite as nossas necessidades, nós diluímos o apoio. Acabamos elegendo radialistas, locutores com voz bonita, que não vão nos representar jamais. Toda vez que ligo para um Deputado e peço a ele para defender a Suplementação Orçamentária, que nós estamos sem EGF no Paraná, o Deputado me pergunta, o que é EGF? É desanimador, porque não saber o que é EGF, AGF, e a maioria absoluta dos deputados, não sabem o que significa isso, fica muito difícil ele conhecer nossos interesses, nossos direitos. Eu falo pelo Paraná, que não tem nenhum representante ligado ao meio rural no

Congresso e não elegeu, agora, nenhum representante. Chamo a atenção das Cooperativas, juntamente com as Federações de Agricultura, que precisam sair desta posição do não poder se intrometer, não podem participar diretamente das eleições, porque são entidades de classe. Representam uma sociedade, portanto, não podem participar diretamente. O que não pode ser aprovada é a omissão e enquanto não tivermos uma orientação efetiva aos nossos produtores rurais que recebem em suas casas apenas as informações do TRE, onde se mantém descaradamente, vamos continuar sem representantes no Congresso. O dia em que as Cooperativas, as Federações, os Sindicatos Rurais se decidirem por selecionar determinados nomes, independente de partido e passarem a apoiar estes nomes e eleger os seus representantes, nós vamos ter a mesma força do ABC paulista, porque eles cuidam disso, com muito mais atenção do que o setor agropecuário. É preciso definir ainda, para encerrar, o que nós vamos fazer com o leite, não é possível continuar da forma que está, com tanta oscilação no mercado. Onde o produtor não sabe o que vai acontecer amanhã. Respondendo algumas questões relacionadas aos estados, quero dizer aqui, que em relação ao meio ambiente colocado pelo Roberto Rodrigues, o Paraná investe

de forma pesada neste setor, tanto é que estamos com o maior programa da América Latina na conservação de solo, recuperação de matas ciliares. Sem a visão do ecologista "profissional", de que é preciso plantar árvores, para o passarinho pousar, porque vai ficar mais bonito. Nós plantamos árvores, orientando o produtor. Ele vai ter mais uma alternativa de renda, porque a mata vai produzir energia, e conservar o solo. Através da conservação do solo, da aplicação do calcário, é que estamos aumentando a produtividade agrícola no Paraná, na média de 15%. Esta visão é que deve ser levada para a preservação dos recursos naturais. Quanto ao ICMS, concordo com o Marimon que é uma taxa injusta e nós estamos procurando no Paraná, por proposta nossa, inclusive, que os agricultores tenham a oportunidade de se creditarem do ICMS pago na conta dos insumos. Portanto, aquele pagamento injusto, Marimon, no Paraná, já está sendo amenizado pelo creditamento, ou pelo recreditamento do produtor. Em relação a assistência técnica e pesquisa agropecuária no passado nós recebíamos 40% do orçamento para assistência técnica e pesquisa agropecuária do Governo Federal, hoje não há mais um centavo. Acabou com a Embrater, praticamente está aniquilando com a Embrapa, com um orçamento ridículo e a pesquisa está sendo renegada ao segundo plano. Mas estamos arcando com o ônus e ampliamos tanto o IAPAR, — Instituto de Pesquisa, quanto a Emater que é o órgão de assistência técnica, e vamos continuar



O financiamento, caro e raro, está sucateando o maquinário agrícola

ampliando estes dois Órgãos, porque acreditamos que não há nenhuma perspectiva de se produzir com mais tecnologia e com mais rentabilidade na agricultura, sem uma pesquisa avançada e uma extensão rural que possa levar a tecnologia ao campo. Desta forma eu também encerro a minha participação, dizendo que continuo lamentando o fato de não poder participar com sugestões, ao Ministro da Agricultura, embora tenha sido o seu Ministério debilitado pelo da Economia, este poderia tomar a iniciativa de convocar a Classe Rural, através de seus representantes, as suas lideranças, para que pudéssemos, pelo menos, demonstrar ao Governo Federal que da forma que está, agricultura em 91, será desmantelada e nós perderemos mais uma década para recuperar aquilo que faremos de mal, em 91 pela agricultura. Obrigado.

Osmar Dias

A Granja — Sr. Secretário de hoje, Sr. secretário de amanhã, muito obrigado pela sua manifestação. A palavra está a disposição. Apenas para informação que obtive recentemente, o senhor Ministro da Agricultura tentará chegar aqui, a hora do almoço, meio dia e meio, e evidentemente, assim como você Osmar, como nós todos poderemos inquiri-lo nesta ocasião, ao que tudo indica que irá ocorrer. Evidentemente, a manifestação do Osmar Dias não se encerra neste momento. Está a palavra a disposição. O Marimon foi bastante citado, bem como outras pessoas que estão aqui.

Ary Marimon — E até pelas discordâncias eu vou precisar de mais oportunidades.

A Granja — O aparte, é parte exatamente do nosso futebol, das nossas convergências e dos eventuais conflitos e divergências. Então, Marimon, por favor.

Ary Marimon — Na discordância em relação a pesquisa, pergunto por exemplo; a média de produção de feijão no Brasil é 600 quilos, quem está pesquisando o feijão? O feijão é alimento básico. Quem é que está pesquisando mandioca? Quem pesquisa sorgo? Mandioca e sorgo são alimentos básicos. No milho existe alguma coisa, mais em função dos híbridos que estão

Como proceder com o crédito do ICMS, se o produtor rural não tem meios legais para fazê-lo.

Ary Marimon

aí. A pesquisa que temos é no arroz, pioneira no Rio Grande do Sul, em grande parte procedida pela iniciativa privada, visto que o Iriga é uma Autarquia e a pesquisa, praticamente, é alimentada por recursos da produção onde incide em cada saca beneficiada, um "X" para pesquisa. O trigo é a mesma coisa, pioneira também a Fecotriga no Rio Grande do Sul, mas escapa destas grandes fortunas, não tem mais nada. Quem pesquisa por exemplo forrageiras? Ninguém praticamente. Então nós precisamos que o Estado, que o Governo, e daí eu vou afirmar e insistir que é atribuição do Governo principalmente a pesquisa pura. Estamos pesquisando na área particular, mas os técnicos, via de regra não foram preparados pela iniciativa privada, vieram exatamente do Governo. O Estado os preparou, deu a formação técnica e muitos receberam especialização fora do país. Depois, pela miséria que o governo paga, esses técnicos acabam vindo para a iniciativa privada. A pesquisa é fundamental, acho também, meu prezado amigo Osmar, que temos condições de competir com o trigo argentino. Temos hoje, uma média e é baixa, mas tínhamos a quatro ou cinco anos atrás noventa e cinco quilos por hectare, o rendimento, hoje, está em torno de 1800kg/ha. Temos produtores lá no Rio Grande do Sul, como no Paraná, com 4000 quilos por hectare. Essa produtividade nós temos condições de firmar, podendo assim, diluir custos. A mesma coisa ocorre com a carne, tudo isso é uma questão de que o tratamento ao produtor seja idêntico ao de lá. Como proceder com o crédito de ICMS embutido nos insumos, se o produtor rural não tem este imposto?

A Granja — Acabou de falar o presidente da Farsul, o Dr. Ari Marimon e eu passo a palavra ao Secretário de Agricultura do Paraná Dr. Osmar Dias.

OSMAR DIAS — Eu também não quero polemizar, nem discutir com o Ari, mas eu concordo que a pesquisa agropecuária é muito fraca em relação ao milho, a mandioca e ao sorgo. Sor-

Talvez o crocodilo não fosse o animal certo no ano passado, deu cachorro louco

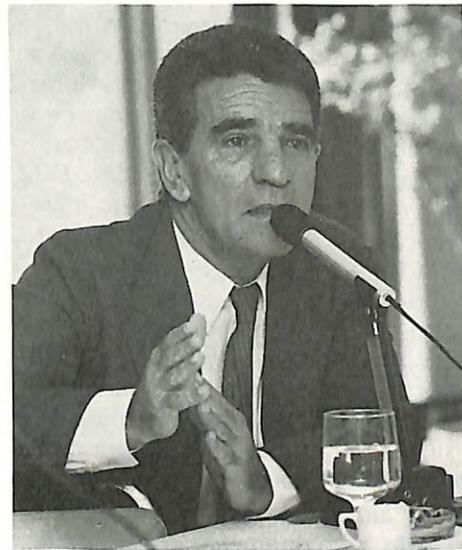
Antonio Ernesto Salvo

go inclusive que poderia ser uma das opções para o inverno e discordo em relação ao feijão, porque o IAPAR tem uma pesquisa bem avançada em feijão, com novas variedades criadas. O grande problema da cultura do feijão, não adianta se criar variedades, produzir sementes selecionadas, se apenas 10% daquilo que é plantado é semente; os 90% restantes são grãos melhorados. Há necessidade, isso sim, de uma política de incentivo a utilização de semente, e aí entra exatamente o crédito rural. Agora concordo com a sua afirmação de que principalmente o estado deve ser responsável pela pesquisa. A outra questão do trigo eu continuo discordando, porque a Argentina tem, hoje, um custo de produção em torno de 50 dólares a tonelada e a nossa produção está em torno de 160 dólares a tonelada. Para nós chegarmos nessa competição, teríamos que fazer

crescer demais a nossa produtividade e se nós temos produtores com 4000 quilos, esta não é a média, a nossa é em torno de 1800kg/ha e pode chegar até os 4000 quilos, mas teremos sempre o ônus dos fertilizantes e defensivos. O trigo, na Argentina é praticamente produzido de maneira natural, sem estes insumos que encarecem os custos de produção. Em relação ao ICMS temos um sistema criado, proposto pela Secretaria de Agricultura, junto com as Cooperativas, em que o produtor compra insumo e faz sua contabilidade junto a Cooperativa. Assim é deduzido a parte de ICMS que ele fica credor, para as futuras aquisições de insumos. Assim está fazendo o estado do Paraná. O produtor não recebe dinheiro de volta, mas ele fica com o crédito e este ele pode utilizar para os futuros tributos. Ele transfere aqueles créditos para novas compras ou para a venda de seu

próprio produto. Muito obrigado. *A Granja* — Sem ser necessariamente esquerdistas, eu vou dar a palavra a quem está a minha esquerda.

ANTONIO ERNESTO SALVO, da Confederação Nacional de Agricultura.



Antonio Ernesto Salvo e seu horóscopo chinês agrícola

Gostaria de cumprimentar os presentes, parabenizar *A Granja* pelo evento, dizer que ao tentar cumprir a pauta e sendo o quadro da situação nacional e mundial bastante difícil, eu, um homem crédulo, por ser um agricultor, resolvi apelar para o Horóscopo Chinês. O nosso ocidental já está desgastado e fiquei a imaginar como é que a gente poderia prever o caminho da agricultura em 91. Olhei para trás, no ano de 90, e imaginei como os chineses fazem, quando dão a cada ano, o nome de um bicho. Teríamos o ano do crocodilo, porque o crocodilo? Porque é um animal sutil, delicado, um animal que dá bocadas com tranquilidade, um animal de QI muito alto, um animal que demonstra no seu aspecto físico e intelectual muito das coisas que se fizeram na economia e na agricultura brasileira neste ano. Mas, talvez o crocodilo não fosse o animal mais indicado, quem sabe o ano passado, o ano de 90, tenha sido o ano do cachorro louco. O ano daquele cachorro simpático, do cachorro atlético, do cachorro brincalhão mas estabonado que ao tentar arrumar as coisas estraga tudo, que quebra e puxa a linha e que pega na rua sacos de leite e fruta estragada e trás para dentro de casa. Mas ainda não estava feliz com este bicho. Pensei que talvez

SAMCIL

CONVÊNIO EMPRESA

ASSISTÊNCIA MÉDICO-ODONTOLÓGICA
CONVÊNIOS PARTICULARES
TODAS AS ESPECIALIDADES MÉDICAS
SOFISTICADO APARELHAMENTO MÉDICO
ATENDIMENTO COMPUTADORIZADO
CONSULTA COM HORA MARCADA

REDE HOSPITALAR PRÓPRIA

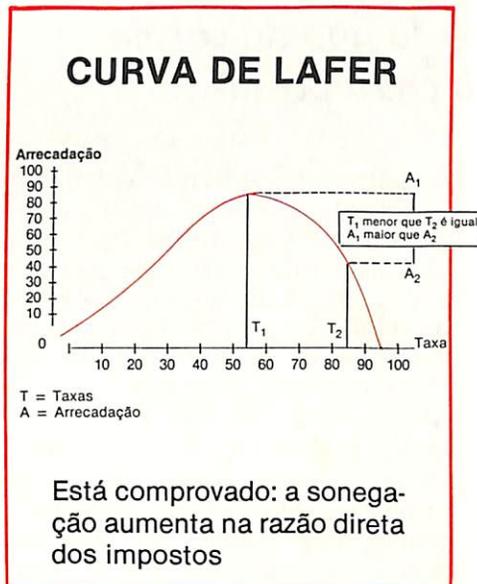
29 ANOS DE EXPERIÊNCIA

INFORMAÇÕES: DEPTO. DE MARKETING

211 4722 • 211 4811

R. EVEZU, 119 - ALTO DE PINHEIROS - CEP 01427 - SÃO PAULO

podia ser o ano da coruja, o ano em que o agricultor ficou calado espiando acontecer as coisas e isso podia ser confundido com sabedoria, mas também, podia, ser confundido com inércia. Ou seria o ano do rato, não de um rato comum, mas um rato preconceituoso, um rato que sabia que saco roer, onde comia o que estava guardado e deixando por outro lado outros sacos sem tocar. Ou seria o ano do burro, tão acusado pela sua falta de inteligência. O ano do burro que para liberar o cruzado novo do agricultor, para pagar a sua folha, no mês de abril de 1990, gastou seis portarias em quinze dias, para dizer que o agricultor tinha direito de retirar cruzado novo para pagar os seus empregados, porque ao se fazer essa portaria, esqueceu-se que em sua maioria não é pessoa jurídica, é pessoa física e a liberação na sua forma inicial apenas contemplava pessoa jurídica. Depois de muita luta e muito tempo, conseguiu-se de certa forma com nuances surrealistas porque para se liberar o cruzado novo era preciso que o Sindicato do Trabalhador Rural carimbasse a folha de pagamento do empregador rural, numa absurda e melancólica mistura de funções e de características de cada setor da sociedade. Conseguiu-se, por fim brilhantemente, com seis portarias em quinze dias, dizer-se que o agricultor que tem algum tipo de registro podia ir ao banco liberar sua folha de pagamento. Seria o ano do burro, outra vez, pelo ITR, este ITR que acabou de ser derrotado no Congresso. O ITR que aumenta o imposto da pequena propriedade, a menor que houver no Brasil, aquela que tenha um só módulo rural ou mais de um módulo e que seja produtiva e eficiente, que paga portanto pela legislação vigente 0,02 do valor da terra nua no ITR passaria a pagar 0,4. Lembrei-me até do Ministro Delfim, porque achei que essa conta de 0,02 para 0,4 é muito pequena, se não me falta aí a matemática, deve ser alguma coisa perto de 0,36 e que vale aumentar alguma coisa em 0,36. Delfim falou uma vez que aumentar o Imposto de Renda do agricultor de 5 para 15% não valia nada porque era só 10% de aumento. Não sei o que vai ser do ano de 91. Tem uma guerra no Golfo Pérsico que complica as coisas. Uma sociedade brasileira que procura caminhos. Algumas certezas, nós temos, a certeza que a safra de verão esta, aí, irremediavelmente comprometida. Com alguma coisa perto do cabalístico número de 65



milhões de toneladas que como diz o Roberto, é 65 qualquer que seja o seu peso em toneladas. A recessão vai detonar o poder aquisitivo ao nosso assalariado. Nosso povão que come o que nós produzimos, e que precisa urgentemente de uma conscientização das lideranças agrícolas do Brasil. Se faz agricultura com competitividade e eficiência, mas se não tiver gente com dinheiro para pagar o que come, vamos ficar com as safras nos galpões. O consumo se dará com uma distribuição de renda, em um aumento do poder aquisitivo, do consumidor de baixa renda no país. A questão tarifária brasileira que seria o outro caminho natural, aqui dita pelo Marimom, pelo Secretário Osmar Dias, pelo companheiro Roberto Rodrigues. Não há nada melhor para amenizar a fala cansativa de produtor

Acho que é um defeito original de pensamento se admitir que alguém seja porta-voz

Antonio E. Salvo

o que analisar um produto agrícola mais em crise. De todos, o café acha-se em pior situação. Vocês me dão o prazo de direito para ajudar um pouquinho a cafeicultura. Sou de um Estado onde o café tem uma extraordinária importância. A questão cambial tem que ser tratada com extrema competência. Não podemos permitir que se alimente o povo brasileiro a custa de incentivos brutais que outros países exercem. Alguns evidentes e fáceis de serem

detectados e punidos, outros sutis e habilidoso, como o frete canadense ou como o retorno dos impostos argentinos, que constituem uma forma de subsídio muito mais dissimulada. Devemos estar extremamente atentos a isto, porque esses disfarces são mais um fator de inibição do crescimento da nossa sofrida economia. A curto prazo e a custo de produtos subsidiados podemos minorar a pequena capacidade de aquisição da bolsa popular. Mas a médio prazo, e a curto prazo isto é um bumerangue que retorna também contra o pobre consumidor que vai ficar então à mercê dos mercados internacionais. Muita coisa já foi dita e certamente será dita com muito mais proficiência do que eu, mas gostaria de centrar esta parte do meu pequeno pronunciamento na questão do envolvimento. Osmar já falou disto aqui, o envolvimento do agricultor na questão política brasileira, na questão partidária brasileira, na questão da própria equação política, social, formal que nos rege. E continuo me perguntando porque nós dedicamos 99% do nosso tempo a lutas, as batalhas, a questões com o Executivo e olhamos tão pouco para a área do Legislativo. Não que isto se prenda à Constituição claramente Parlamentarista que temos, é talvez, um vício do passado, onde aprendemos a resolver as nossas questões quando havia acesso e prestígio. Era relativamente fácil nas salas e ante-salas dos Ministros poderosos deste país. Parece que esta é uma etapa abolida pela sociedade brasileira. Não vamos mais poder sair das nossas lides, das nossas atividades, quando, eventualmente, os problemas nos agridam de uma forma muito séria e procurar-mos nos gabinetes dos Ministros de Brasília resolver através de medidas administrativas as nossas questões. O assunto é muito mais penoso e trabalhoso do que isso, nós temos que nos envolver com o Parlamento Brasileiro em todas as suas etapas. Não só na sua etapa eleitoral mas também na sua etapa do exercício do mandato do deputado. Não concordo com tudo que foi dito aqui, porque acho de certa forma um pouco injusto com companheiros valorosos que ocuparam no passado, na última legislatura, cargos Legislativos e que vão ocupar na próxima legislatura. Especificamente, no meu Estado conseguimos mobilizar forças, talvez ao contrário do que outros fizeram, não é geral a minha afirmativa, mas conseguimos

Outra vez, não sei se é do ano da coruja, ficamos olhando a coisa passar...

Antonio Ernesto Salvo

eleger companheiros nítidamente inseridos na problemática agrícola. Não acredito em monoclassismos, não acredito, acho que é um defeito original de pensamento, se admitir que alguém seja porta-voz de uma categoria. Sob esta ótica recuso-me realmente a participar de uma política partidária. Aliás para que fique claro, não sou político, nunca fui e não tenho vocação para o cargo de político partidário. Sou um representante de classe, modesto e que só venho trabalhando nesta direção.

Aqui cabe um parêntese, porquê temos tanto medo do PT? Quando o PT, sem dinheiro, costuma eleger seus candidatos pelo trabalho efetivo dos seus simpatizantes na busca de votos, nós da agricultura costumamos transformar isso numa mera caixinha de dinheiro, onde alguém limpa sua consciência dando alguns milhares de cruzeiros para algum candidato. É outro enfoque que temos de mudar. Não é mais assim que se faz política neste país. E, depois que elegemos estes homens, temos de ajudá-los dentro do seu trabalho, porque é humanamente impossível um parlamentar saber o que é GUT e o que é GEE. Porque GUT, grau de utilização da terra, e GEE, grau de eficiência na exploração, foi montado, não descobri, ainda, se em Massachussets ou na Sorbonne. Mas foi montado por homens de extraordinária capacidade mental, que são capazes de dar nó num pingão d'água e ainda dar um outro nó por cima. É uma das coisas mais inconcebíveis, complicadas e difíceis que existem no Brasil. E isso, GUT e GEE, é a base do imposto territorial rural.

Eu chamaria atenção especial — temos alguns assuntos nesta legislatura que dizem respeito, fundamentalmente à agricultura brasileira e aos caminhos que esta agricultura vai, ter no ano de 1991. O primeiro de todas é a lei agrícola, que a gente sabe, é a casca sem o miolo. E o miolo vem de lado com duas iniciativas do Executivo. Vem com uma medida provisória, onde o governo corrige os textos que estavam, na lei agrícola, colocados de maneira conceitualmente correta mas formalmente erradas, no entendimento do Executivo.

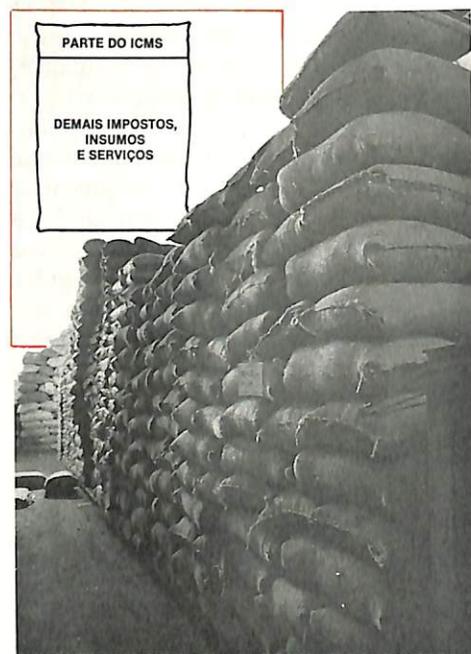
E vem através de uma mensagem de

um anteprojeto de lei que versará, provavelmente, sobre a questão tributária, que é uma questão, já dita aqui e analisada na periferia, não cabendo maior exame. Mas é um dos maiores absurdos brasileiros, que alguém plante milho no mês de setembro, alguns estados têm a possibilidade de crédito do ICMS destes insumos, a inflação corrói o valor deste ICMS pago até o mês de abril ou maio, e na hora que o indivíduo vai se ressarcir deste prejuízo, através do crédito fiscal, recebe uma moeda de maio com o valor nominal de setembro. Isso é brincadeira dos estados que fazem isso. É fazer pouco da nossa capacidade analítica. O correto, e só há um correto nisso, é o crédito fiscal presumido. Porque o agricultor brasileiro não tem escolaridade para manter escrita, nem guardar nota fiscal. O que tem de ser colocado é que essas alíquotas absurdas de ICMS, têm que ser diminuídas de forma a incorporar no custo do produto, o quanto o produtor já pagou inicialmente de ICMS nos insumos. Ou, como está na lei agrícola, artigo vetado pelo que sei, a isenção de ICMS nos insumos agrícolas, que seria realmente um excelente caminho, mas que infelizmente peca pela capacidade que os estados teriam de se entender. Há estados que são fornecedores de insumos para outros estados. E no momento em que esses estados tivessem a isenção do ICMS, teria de haver um mecanismo de compensação entre os estados, para que um se apropriasse do ICMS de outros. Enfim, há a necessidade de nos envolvermos, este ano, na questão tributária, especificamente na agricultura, embora seja um problema real que atinge a sociedade brasileira no todo. O que parece, e o Ministro talvez nos diga, que a Mensagem que o Executivo vai mandar, complementando a lei agrícola, tratará desta questão tributária, se não me engano, regulamentando os artigos 185 e 186 da Constituição.

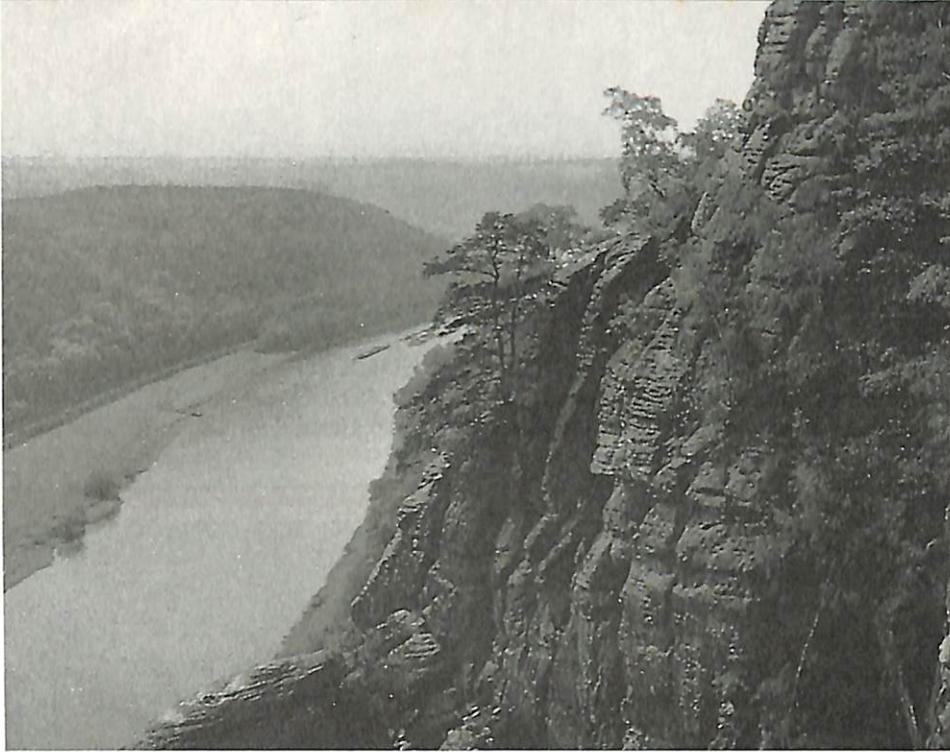
Nós temos um problema, ainda este ano, da lei agrária, da famosa definição, dá o que vai ser a propriedade produtiva. O que é função social, o que é pequena e média propriedade. E estas questões, todos nós sabemos, não há necessidade de maiores abordagens. São questões que envolvem princípios

éticos, princípios ideológicos, teremos, certamente, uma batalha de bastante proporções no Congresso Brasileiro.

Do ITR eu já falei muito rapidamente, mas, apenas como curiosidade, trago aos senhores, pois além deste absurdo de se aumentar ITR da pequena propriedade em dois mil por cento, nesse ITR determinou-se que o que tinha que ser beneficiado era o latifúndio inexplorado, que, segundo os cálculos da CNA, e que estou à disposição para quem quiser e quem não acreditar nisso, o latifúndio inexplorado, até o limite de 305 mil hectares, tinha redução de imposto pela nova sistemática de terra. Havia, então, um aumento da taxaço da propriedade produtiva, de quanto menor mais aumento, e havia uma correspondente diminuição da taxaço do latifúndio inexplorado. Hermenêutica curiosa dessa lei do ITR, um apêndice



extremamente interessante a gente discutir. Para uma propriedade de mil hectares, uma propriedade média produtiva, o imposto seria, dependendo do lugar, algo perto de 20 mil cruzeiros. E quando se paga o ITR se paga, também, mais três tipos de contribuições. Uma delas se chama contribuição parafiscal. Esta contribuição parafiscal, em qualquer país do mundo, devia ser alguma coisa assim da ordem de 5, 10, 8, 3 por cento do valor do tributo. Na legislação do ITR que foi apresentada e destruída no Congresso, a contribuição para fiscal de uma propriedade de mil hectares, que pagasse de ITR 20 mil cruzeiros, seria de 52 mil cruzeiros. Quase três vezes a contribuição do ITR. Ou seja, o acessório era



Ecologia é beleza, manejo e praticidade

mais importante do que o principal.

O Roberto abordou a questão do meio ambiente. Nós estamos outra vez caudatários da sociedade, caudatários do movimento que é mundial, que é explosivo, que é apaixonante. Outra vez, não sei se é do ano da coruja, ficamos olhando a coisa passar e não tomamos uma posição agressiva e em defesa correta do meio ambiente. Uma obrigação de autopreservação, porque se nós não defendermos o nosso meio ambiente, certamente a nossa profissão, que é uma profissão que se encadeia por gerações, dificilmente poderá ser seguida pelos que nos sucederem. A esse respeito, e aqui eu gostaria de fazer uma sugestão para análise. O Roberto também colocou que nós temos que constituir, com urgência, algum tipo de organização informal, entre os diferentes setores responsáveis por 40% do nosso PIB e que constituem o chamado agribusiness. Para que esses possam chegar à sociedade não como um feito setorial de um agricultor, mas muito mais do que isso, como um feito de uma poderosa e substancial parcela da sociedade brasileira. Nós temos que ter algum tipo de organização, porque, certamente o pré-plantio, o pós-plantio e a agricultura, no todo está no mesmo plano inclinado, e muito provável em descida, como tem sido no passado. Subir só acontece quando os países se desenvolvem e aprendem a respeitar este setor. Este organismo, e eu não falo em entidade, porque respeito muito o Marimon que detesta entidades novas e diz

que as que existem já chegam e é demais, seja como esta, uma mesa quadrada, com pretensões de redonda pela igualdade com que estamos conversando. Onde estas questões sejam postas em discussão e depois sejam transformadas em ações efetivas, é o que, aqui sugiro, complementando essa união do agribusiness.

Nós precisamos, urgentemente, uma assessoria parlamentar do agribusiness montada em Brasília, informando aos nossos parlamentares das realidades do setor, para que estes parlamentares não façam como o deputado que me ajudou a trabalhar a UDR em Brasília — depois de se bater muito na luta, ao meu lado —, votou contra. Eu não sei se foi por uma distração ou por imposição do partido. Se tivéssemos uma assessoria competente e ampla, que fosse capaz de dar a esses homens o que o lado assalariado já sabe fazer tão bem com seu DIEESE e com seu DIAP, tenho certeza que o resultado seria outro. Não há mais como nos reunirmos aqui e, através da nossa simpatia e dos belos olhos que alguns têm, comovermos as autoridades na nossa direção. Nós temos de ir para a Casa do Povo, a última instância onde se resolvem as questões, e colocamos lá, de peito aberto, as nossas posições. Temos que esclarecer até os que não entendem de agricultura do que é justo e do que é socialmente correto.

Precisamos nos unir às pessoas que estão organizando a ECO 92, este grande conclave ambiental que se reali-

Sinto-me pequeno como sou, menor pela ausência dos companheiros.

Antonio Ernesto Salvo

zará no Rio de Janeiro em 1992. Tenho feito parte de algumas reuniões, pela Confederação Nacional da Agricultura, e me sinto pequeno, como sou, mas menor ainda, pela ausência dos companheiros, que, certamente mobilizados nessa direção, terão muito a contribuir e a melhorar no que diz respeito à imagem da agricultura. Temos que aprender, e para tal é necessário maior organização e mudar um pouco a nossa imagem perante a opinião pública. A imagem que se transmitiu neste assunto ITR, onde os meios de divulgação brasileiros a imagem de que o lobby rural impediu que se aumentasse a taxaço da agricultura brasileira, porque o lobby rural, se pode chamar assim ao grupo “vietcong” da agricultura, que luta contra o poderoso Exército capitalista do Congresso. Este grupo tentou mostrar aos Congressistas a injustiça que se estava praticando. Mesmo porque, se o Governo Federal quiser aumentar o ITR, basta que o Sr. Ministro da Agricultura, que vai entrar daqui a alguns minutos, e a Sra. Ministra Dona Zélia, façam uma portaria dizendo que a terra nua vale, não dez, mas cinqüenta. Esta portaria será capaz de multiplicar o valor do ITR arrecadado no exercício de 91 por cinco. Porque a taxaço é mera operação matemática onde o fator variável é uma alíquota que é alterada em função de mil coisas. O outro é o valor da terra nua, que é uma constante desde o momento em que o governo assim o desejar, pois a mesma é determinada pelo governo. Já os cansei muito com os meus alaridos de agricultor, pobre, de Minas Gerais. Só gostaria, antes de terminar, dizer que eu espero que o ano de 91, à diferença do de 90, seja o ano do homem decente e trabalhador. Muito obrigado.

Antonio Ernesto Salvo

A Granja — Muito obrigado Salvo, pelo seu depoimento. Ponho a palavra à discussão para acréscimos eventuais, divergências ou opiniões diferenciadas. Até agora, ouvimos uma série de depoimentos, quase todos eles se caracterizando mais pelo pessimismo do que pelo otimismo. Manzola, será que a ABCZ mostra o outro lado da medalha. Iha?

HEBER MANZOLA — Presidente da ABCZ — Assoc. Bras. Criad. Zebu.



Heber Manzola, representante do maior rebanho brasileiro

Em primeiro lugar, quero cumprimentar todos e à revista **A Granja** parabenizá-la por este evento.

A pecuária nacional passou pelo mesmo período que a agricultura na atualidade. Foi cortada nos créditos, esses créditos foram diminuindo e a pecuária, hoje, está passando por um período de bonança, porque o pessoal parou de fazer empréstimos. Não é o caso da agricultura, que nós todos sabemos e estamos discutindo, como diz **A Granja**, a situação hoje é de pessimismo.

Vejo uma coisa completamente diferente. Não sou pessimista. Pela primeira vez estou participando como presidente de uma entidade de classe. Essa entidade tem um nome nacional muito grande. No meu discurso de posse, disse que toda a entidade de classe não poderia ir por onde todas têm tentado: lidar com o Governo Federal e com o Governo Estadual. Este é um dos grandes problemas brasileiros. Tenho tido muito contato com o Ministro de Agri-

cultura, e tenho recebido bastante apoio dele, mas financeiramente não sai nada. O que o Antonio Ernesto me disse hoje, tomando o café da manhã, é justamente o meu pensamento e que deve ser o pensamento da agricultura brasileira. Se não nos conscientizarmos de que precisa haver uma união da agricultura brasileira, principalmente dos seus líderes, vai continuar o que está acontecendo no momento. Apoio em tudo o que o Antonio Ernesto disse, a respeito do problema dos nossos deputados. Infelizmente, ele citou o caso daquele que colaborou, ajudou em tudo e votou contra. Chegou a hora da agricultura. Chegou a hora da conscientização de todos nós, se não nos unirmos, não conseguiremos chegar onde pretendemos.

Como simples agricultor, topo a parada de participar de um evento, de um congresso, de uma mesa quadrada, como disse o Antonio Ernesto. E tenho certeza que a única maneira de conseguirmos alguma coisa é mexer no Congresso Nacional. Junto aos nossos Deputados, instruí-los, no que é isso, o que é aquilo e o que á aquilo outro. Os Secretários de Estado serão de uma ajuda e de uma valia muito grande para o nosso trabalho de equipe. Não tenho pretensão política nenhuma, a não ser desta que eu entrei e que deve ser a última, mas acredito que se houver conscientização de todos, a gente dá uma virada de mesa na agricultura. O que eu poderia falar mais, o Marimon falou, Roberto Rodrigues falou, Antonio Ernesto falou. Só tenho que agradecer e parabenizar mais uma vez a revista **A Granja** e que, se for convidado, estarei presente na constituição desta mesa quadrada, como diz o Antonio Ernesto. Muito obrigado.

Heber Manzola

A Granja — Muito obrigado. Duas vezes, em duas oportunidades foi dito aqui que há um sucateamento do nosso parque industrial e agro-industrial. Eduardo Logemann, o que você nos tem a dizer aqui, por favor?

EDUARDO LOGEMANN, presidente da SLC, indústria de colheitadeira do Rio Grande do Sul.



Eduardo Logemann não tem medo da tecnologia estrangeira

Depois das exposições bastante amplas, bastante explicativas do Secretário de Agricultura do Paraná, dos representantes de classe, gostaria de dar uma visão industrial, trazer alguns números. Quem sabe demonstrem como é que anda a nossa agricultura, vista do lado industrial. A nossa indústria é uma montadora. A indústria de colheitadeira, a indústria de implementos, a indústria de tratores, são indústrias terminais, que se valem de insumos, basicamente gerados pela indústria automobilística, aço, pneu, motor, rolamento, enfim diversos insumos. Utilizam de investimentos e capitais intensivos para transformação destes insumos em bens agrícolas. Há também altos investimentos a nível tecnológico, todas as indústrias fazem pesquisas e não fazem pesquisas simplesmente para vender produtos, mas para traduzir esses investimentos em benefícios, gerando tecnologia, desenvolvimento, e maior produtividade. Buscando que o agricultor se beneficie diretamente destas técnicas agrícolas. Queremos dizer,

O Brasil não repõe as máquinas necessárias à renovação de seu parque

Eduardo Logemann

aqui, que no Brasil, o índice tecnológico de nossas indústrias está praticamente idêntico com as mais modernas indústrias do mundo. Para exemplificar isto, trago os mercados que o Brasil conquistou nos últimos anos, anteriormente atendidos por produtos americanos e europeus, na América Latina, na África, no Oriente Médio e na Austrália. O Marimon falou e, se não me falha a memória, o Secretário também, de uma entrevista do mês de maio ou junho do ano passado, com o Ministro da Agricultura Antônio Cabrera, onde foi generalizado que a indústria, como um todo, vende insumos caros, que a indústria brasileira não é competitiva. Um grupo de empresários da agricultura estava buscando saber do Ministro como seria o futuro da agricultura, do que vai ser plantado, do que vai ser colhido e do financiamento. O Ministro, então, nos questionou dizendo que a indústria não estava colaborando, que os insumos gerados pela indústria eram caros. Desafiámos o Ministro, sugerimos a livre importação. E traduzimos nossa proposta em números. O Dr. Cabrera viu a realidade. Uma colheitadeira, de nossa fabricação, comparada com uma estrangeira de mesma capacidade, custa em média, sem os impostos, 40% mais barata. Posso plena convicção que os produtos agrícolas, não só em capacidade, em tecnologia e em preço, produzidos no Brasil, por toda a indústria, — vale o trator, vale a colheitadeira, vale o implemento, — tem plena capacidade de competição em qualquer mercado. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de máquinas agrícolas, só perde para os Estados Unidos, tem uma capacidade de cerca de 8 a 9 mil colheitadeiras por ano. Chegamos no pico de produção no ano de 1986, Plano Cruzado, com cerca de sete mil colheitadeiras, vendidas no mercado interno brasileiro. O último número de 1990 em duas mil e trezentas colheitadeiras, ou seja, cerca de 25 a 30% a capacidade nacional instalada. Em 1976, portanto 14 anos atrás, tivemos também, uma venda de 7 mil colheitadeiras. Crédito rural fácil e farto são os ingredientes para a indústria capitalizar-se e desenvolver-se ao longo dos anos. Tivemos oscilações em 82, 83, caiu-se para 3000, 4000 mil colheitadeiras e não estamos, infeliz-

mente, vendo perspectivas para este ano de 91, que sejam diferentes do ano de 1990. De forma que, se nós computarmos o parque em atuação no Brasil, a frota de colheitadeiras brasileiras — de cerca de 60 mil máquinas atuando, — e dermos uma vida útil média de dez anos, período aceitável mundialmente, para máquina de uso intensivo, e a maioria delas trabalha 50 a 60% mais horas do que qualquer outra máquina agrícola de uso — veremos que a produção não atende a reposição do maquinário, estimado em 6.000 unidades/mês. O Brasil não está sequer, respondendo o parque de máquinas necessárias para manter a produtividade. Não venham dizer que a máquina agrícola brasileira cresceu de tamanho. Evidente que cresceu, mas a produtividade agrícola também cresceu, devido também as máquinas agrícolas juntamente com o desenvolvimento da semente, da indústria de adubos, dos defensivos, fertilizantes, etc. Esses números do meu segmento, que é colheitadeiras, dizem que não está havendo contribuição, neste momento, do setor de máquinas agrícolas para a continuidade da produtividade brasileira. Simplesmente, porque não existe mercado interno buscamos mercado no exterior, mas isso não reflete, não diluí em nada, a melhora da nossa agricultura. Recentemente, o Marimon, e demais participantes falaram do aspecto tributação. Três anos atrás as máquinas agrícolas não pagavam ICMS, hoje paga 17%. Até 5 de outubro do ano passado, não pagava IPI, agora paga 5%. Evidente que a indústria, vamos ser bem honestos, neste ponto, repassa estes impostos e quem paga é o agricultor. Se não for invertido este quadro, as perspectivas são bastante difíceis. Cabe aos Governos Estaduais e o Governo Federal tirar um pouco desta carga agrícola. Obrigado.

Eduardo Silva Logemann

A Granja — Já que ninguém se manifesta, perguntaria ao Roberto Rossato, que é da área de implementos agrícolas, qual seria o seu acréscimo à comunicação, à palavra do Eduardo.

ROBERTO ROSSATO, Semeato S.A., fabricante de implementos agrícolas.



Roberto Rossato representando o setor de implementos agrícolas

Diria que o nosso segmento sofre um momento bastante difícil em termos de mercado interno. Os níveis de consumo e de investimentos em máquinas, no mercado nacional, caíram a números tão baixos, que hoje as fábricas brasileiras de ferramentas agrícolas estão trabalhando 70% para exportação e 30% para o mercado interno. Mesmo com a ameaça de importação de implementos pelo governo, nós estamos aptos a competir no mercado interno com qualquer fábrica ou qualquer fornecedor estrangeiro que quiser colocar máquinas e implementos no Brasil. Porque a nossa indústria de máquinas se modernizou, cresceu tecnologicamente e desenvolveu produtos, permitindo-nos exportar até com preços maiores que os do mercado interno.

A Granja — Muito obrigado. A palavra continua à disposição dos participantes. Alguém gostaria de adicionar alguma coisa?

ARY MARIMON, Presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul — Eu tenho dito, ultimamente, que a melhor maneira de aferir a reali-



COLHEITADEIRAS MASSEY-FERGUSON. QUEM CO

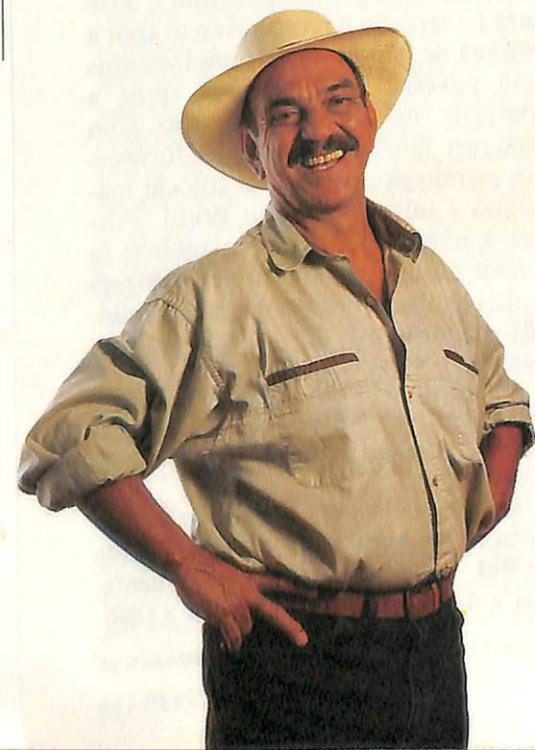
Quando a colheita é boa, o produtor ganha. Mas o País inteiro ganha também. Por isso, conte com a força das colheitadeiras Massey-Ferguson para ter o melhor rendimento da sua colheita. É sempre bom lembrar, quem colhe mais fica animado para plantar mais.

Exclusivo cilindro de alta inércia

Nos cilindros convencionais, as "margaridas" são feitas em chapas. Nas colheitadeiras Massey-Ferguson, a estrutura é robusta e de ferro fundido. Com isso, o cilindro fica mais pesado e mantém sua rotação constante. O que evita embuchamentos, elimina a sobrecarga do motor, diminui o consumo de combustível e, o que é melhor: aumenta o rendimento e garante a máxima produtividade da lavoura.

Outras vantagens das colheitadeiras Massey-Ferguson

O mais eficiente sistema de limpeza de grãos. E grãos mais limpos significam maior lucro. Menor peso, o que evita a compactação do solo. Melhor conjunto para colher milho (plataforma e colheitadeira): são as únicas com caixa blindada de acionamento dos rolos, o que proporciona menor desgaste e exige menos manutenção. Plataforma do operador, do lado esquerdo da máquina, que permite perfeita visibilidade da plataforma de corte, do tubo de descarga e permite realizar manobras mais seguras. Motores Perkins, mundialmente consagrados. O melhor serviço de assistência técnica garantido pela maior rede de concessionárias do País.





LHE MAIS NUM ANO PLANTA MAIS NO OUTRO.



Escolha a colheitadeira certa para você, e boa colheita.

MF 3640

É a mais vendida no País. Tem dimensionamento e equilíbrio perfeitos. Excelentes sistemas de trilha, separação e limpeza.

MF 5650

Essa pega no pesado, enfrentando, com eficiência, colheitas com grande volume de massa ou de difícil separação. E tem menor peso que as outras existentes no mercado,

evitando a compactação do solo. Tem a maior área de separação entre todas as máquinas do mercado, para você colher mais sem perdas.

MF 5650 TURBO

É a MF 5650 equipada com motor turbo. Mais potência, com baixos índices de consumo de combustível e de óleo lubrificante. Permite utilização de plataformas mais

largas, para grãos e milho. É ágil, versátil, ideal para culturas de alta produtividade, que exigem maior rendimento do motor.

MAXION S.A.
FABRICANTE
DOS PRODUTOS



Por outro lado acho que a indústria tem se preocupado muito com a sofisticação

Ary Marimon

dade da agricultura é exatamente o que está acontecendo na indústria de máquinas e implementos agrícolas e na de fertilizantes. Roberto Pentead, presidente do Sindicato de Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas frequentemente colocando estes dados. Agora, esta relação que o Eduardo trás aqui, de que uma máquina vale 30% menos aqui do que no estrangeiro, é um problema de comércio internacional, que realmente mascara esta coisa. Se eu for comprar um trator brasileiro no Uruguai, é coisa de 60, 70% do preço daqui.

A Granja — A colheitadeira também?

ARY MARIMON — A colheitadeira eu não sei exatamente. O rolamento fabricado no Uruguai se paga em torno de 50 a 60% do preço pago no Brasil. Então é um problema realmente difícil de se entender. O mecanismo é um jogo de aspecto comercial, de balanço, de incentivo para a exportação.

EDUARDO LOGEMANN, CLC — Máquina agrícola não tem nenhum incentivo para exportação, absolutamente nenhum. Existe um programa chamado BEVIX — e isto não vale somente para máquinas agrícolas, vale para qualquer indústria brasileira — que tinha até 1980 um benefício da redução do Imposto de Renda, redução da alíquota, até zeramento na alíquota de insumos importados para uso das máquinas agrícolas. Veja que o índice de nacionalização das máquinas agrícolas no Brasil, superam 98% em preço, em peso é 99,5. Importam-se algumas máquinas e poucos rolamentos. Isto pesa muito, e existia até 88, hoje não existe nenhum benefício para a exportação de máquinas agrícolas. Se eu vou importar uma máquina operatriz para minha empresa aqui no Brasil, custa três vezes mais caro que uma máquina operatriz que eu possa comprar na Alemanha ou no Estados Unidos. Eu tenho uma redução de impostos de até 90%, então eu consigo produzir mais barato, tanto aqui no Brasil como para exportação.

A Granja — E o financiamento das cambiais?



Não devemos confundir conforto com sofisticação

EDUARDO LOGEMANN — Nós não usamos isto. Tem alguns financiamentos de exportação, tipo FINEX, mas já faz horas que não está operando também, e acidentalmente aparece uma linha, mas que não trás benefício nenhum. Eu, repito o que o Roberto disse, nós exportamos em dólares convertidos, por um preço superior, o que tem no mercado interno hoje.

ARY MARIMON — Eu acho que nós devemos fortalecer a nossa economia, e o fortalecimento só poderá se dar todos os segmentos desta economia forem beneficiados, favorecidos. Eu gostaria sempre de usar uma máquina agrícola brasileira, um fertilizante aqui fabricado, um implemento agrícola, enfim, eu não tenho dúvida em relação a isso. Hoje a situação se tornou difícil, quase inviável. Para a renovação da frota, como dos dados de 7000 máquinas em 76, 7000 a 8000 em 86, 2000 em 90. Aqui decorreram 14 anos e a população brasileira cresceu, evidentemente é mais boca que precisa comer, precisa se alimentar. No entanto nós estamos produzindo menos máquinas agrícolas, o que significa um sucateamento brutal que está existindo. E isso

implica, fundamentalmente, no aumento de custo de produção a cada peça substituída, paga-se o valor de 10 ou 12 máquinas. Acredito que a inflação é que nos tenha levado exatamente a isso. Por outro lado acho que a nossa indústria se preocupa muito com a sofisticação. Todos os anos temos que inovar alguma coisa no automóvel como forma de atrativo, e a indústria de máquinas, também. É certo que muita coisa, nesses últimos anos, veio no sentido de melhoramento tecnológico, de maior aproveitamento, de maior eficiência. Hoje nós já atingimos um ponto em que a nossa indústria de máquinas e implementos agrícolas, podia parar um pouco de tentar modificar alguma coisa, porque isto acaba também encarecendo muito a conservação desta máquina na medida em que nós vamos depois buscar peças diferentes, isto dificulta realmente. Eu acho também, que a racionalização, vai ter que encerrar por aí. Agora, a necessidade de uma integração maior entre nós é tranquila. Quer dizer, nós não podemos nos reunir só nos momentos da angústia, de desespero, nós precisamos nos reunir antes. Por que? Bom, hoje a

modernidade nos trouxe aí o agribusiness, quem sabe se a coisa não é por aí. Pode ser que aconteça.

A Granja — Muito obrigada. Agora, com a palavra, Osmar Dias.

OSMAR DIAS — Quero mostrar porque não se compra máquina nova, porque não se renova o porque. Responderei rapidamente apenas apresentando quatro números. Em 1982, com 73 toneladas de trigo, se comprava um trator. Este mesmo trator hoje exige 251 toneladas de trigo. Em 1982, com 205 toneladas de trigo, se comprava uma colheitadeira. Esta mesma colheitadeira hoje exige 440 toneladas de trigo. Esta disparidade de preço, esta evolução diferenciada de preço dos produtos agrícolas em relação aos equipamentos e insumos é que faz que o parque seja sucateado. A inflação dos equipamentos não é igual à inflação dos produtos agrícolas.

EDUARDO LOGEMANN — Eu estava justamente pensando nestes dados. O que acontece, no fundo, é que o poder de compra do agricultor caiu absurdamente, e a margem de lucro das indústrias também caiu. O mesmo rolamento que vai no Santana GLS vai numa colheitadeira, grosseiramente. Então, o que acontece, no fundo, é que a indústria perdeu, o agricultor perdeu, a agricultura brasileira perdeu. Ninguém está ganhando nesta guerra toda. Uma colheitadeira era vendida em dólares há quatro ou cinco anos atrás. Nós passamos por três moedas diferentes, por um aumento de insumos, de custo tributário em cima da máquina agrícola brutal, e isto que tu apresentaste é uma realidade inegável. Agora não sei quem está ganhando com isso. Não é a indústria. O resultado do sucateamento é o desaparecimento das indústrias brasileiras de máquinas agrícolas. Eram seis fábricas de colheitadeiras no Brasil, hoje são três. Indústrias de implementos desapareceram. Por quê? Porque o setor vai mal também. Eu repito, o grande problema é a perda do poder aquisitivo do agricultor. Existe um elo da cadeia que não fecha, sem dúvida nenhuma. A relação de troca caiu mais.

A Granja — Permita uma ajuda Eduardo. E para os impostos nós estamos perdendo, porque eu também sou comprador, também pago impostos.

EDUARDO LOGEMANN — Sim, a relação de troca caiu, sem dúvida. E

há um outro aspecto também importante que eu esqueci de mencionar. Vamos tomar uma colheitadeira nossa de

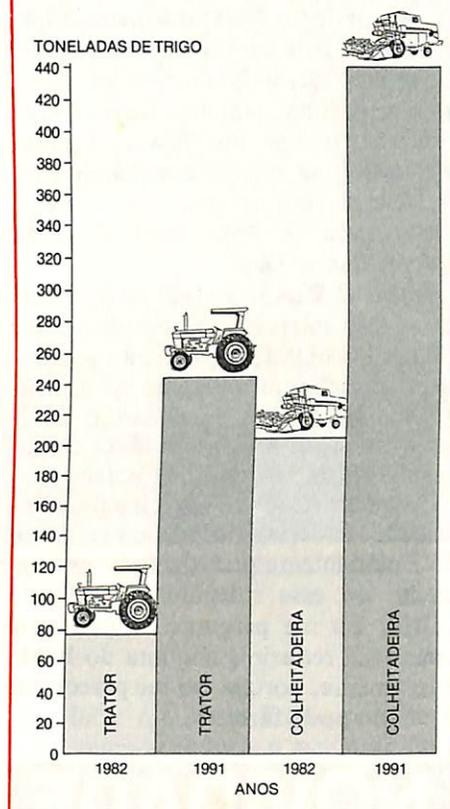
Eram seis fábricas de colheitadeiras no Brasil, hoje só temos três

Eduardo Logemann

1982 em peso. Hoje, a nossa máquina deve pesar duas toneladas a mais, aumentou em peso, em qualidade, em performance, tamanho de plataforma, potência do motor, desempenho, capacidade de trilha. Eu diria que de 82 para cá 30, 40 e 50%. Isto evidentemente tem um custo a mais. Tem que ser levado em consideração que a nossa máquina agrícola está sofisticada. Eu, em maio do ano passado, fui visitar a Feira de Máquinas agrícolas de Paris, que é a maior feira de máquinas agrícolas do mundo. Nossa máquina, na área de eletrônica, está pelo menos, que nem o nosso presidente Collor chamou o nosso automóvel, uma carroça. Agora, nós, para conseguir trazer esta eletrônica para o mercado brasileiro, é loucura. O agricultor pode ter uma cabine de ar condicionado, fechado, apertando botãozinho, sem alavanca, ela se autorregula. Isto custa mais caro. Uma colheitadeira americana custa cem mil dólares, pode parecer caro lá, logo uma colheitadeira aqui não é tão sofisticada, custa 40 mil dólares. E o preço do soja internacional é 180 cents o bushell. O que aqui tem de imposto, lá tem de incentivo, isto nós todos temos que descobrir.

OSMAR DIAS — Se nós resolvessemos este problema, a agricultura sairia ganhando, porque exatamente na relação de troca é que nós estamos perdendo. Eu acho importante este tema. Nós comprávamos, em 82 uma tonelada de adubo com 1400 quilos de trigo, hoje são necessários 2800 quilos. Estamos perdendo um pouco para os bancos, que cobram juros distorcidos, um pouco para os fabricantes de equipamentos e insumos, na relação de troca, perdemos em média, duas vezes e meia.

Na relação trigo máquinas fica uma interrogação. O trigo baixou de valor ou a máquina exagerou seus custos?



A Granja — Muito obrigado. Pela ordem, com a palavra o senhor Antonio Ernesto de Salvo.

ANTONIO ERNESTO DE SALVO.

Gostaria de falar sobre o interesse de se fazer um incentivo à venda de máquinas agrícolas através da redução do ICMS, como existe na Itália. Diria que isto é exatamente o oposto do que foi aprovado pelo Congresso Nacional, quando reduziu todos os chamados incentivos modernos, insumos incentivados que constavam na cédula G da declaração do imposto de renda do proprietário rural. O governo federal através dos representantes do povo, emitiu medida provisória, que foi referendada pelos deputados, que representam, pelo menos teoricamente, a vontade popular. Se nós não interviermos nesta hora, na aprovação de leis, certamente estaremos fazendo com uma das mãos e desfazendo com a outra. A grande questão, já foi dita aqui, é a perda da capacidade de troca da moeda da agricultura brasileira. Se não se resolver esta questão não adianta ficar perdendo tempo e brigando por pontos percentuais.

É inacreditável o que o governo apresenta de transtornos para as empresas

Werno Tiggemann

tuais no ICMS ou de alguma outra coisa. Até onde eu estou informado, a medida provisória e o projeto de lei que o Governo Federal encaminhará ao Congresso Nacional, tem um efeito explosivo grande que é a modificação do sistema do Confaz, inclusive acabando com o poder de voto existente no órgão.

A Granja — Muito obrigado. Pela ordem, Osmar Dias.

OSMAR DIAS, Secretário do Paraná — Me interessou a sua proposta. Estamos tentando exatamente estimular essa melhoria de equipamentos do Paraná. Só me fica uma dúvida. Qualquer alteração hoje no sistema de cobrança do ICMS tem que passar pelo CONFAZ? (Conselho Nacional de Política Fazendária)? Eu não sei se o estado isoladamente poderia fazer esta redução ou esse subsídio de 30% do ICMS. Eu me pergunto se não seria mais fácil reduzir a alíquota do ICMS diretamente, porque daí me parece que o estado pode fazer.

Então, me parece que é difícil, sobretudo quando você vai trabalhar com estados de interesses diferentes. Quando o Paraná foi favorável à isenção de ICMS nos fertilizantes, Sergipe não quis porque tem uma mina de não sei do que, acho que de Potássio. Então não tinha interesse na isenção.

A Granja — Pela ordem eu vou dar a palavra ao senhor Ari Marimon.

ARY MARIMON — Presidente da Farsul — Obrigado. Mas eu sou favorável, à guerra fiscal entre os estados. Aliás, a guerra fiscal o Paraná decretou inclusive ao Rio Grande do Sul, quando mandava batata para a Ceasa, e o governador Pedro Simon, hoje senador, chorava em tudo que era canto. Onde quer que ele fosse, nos seus discursos ele esbravejava porque o Rio Grande comia batata do Paraná. Então esta coisa de dizer que o estado não pode fazer não é bem assim, todos os estados sistematicamente estão fazendo isto. Simplesmente não cumprem o que é decidido no Confaz a não ser o que interessa diretamente, reduz em alíquota, que eu acho que é o grande caminho. Teríamos que deixar 17%, e nós tínhamos lá 25%, de ICMS de energia para a irrigação do arroz, quer absurdo maior que este? O ICMS em cima dos alimentos tem que ser reduzido, a exemplo do que existe no mundo inteiro. O país no mundo que cobra mais imposto sobre alimento cobra 7%, tem muitos com 5%, com 3%, e inclusive com 0%. A Inglaterra não tem imposto em cima de alimento. Para mim, o ICMS e todo o imposto indireto é injusto e acima de tudo desumano, na medida em que trata de forma igual pessoas desiguais. Sou favorável a imposto que seja pago por quem pode pagar, e pagar muito quem pode pagar muito, pagar pouco quem pode pagar pouco e não pague nada quem não pode pagar. Agora isto, os governos pretensamente populistas, progressistas, como se diz por aí, que, entanto, cobram imposto de 17%. No fim, o somatório de tudo isto que envolve o ICMS, tirando 30% do miserável que não tem o que comer, mas que paga a mesma coisa que o magnata paga. Então eu acho que é preciso desmascarar um pouco determinadas pessoas que demagogicamente vendem uma ima-

gem que na realidade não é a deles, não é a que eles praticam. Por isso, eu acho que nós temos de fazer uma luta cerrada no sentido de coibir impostos sobre alimentos. Me parece fundamental isto, até porque nós estamos de passo errado. Com esse volume brutal de imposto, para depois se aplicar mal o dinheiro.

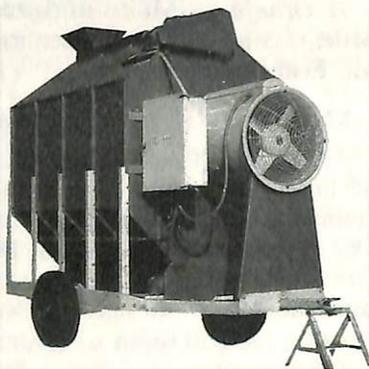
Meu secretário diz que a agropecuária é uma atividade sem função social

Ary Marimon

Se você vai esperar que um Secretário da Fazenda vá por por livre e espontânea vontade, votar pela isenção de ICMS de algum produto, você se enganou redondamente. Nenhum Secretário da Fazenda vai fazer isto, porque ele trabalha em cima de metas, e ele gosta de chegar no governador e dizer: "olha, a arrecadação depois que eu assumi, aumentou tantos pontos percentuais. Então dá para fazer tais e tais obras, aplicar bem ou mal o recurso" Todo o Secretário da Fazenda gosta de fazer crescer a arrecadação de ICMS. Este eu acho que é um trabalho cuja estratégia passa pela Secretaria da Agricultura, que o representante do produtor rural dentro do governo é o Secretário da Agricultura, ele é representado nas entidades por cada presidente de entidade. Se não houver um entrosamento entre as entidades e o Secretário da Agricultura, e não se defendeu com convicção que a isenção é boa para o próprio estado. Quando nós defendemos a questão dos fertilizantes, nós mostramos que a não cobrança do ICMS dos fertilizantes significa, não uma redução de arrecadação, mas um aumento de arrecadação pelo maior uso de fertilizantes, pelo aumento da produtividade. A guerra da batata eu não precisaria contar aqui, mas o ICMS da batata já esta praticamente imposto, a Secretaria da Fazenda do Paraná, fui a São Paulo para uma reunião com a COTI em São Paulo, para nós acertarmos uma estratégia. Não estava agindo contra o meu governo, eu estava agindo a favor do setor, e a favor do próprio governo, que através da isenção de imposto, proporcionou uma

NOVIDADE

SECADOR PORTÁTIL DE GRÃO MESI



MENOR TAMANHO
MAIOR DESEMPENHO

Capacidade de
secagem:

2 MIL SACOS/DIA

TOTALMENTE
AUTOMÁTICO

METALÚRGICA
SILOS IDEAL LTDA.

FONE: (0532) 21-0433
PELOTAS/RS

renda maior, porque proporcionou uma área de plantio maior.

OSMAR DIAS — Eu só queria fazer uma consideração naquela interpelação do Ari. De que os produtos do Paraná que não contam com o ICMS. Nós temos lá batata, ovo, hortaliças, leite, energia elétrica, então há um elenco de produtos que não são cobrados. Então o Paraná é um modelo ideal de estado no que se refere a tributação dos produtos agrícolas. Eu acredito que este estado seja, hoje, o que mais isenta a agricultura. Hoje há uma integração muito boa entre o governo estadual através da Secretaria da Agricultura, e as entidades ligadas ao setor agropecuário, especialmente as cooperativas. O trabalho que foi feito junto à Secretaria da Fazenda resultou em grandes benefícios para a classe produtora.

ARY MARIMON — Elogiei o Paraná pela atitude de isentar os produtos, não critiquei o Paraná absolutamente, nem ao seu governo. A minha crítica foi ao governador do meu estado. O Paraná foi sensível, agindo dentro do bom sendo do estado produtor, que ele tem que preservar. De manhã eu falava, aqui, sobre a tonelada de frango que chega na comunidade européia por US\$ 1.700 e tem lá um imposto de importação de US\$ 1.400. Por quê a comunidade faz isso? Porque quer proteger o produtor de frango desta comunidade. Então o Paraná, ao isentar estes produtos, está protegendo o seu produtor.

A Granja — Muito obrigado. Roberto Rossato da Semeato.

ROBERTO ROSSATO — Quanto a esses valores relativos de troca, me parece uma conta um pouco aritmética sobre o assunto. Penso que, no decorrer dos anos, houve bitributação. Houve muito imposto sobre imposto que está sendo cobrado na agricultura. Então, certos produtos agrícolas de exportação são tributados e o agricultor paga esta bitributação.

A Granja — Muito obrigado. Pela ordem está com a palavra Werno Tiggemann.

WERNO TIGGEMANN — Adubos Trevo S.A.



Irigar, com energia elétrica, está muito caro.

O ICM tinha que ser mexido também na Constituição. Ou não mexe, porque o Senado fixa a alíquota interestadual mínima. Ou mexe, o Congresso se reúne, O Senado se reúne e estabelece uma alíquota zero. Aí não precisa mexer, é só puxar a alíquota. Tem que ter o poder de estabelecer a alíquota máxima. Acho que alguma coisa deve ser feita nesse sentido.

A Granja — Muito obrigado. Agora dou a palavra a Ary Marimon.

ARY MARINON — **Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul** — Eu devo confessar que fico enciumado, quando ando por outros estados. Aliás acontece às vezes lá no Rio Grande do Sul, quando vejo alguém da área da Indústria e do Comércio elogiar o Secretário da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul. Eu digo que, lamentavelmente, não posso fazer isto. Quando eu ouço o que o Dick diz aqui, elogiando o Secretário de Agricultura do Paraná, eu fico até um pouco enciumado, porque não posso fazer isso com o meu secretário. Meu secretário diz que a agropecuária é uma atividade que não tem função social, que economicamente é fraca, e portanto não tem que ter prioridade. Nem aquele arrependimento que uma agropecuária do Rio Grande do Sul deveria ter. Nós tivemos problema. A forma com que eu conse-

gui falar foi numa Exposição de Esteio, quando eu fazia o meu pronunciamento e estava pronto para entrar em vigor o ICMS sobre sêmen. Então eu dizia. Agora nós vamos ter ICMS em cima de uma coisa que não existe, porque eu posso inseminar uma vaca, uma, duas, três vezes e ela não ser fertilizada. Eu estou pagando um imposto em cima de alguma coisa que não existe. Quer dizer, é com esse tipo exatamente de sensibilidade, ou é nesse tipo de pessoas, que a gente não encontra aquele aliado. Eu acho que as coisas jamais podem ser generalizadas. Hoje quando num determinado momento, o Osmar falou sobre a pesquisa do Paraná, o feijão, mas qual é o outro estado que pesquisa feijão no país? A nossa média continua em menos de 700 quilos por hectare. Por isso, eu dizia que a pesquisa tem que ser atribuição do Governo, ele é que deve saber inclusive do interesse maior da economia de um país como o nosso, que tem necessariamente que continuar a produzir tudo, se possível. Pela diversificação de clima que nós temos, e de solo, temos que produzir tudo. Então, acho que cabe ao Governo definir, alocar recursos, distribuir e preparar técnicos. Lógico que a participação da iniciativa privada, eu como produtor de trigo, de longos anos que fui contribuía com 0,06

por saco de trigo para que a Fecotrigo pudesse iniciar. Ela é pioneira em termos de pesquisa no país, como iniciativa privada. É preciso que aja da parte do governo a sensibilidade necessária para entender este tipo de coisa, se não a gente fica falando sozinho, faz um esforço tremendo para manter um relacionamento pelo menos educado, mas acaba falando uma linguagem completamente diferente daquele que é autoridade maior. Se tu puderes deixar isso fora, essa crítica, porque as minhas brigas com o Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul têm sido homéricas.

A Granja — Muito bem, é isso aí Marimon. Passo a palavra ao Cristiano Walter Simon.

CRISTIANO WALTER SIMON — Presidente da Associação Nacional de Defensivos Agrícolas.



Cristiano Simon, preocupado com a conceituação e eufemismo da palavra agrotóxico

Eu gostaria de tecer um rápido comentário, com vistas a duas questões fundamentais que envolvem o setor de insumos e, por consequência, todo o complexo agroindustrial: a questão am-

A pesquisa não pode ser polida, com radicalismos de caráter ambiental

Cristiano Walter Simon

biental e a questão tecnológica.

Nós vivemos, neste momento, uma situação de interesses bastante conflitantes entre o agricultor, a agricultura, a agronomia, a tecnologia agrícola e, naturalmente os interesses que são soberanos, da preservação ambiental. Estamos diante de um palco que sediará a Conferência Nacional do Meio Ambiente, em 1992. Segundo informações que tivemos no escritório da Organização das Nações Unidas aqui em Brasília, durante o evento se reunirão, aproximadamente, trinta mil pessoas, para discutirem e aprovarem teses sobre a questão ambiental.

Não há dúvida de que o colegiado proposto, esta manhã, de unificação do setor agroindustrial, deverá comparecer a uma conferência desta natureza com uma posição forte de preservação do ecossistema agrícola. A situação da Embrapa é dramática em termos de recursos humanos e financeiros. Alguns centros de pesquisa se auto-sustentam pela dedicação de seus chefes, mas com poucos recursos.

A Granja — Muito bem, eu gostaria de fazer uma pergunta, Cristiano Walter Simon. Creio que as palavras defensivos agrícolas têm conotações agroquímicas e agrotóxicos. O senhor hoje pela manhã fez um pronunciamento nós a nível de leitor, perguntamos, há limitações de uso por força da mídia? O que a ANDEF está fazendo, nesse sentido, a nível de produtor rural?

CRISTIANO WALTER SIMON — Inicialmente quanto a nomenclatura, de fato existem várias sinônimas de você expressar o nome do pro-

duto. O defensivo agrícola é considerado um eufemismo por aqueles que não gostam do termo agrotóxico. Pessoalmente acho que, o termo não é totalmente adequado. Agrotóxico não expressa na etnologia da palavra aquilo que ele deveria estar expressando. No meu entendimento, o termo mais correto é o produto fitossanitário. O produto fitossanitário é aquele produto que serve para sanidade, para zelar e oferecer sanidade e defesa ao vegetal. Quando o secretário Osmar, hoje de manhã, disse com muita propriedade que uma tonelada de adubo é sempre uma tonelada de adubo e você pode comparar isso, porque a concentração NPK definida é sempre a mesma coisa no defensivo ou no agroquímico. Que nem agroquímico necessariamente é, porque hoje uma grande gama destes produtos são biológicos, são crescimento, são feromônios. O fato é que esse dinamismo tecnológico, realmente modifica o perfil desse produto e daí a importância inclusive de pesquisa constante e efetiva nesse país. A pesquisa não pode ser polida, com radicalismos de caráter puramente ambiental, esse é o primeiro problema que nós estamos vivendo hoje, como consequência de uma legislação nova. Uma legislação federal muito boa, no entanto mal regulamentada, e cabe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, poderes que excedem os maiores interesses da comunidade científica. Os engenheiros agrônomos hoje, principalmente os pesquisadores estão absolutamente tolhidos de fazerem quaisquer desenvolvimentos nessa área. O que levará o país a uma paralisação tecnológica e vai nos deixar na era dos produtos antigos, os agrotóxicos que, convivemos os últimos 20 ou 25 anos. O que é altamente indesejável. Eu acredito que nós temos alguns problemas iminentes, em função desta nova legislação. Primeiro é a implementação da figura do receituário agrônomo, que modifica totalmente a prática da utilização do produto fitossanitário. O segundo é a responsabilidade civil e criminal que cabe a todos os segmentos envolvidos. Indústria, comércio, engenheiro agrônomo, o usuário, o agricultor, e o aplicador. Todos em uma má utilização ou em problemas gerados a nível de campo, seja de intoxicação ou de poluição ambiental, vão ter que responder criminalmente por isso. Esse aspecto é extremamente importante, para que cada um de nós, envolvidos nesse processo, entendamos qual é a nossa responsabilidade. A sua segunda pergunta?

A Granja — Gostaria de saber o que é a ANDEF...

CRISTIANO — Sim pois não. Bom a atividade da ANDEF tem sido multidisciplinar, tem se dedicado fundamentalmente a contribuir para o desenvolvimento e implementação do manejo integrado de pragas, que também é uma consequência da modernidade dos produtos e naturalmente da pesquisa.



Cristiano W. Simon

A Granja — muito obrigado. Sabemos que a partir de 1987, o mercado de implementos agrícolas começou a ser freado, o que se repetiu em 1988, 1989 e 1990. Quais serão, para o senhor o — destaque do anuário *A Granja do Ano* e o que dirige uma grande empresa nessa área — as medidas de sobrevida, não da sua empresa, que tem gorduras, mas de dezenas, de empresas nessa área?

ROBERTO ROSSATO — Semeato S.A.

Como já disse anteriormente, o setor está atravessando uma crise muito séria, junto com a agricultura. Os níveis de produção e de venda, caíram muito de 1987 para cá. De 1989 para 1990 o setor deve amargar uma queda em torno de 50%. Não vejo, para 1991, uma retomada no setor de máquinas agrícolas. Vejo, sim, um ano muito parecido com aquele que passou. Porque os créditos, de novo, não voltarão. Não haverá financiamento, não haverá dinheiro para custeio, não haverá dinheiro para novos investimentos.

O setor tem se comportado com algumas diferenças, principalmente as empresas maiores, que têm procurado exportar e manter algum nível de atividade. Enquanto as outras empresas menores têm, de alguma maneira, fugido da falência e fugido da concordata tentando colocar seus produtos por qualquer preço. Vejo, no setor de máquinas agrícolas, uma única saída. É conseguir, por intermédio não só dos órgãos federais, mas também dos órgãos estaduais e governos estaduais, principalmente, daqueles que vão ser empossados agora em março, incentivos e subsídios. Uma das sugestões para o governo do Rio Grande do Sul é o incentivo ou subsídio semelhante ao da Itália. Com a aquisição de máquinas e equipamentos e de insumos modernos, o agricultor tem um subsí-

dio, um imposto de circulação de 30%, já na aquisição. Porque isso aí vai beneficiar muito a aquisição de novos equipamentos e de insumos mais modernos. Já existe na Itália há algum tempo, e está promovendo uma melhoria tecnológica dos equipamentos e da agricultura em si.



Roberto Rossato

A Granja — Passo a palavra do Dr. Dick de Carlos de Geus para que o setor das Cooperativas nos dê esclarecimentos.

DICK DE GEUS, presidente da Batavo.



Dick de Geus, Presidente da Batavo, uma das Cooperativas de grande sucesso

Muito bem, o meu nome já foi citado, sou da Batavo e também sou vice-presidente da OCEPAR, no Paraná. Poderia falar muito sobre alguns assuntos que já foram longamente apresentados e analisados. O que seria enfadonho. Agora sobre a cooperativa em si, nasci praticamente dentro de uma cooperativa. Os nossos pais viveram no início desse século, e, desde 1925 nós trabalhamos no sistema cooperativo. Nesses anos todos, evidentemente, que passamos por difi-

culdades enormes. Porém, não precisamos ter tanto medo de 91 se nós fizermos análise de uma cooperativa que já existe há mais de 60 anos. Passou por dificuldades e conseguiu sobreviver. A nossa região é composta por grandes e uma porção de pequenos, produtores. Estes pequenos produtores não estão associados a cooperativa. Eles não possuem condição de começar uma atividade rural, se não forem ajudados financeiramente pelo governo ou pela cooperativa. No passado foram feitos uns dois ou três projetos de assentamento, em que a própria cooperativa, dado o baixo valor das terras, conseguiu bancar esse investimento. O produtor pagava a sua área e começava a atividade produtiva através de financiamentos em bancos. Hoje isto não é mais possível para uma cooperativa. Os valores das terras subiram demais. Estamos já há alguns anos, orientando os agrônomos, os veterinários e os técnicos agrícolas para que também façam cursos na área econômica-financeira. O que tem dado muito bons resultados e nos últimos anos estes pequenos produtores realmente estão se destacando, estão melhorando, estão aumentando a sua produtividade. Se olharmos os países europeus e os Estados Unidos, o que alavancou os produtores, foram as cooperativas basicamente as particulares. Na França, o Crédit Agricole, na Alemanha o Raiffeisen, na Holanda há também, um banco agrícola que financia mais de noventa cento da atividade rural. Isto é necessário, esses bancos são totalmente independentes, não pedem nada e não devem nada ao governo. Isto tem funcionado e acho que a nossa salvação a médio e longo prazo é constituirmos um banco forte na área rural. A partir do momento em que nós formarmos esse segmento, esta força, nós temos certeza de que seremos ouvidos pelo governo, e principalmente pelo Congresso Nacional. Está totalmente errado, o que vemos fazendo de só nas épocas eleitorais divulgar os trabalhos dos parlamentares e o que eles fazem a favor, do campo.

A Granja — Para 91, quais são os caminhos?

DICK DE GEUS — É difícil, já fui otimista no começo, acho que é só com trabalho, com perseverança que nós conseguimos sobreviver. Isto deve ser divulgado constantemente para os nossos produtores, porque não adianta nada. Já passou a época de nós fazer-

mos movimentos e trancar-mos estradas. Isto não vai resolver. Dependemos hoje, do governo, mas principalmente de nós mesmos e esta nossa participação dentro do governo deve ser em um sentido muito mais amplo, através do Congresso e dos poderes executivo. Temos que fazer com que realmente a Embrapa e outros órgãos tornem os grandes fornecedores da tecnologia. As empresas devem desenvolver uma pesquisa prática. Esse foi o motivo principal do nosso desenvolvimento nas últimas duas décadas, e valeu a pena para o grupo Batavo, investir maciçamente na pesquisa. Constituímos há alguns anos uma fundação só para pesquisa. O governo tem interesse muito grande de participar disto, mas só para tirar proveito e não para injetar um pouco de recurso. Não precisaria ser recurso financeiro, o governo tem excelentes técnicos, pesquisadores. Queremos que estes técnicos, estes pesquisadores venham trabalhar um pouco conosco. Acho que isso deve ser também, um pleito constante do campo, para que o governo participe efetivamente através de convênios e pesquisa. Sem uma tec-



Na "puxada" do leite, higiene e tecnologia fazem a diferença

O Paraná hoje, tem um governo que dá muito apoio para as Cooperativas

Dick de Geus

nologia melhor, não vamos aumentar a nossa produtividade. O produtor deve estar vinculado a uma indústria. A nossa experiência foi válida, após muitos e muitos anos de árduas lutas. Conseguimos construir e constituir as nossas indústrias. E que hoje são uma realidade, podendo até desenvolvê-las. Estamos competindo com indústrias multinacionais na produção do homem do campo.

A Granja — Dick, o que precisaria ser feito para o fortalecimento das cooperativas de crédito?

DICK DE GEUS — É que as cooperativas de crédito hoje estão atadas numa legislação do Banco Central, e esta legislação é tão complicada que não oferece as mínimas condições. Existem algumas cooperativas de crédito que estão em situação precária, sem condição de financiar uma safra agrícola. O BNCC foi extinto, penso que na hora certa.

A Granja — Por que?

DICK DE GEUS — Porque o BNCC era 95% governo, antigamente parece que era 50%, mas depois o governo andou fazendo um empréstimo muito grande, e acabou ficando com 90%. O BNCC, no passado, prestou alguns serviços relevantes para cooperativas, mas mais serviu aos interesses do governo também, do que as cooperativas. Pelo menos na nossa região, que é o Paraná. Precisamos de um acordo particular, dos produtores, do campo, sem governo.

A Granja — Não é necessariamente de cooperativas?

DICK DE GEUS — Não precisa ser de cooperativas, se bem que os grandes bancos ou quase todos são de cooperativas. São segmentos normalmente mais organizados. Mas tem que ser um banco do campo e sem governo no meio. O governo através do Banco Central, através da sua legislação tem que dar condições para que esse banco possa se desenvolver e estas condições hoje não existem.

A Granja — Nem mesmo perspectivas a curto prazo?

DICK DE GEUS — Existem sim. Pela própria constituição isto aí está previsto. Agora até que se coloque no papel a regulamentação disso, pelas informações que nós temos, vai demorar muito. Mas uma vez iniciado este processo e desvinculando o Banco Central, do poder de controle dos bancos particulares, acredito que no prazo de cinco a dez anos poderemos criar um banco bastante forte.

Um espaço aberto para a agricultura e pecuária gaúcha

Jornal da **TERRA**

Sábados, 12:00

TVE

A Granja — Muito bem, muito obrigado. Nós nos sentimos muito honrados aqui com a presença do secretário do Paraná, Osmar Dias. Contudo, permanece uma curiosidade quando disseses que, felizmente o Secretário vai continuar. O que que significa este “felizmente”? A pergunta é claramente provocativa.

DICK DE GEUS — Foi muito bem lembrado, eu e Osmar somos amigos e o que eu vou falar não tem nenhum sentido de “puxasaquismo”, nós já tivemos juntos muitas vezes e nos conhecemos muito bem, nos respeitamos muito também. Mas eu posso dizer com toda a tranqüilidade que, o Paraná, pelo menos há uns vinte e tantos anos que estou nas cooperativas, nunca teve um governo que tanto apoio deu as cooperativas e principalmente, ao pequeno produtor.



Dick Carlos de Geus

A Granja — Muito obrigado. Passo, agora a palavra a Eliana Martins, para dar sua abalizada palavra sobre o Cooperativismo

ELIANA MARTINS — **Organização das Cooperativas Brasileiras**



Eliana Martins Ferreira, uma mulher por dentro do Cooperativismo

— Eu só gostaria de complementar um pouco o que foi dito pelo Dick de Geus, com respeito à questão do cooperativismo de crédito. Porque uma batalha, muito grande, do Roberto Rodrigues à frente da OCB tem sido exatamente a criação do Banco Cooperativista. Não se sabe exatamente, ainda, qual seria o perfil ideal deste Banco Cooperativo ou Banco das Cooperativas. Mas, enfim, tem sido uma luta muito grande, inclusive ele já tem sinais de uma aproximação com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), para financiamento e capitalização de um banco que seria das cooperativas brasileiras.

Mas, quando o Dr. Dick diz que felizmente o BNCC foi extinto, eu só diria que infelizmente foi extinto, no momento em que ainda não havia sido fortalecido o sistema de cooperativismo de crédito brasileiro. Porque realmente no nível de Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o sistema já está se desenvolvendo a contento. Um sistema que a médio e longo prazo possa ser muito importante, à medida que o governo afasta do crédito rural.

O cooperativismo de crédito, no Brasil ganhava importância, na medida em que havia dificuldade de crédito rural, com crédito farto e barato, não havia a necessidade de estabelecer algum mecanismo para financiar a agricultura.

Um dos programas da OCB tem sido exatamente esse de lutar pela criação e constituição do Banco Cooperativo. E o Roberto Rodrigues, como anteriormente já fez reunião, nos Estados Unidos, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para tentar desenvolver o que seria, o perfil deste Banco das Cooperativas ou Banco Cooperativo. Porque nós da OCB, estamos convencidos, de que essa seria uma maneira de o setor assumir a sua maturidade frente ao financiamento da produção. Seria exatamente com os recursos gerados na própria agricultura.



Eliana Martins

A Granja — Muito obrigada Eliana. Estamos curiosos por saber quais são as perspectivas e dificuldades no segmento da irrigação artificial. Nada melhor que Jurgen Strotbek, para ampliar os nossos horizontes neste trabalho.



Jurgen Strotbek um pioneiro da irrigação de água sob pressão

JURGEN STROTBEEK — **Diretor da ASBRASIL S/A.** — Nós sentimos talvez mais do que os outros produtores de implementos a falta de financiamento. Porque quem planta tem que colher, então ele precisa comprar uma colheitadeira. Mas é impossível plantar sem irrigação. Nosso caso é, por este fato, um pouco marginalizados. Temos sentido muito a falta de financiamentos. A inconstância desses financiamentos, atrapalham qualquer medidas administrativas. O financiamento agrícola depende unicamente do governo, mesmos com recursos externos, Japão e etc. Sempre há aquela célebre contrapartida do governo brasileiro e quando não há esta contrapartida o dinheiro não sai.

Não acredito em crescimento porque o agricultor brasileiro não tem capital de giro próprio. Não pode por a mão no bolso, então ele depende exclusivamente de financiamento. Os recursos que talvez ele possa conseguir de alguma fonte, é aplicado na compra de adubo, trator, ou colheitadeira. A irrigação, acredito que não vai se desenvolver este ano. Talvez com o dinheiro

As empresas de fertilizantes, há quatro anos, estão perdendo dinheiro

Werno Tiggemann

do Japão que tem grandes planos, mas também temos aí, entraves burocráticos, que impedem em muito liberação. Nós temos uma capacidade instalada de mais ou menos 150 mil hectares/ano de irrigação.

A Granja — V. acredita que a única alavancagem que falta seria o crédito agrícola? Ou tem outros fatores limitantes?

JURGEN STROTBEK — Para o nosso setor sim. Sem dúvida nenhuma.

A Granja — O senhor acredita que com a irrigação de dinheiro resolve o problema da irrigação?

JURGEN STROTBEK — Pode ser.

Jurgen Strotbek

A Granja — Sabemos que o índice de fertilizantes é fator preponderante nas previsões de safras. Perguntamos ao Werno Tiggemann, como anda o setor?

WERNO TIGGEMANN —
Presidente da Adubos Trevo S.A.



Werno Tiggemann tentando equalizar, custos, transporte e matéria prima



Na irrigação moderna tem que haver pivô central

No tempo do Geisel, foi instituído um plano para as substituições das importações. Começou a haver uma certa proteção à indústria nacional, para que ela pudesse sobreviver. Hoje, as coisas estão mudando, o governo deseja que se importe a preços internacionais. Agora, o que é preço internacional? É a forma do preço. Deve ser agregado a ele o frete, os impostos e todas as taxas pagas para importar um produto. A coisa mudou de figura.

Todos os países dão subsídios. O Mercado Comum Europeu não quer nem pensar em terminar com os subsídios. Porquê o Brasil precisa zerar?

Outro problema é a reforma do setor industrial, é inviável passar tarifas sem que haja proteção à indústria. Se vocês olharem o balanço das empresas, poderão ver o custo financeiro que existe.

Temos o problema dos portos, que é outro assunto muito sério. Custos muito elevados. Paga-se, para desembarcar uma tonelada de fertilizantes em Rio Grande, de 12 a 15 dólares, e, em Santos, cerca de 30 a 32 dólares. Aparentemente, isso vai ser solucionado.

Há uma comissão formada, em Brasília, eu tenho um colega da Diretoria que faz parte dessa comissão, estudando a parte portuária, e deverá sair, até março, uma solução.

O problema do ácido. O ácido fosfórico, se paga, na Europa, 4 dólares, e aqui se paga de 30 a 40 dólares. Então, isso deverá ser solucionado, esperamos, pelo menos.

O problema das importações. A fábrica que fornecia o ácido fosfórico para a região sul, que era localizada em Imbituba em Santa Catarina, está parada. Evidentemente, nós não tivemos alternativa nacional. Se importamos, surge o problema da desvalorização cambial. Eu acho ótimo que se atualize o dólar. Só que, se por um lado fica feliz quem exporta, por outro lado surgem problemas para quem importa. Nós ficamos dois meses com desvalorizações altas, outubro e novembro. Isso não foi previsto por ninguém. Tinha que ter uma solução para isso. Nós já tentamos várias vezes. No passado, podíamos fechar o câmbio na abertura da carta de crédito. Hoje não. Hoje só se

pode pagar em 180 dias ou, eventualmente, 90. Mas não se pode liquidar o câmbio, a não ser 48 horas antes do vencimento. Então vejam os senhores. Importamos o produto, verificamos a taxa tal qual custe e fazemos o preço do fertilizante. Estamos pagando, hoje, 180 dólares, a 180 cruzeiros o dólar, por produtos que foram importadas a 68 ou 70 dólares. O custo financeiro não cobre isso. É necessário que se volte ao fechamento de compra antecipado. No momento que se abre o crédito, abrir também a carta de crédito. É difícil, o Banco Central diz que é inviável, que é inflacionário.

Depois temos o meio ambiente, que todos nós sabemos de sua importância. Estamos sempre em cima, fiscalizando e exigindo equipamentos, vendo o que está sendo feito e cobrando o prazo de colocação de equipamentos. Os senhores sabem que existe prazo para que se faça a instalação. Isso já foi feito em Cubatão, em São Paulo, onde a poluição era muito grande.

Houve erros da política do governo federal em 1990, estamos procurando corrigir

Antonio Cabrera

Temos, também, o problema dos impostos. O primeiro que eu citaria é o ICMS. Estou no setor há 39 anos e nunca se pagou ICMS, sempre fomos isentos. Acho que é um absurdo pagar. Quando surgiu a idéia de cobrança, eu fiquei em cima, para que se evitasse. Anteriormente à lei, o Rio Grande do Sul já quis cobrar o ICMS. Em várias reuniões que tive com o Dr. Jacobi quando era Secretário da Fazenda, conversei muito, e ele chegou à conclusão que eu tinha razão. Realmente não cobraram. Mas o Governo venceu, junto com seus demais colegas do Confaz, e junto, principalmente, com o estado do Sergipe, que se opôs à isenção. Uma votação que vinha refletir em estados que eram a favor da isenção. O Ministro da Agricultura tentou buscar que se mudasse o Confaz, e se votasse por maioria e não mais por unanimidade. O que eu acho difícil.

Temos também o imposto interestadual, que é de 12%. Com os últimos contatos mantidos com a Secretaria da



O maquinário, de uma fábrica de adubos, sofre grande desgaste

Fazenda, o sul chegou à conclusão que deve isentar. Então, me parece que, se houver uma proposta do Confaz, se todos concordarem, a isenção poderá sair.

Para finalizar, gostaria de colocar alguns dados. Na entrega de fertilizantes, nós tivemos, em 1989, por exemplo, uma entrega de 9 milhões e 745 mil toneladas, e houve uma produção de 71 milhões de grãos. Em 1990, a entrega de fertilizantes baixou 11% (997 mil toneladas), e houve uma produção de 59 milhões de grãos. Para 1991, a estimativa é de uma entrega de mais ou menos 8 milhões e 50 mil toneladas. Fazendo uma regra de três simples, com os dados acima, encontraremos um resultado em torno de 55 milhões de grãos, bem abaixo dos 65 milhões de toneladas de grãos previstos pelo Governo. Muito obrigado.

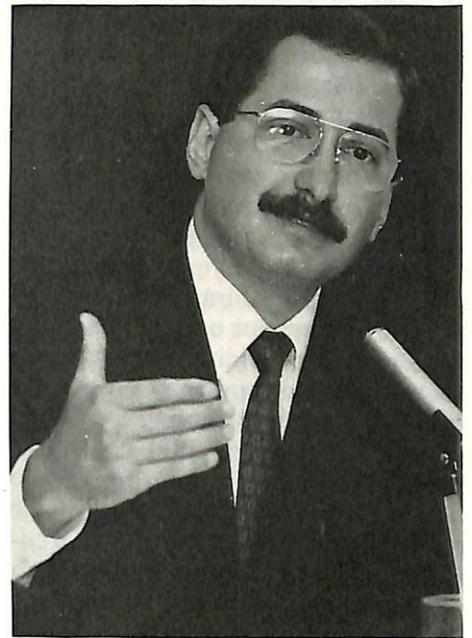
Werno Tiggemann

A Granja — Ministro Cabrera, é um prazer a sua presença aqui.

O senhor nos permita apenas comunicar-lhe que, os pronunciamentos, em geral, foram bastantes pessimistas. Há uma preocupação, que sentimos em todos estes pronunciamentos de que existe uma real destruição no mercado produtivo e no mercado de consumo. Não sabemos se conseguiremos resumir tudo, mas nós estamos aqui, numa casa de amigos, numa mesa simbolicamente redonda, e coube a nós dar pelo menos este pequeno relato.

Eu passo a palavra ao Sr. Ministro

ANTONIO CABRERA MANO FILLHO — Ministro da Agricultura.



Ministro Antonio Cabrera, que sente na "carne" as angústias do agropecuarista

Exmo. Sr. Dr. Hugo Hoffmann, Exmo. Sr. Secretário de Agricultura do Estado do Paraná, Sr. Presidente da ABCZ, Sr. Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, demais lideranças aqui presentes.

Antes de mais nada, o meu agradecimento por essa oportunidade de confraternizarmos e, mais uma vez, ouvirmos as sugestões e também as críticas, que serão muito bem-vindas por esse Governo.

Não venho aqui fazer demagogias nem promessas de palanque de que o ano de 1990 foi um ano fácil para o campo, de modo algum. Mas eu gostaria, só, de lembrar a situação em que nós estávamos, também, no governo passado, à beira de uma hiperinflação

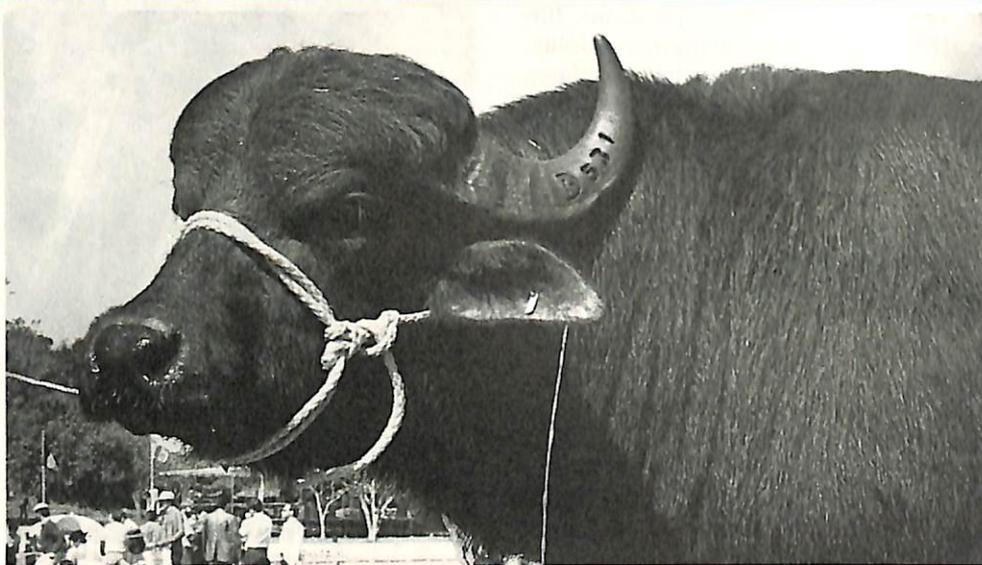
O mais importante para o ano de 1991 é uma nova lei agrícola

Antonio Cabrera

e de erros e descabros cometidos dentro da agricultura.

Me lembro, que o governo passado decretou como área prioritária para a reforma agrária todo o município de Londrina. Quando houve alta no preço da carne, fomos tratados, os pecuaristas, como contrabandistas, como contraventores. Ou seja, a nossa agricultura também caminhava para um clima de insegurança muito grande. Isso se traduz num quadro e na herança muito pesada que nós estamos recebendo. Agora, há pouco, antes desse almoço, eu recebi uma comissão de produtores de vinho do Rio Grande do Sul. Nós temos estocados, na mão do governo, setenta milhões de litros de vinho, que o governo anterior foi comprando, foi comprando, garantindo o preço e agora nós não sabemos o que fazer com esse vinho. Não há mercado para esse vinho, e somos pressionados para continuar a comprar esse vinho. Então todo modelo de agricultura tem que ser repensado. Eu sei que nesta fase de transição não é fácil, é difícil. Houve erros da política do governo federal em 1990, o que nós estamos procurando corrigir, para que em 1991 nós possamos ter um cenário bem melhor para o nosso campo. Uma delas, inclusive, é na área de reforma agrária. Levar o clima de segurança, de tranquilidade ao nosso produtor rural, e que este governo teve a coragem de dizer que as terras invadidas não serão desapropriadas. Os senhores não sabem o quanto isso foi importante no sentido de diminuirmos, e muito, as invasões de terras. Outro fato extremamente importante, a liberdade de preços. Em 1991, nós teremos o preço ditado pelo mercado. E não mais o preço ditado por um tabelamento, por um burocrata de Brasília. Mas todos nós sabemos que um dos principais problemas é que cada vez mais o nosso agricultor se descapitaliza. Por quê? Porque ele não tem preço. Se nós não tivermos uma safra satisfatória, nós teremos uma recuperação de preços em 1991. Nós teremos a volta da recapitalização do nosso agricultor.

Eu concordo quando aqui foi colocada a alta tributação na agricultura. Na área estadual ainda não houve avanço nenhum. Na área federal, além de o governo federal abrir mão do im-



O Ministro da Agricultura "colocou" em evidência os bubalinos e a bubalinocultura

posto de renda, o agricultor que manter um saldo de aplicação em fundos para a agricultura poderá abater, no final do ano, do seu imposto de renda. Ou seja, o governo abre mão do imposto de renda para que esses recursos sejam canalizados para o financiamento da agricultura. Aquela empresa que investir na pesquisa, poderá abater até dez por cento do seu imposto de renda, no final do ano, quando esse imposto for recolhido aos cofres da União.

Uma outra medida que não foi aprovada pelo Congresso, porque havia erro, nós vamos corrigir, é a questão do imposto territorial rural. Os recursos também arrecadados com o ITR (Imposto Territorial Rural), pelo menos aquela parcela que vem aos cofres da União, retornarão para o campo, principalmente através de projetos de colonização e de assentamentos de reforma agrária.

Ministério da Agricultura propõe financiamento para pequenos produtores

Antonio Cabrera

Qualquer levantamento que nós fizermos hoje, nós sabemos que os insumos, no mercado exterior, às vezes, estão mais baratos que os insumos nacionais. Porque o nosso agricultor, ele vai ter que competir com o mercado internacional, e ele não vai conseguir competir se o insumo que o concorrente compra lá fora é mais barato.

A nova lei agrícola não é a lei ideal, mas posso garantir que há avanços significativos. E um dos itens é de que não haja importação de produtos subsidiados e a sua respectiva internação no mercado a preço subsidiado. Se aquele produto for subsidiado no seu país de origem, que ele receba uma taxaço equivalente ao subsídio que o produtor que o produziu recebeu no seu país de origem.

Outra proposta do Ministério da Agricultura é o financiamento equivalente-produto para pequenos produtores e para aqueles produtores que se dediquem ao cultivo da cesta básica. Mas o mais importante, é o que tenhamos em 1991 uma nova lei agrícola.

Nesses momentos de crise, de falta de recursos é que o setor definitivamente deve se unir. O Ministério da Agricultura está aberto, as Câmaras Setoriais começam a trabalhar mais. Só nos resta montar mais três câmaras para que possamos instituir o nosso Conselho Nacional de Agricultura.

Temos o projeto Parceria, que vai ser lançado em Uberaba. Um projeto que é uma relação moderna entre o trabalho e o capital, e o projeto Pró-carne, que é o projeto de controle de resíduos biológicos na carne. Anunciamos, há pouco tempo atrás, a reabertura do estado de Minas Gerais para exportar carne para o mercado comum europeu. E lançaremos agora o primeiro programa de controle de resíduos biológicos na carne, extremamente moderno e que atende a qualquer tipo de exigência.

Não viemos aqui dizer que teremos um ano de 1991 de facilidades. Teremos um 1991 de muito trabalho e de muita dedicação. Agora, os senhores podem ter certeza de que essas dificuldades serão ultrapassadas de uma maneira muito mais fácil se podermos trabalhar de maneira integrada e principalmente tocando no ponto principal da nossa agricultura que se chama crédito rural.

A nossa bandeira é implementarmos a lei complementar da nossa constituição para que já, em 1991, a agricultura possa ter os seus próprios bancos de crédito e não só dependa tão somente do crédito oficial, do crédito do governo federal principalmente. Pleitearmos, também, dos governos estaduais, a sua participação no financiamento da nossa agricultura e também do apoio à pesquisa, à extensão rural e a todos os programas que atendam ao homem do campo. As cadernetas de poupança serão atendidas a todos os bancos e não mais apenas ao Banco do Brasil, ou seja, teremos mais fontes de captação de recursos.

A Granja — A palavra acha-se a disposição para perguntas ao Sr. Ministro.

OSMAR DIAS — Secretário da Agricultura do Paraná.

Sr. Ministro, nós concordamos que o governo atual recebeu uma herança indesejável, no setor agropecuário, especialmente. Mas nós temos de ser sinceros, que a situação do agricultor em janeiro de 1991 é muito pior do que a situação do agricultor em março de 1990. Tivemos um ano difícil, no que se refere ao ajustamento do plano de estabilização econômica e, em consequência, o setor agropecuário teve de se submeter a esse plano. Mas não podemos concordar, o que foi dito em relação ao crédito rural durante o governo tenha sido cumprido, em relação ao

Quando vai começar, no Brasil, uma produção realmente planejada?

Osmar Dias

seu custo financeiro. Estamos com as operações de crédito rural, hoje, ao nível de 58% do prometido, no estado do Paraná. Estamos em 1990, com um custo financeiro superior ao do ano de 1989, quando a inflação era muito mais alta. Porque nós não podemos considerar, apenas, a taxa de juros de 9% no crédito rural, já que o conjunto de encargos dos bancos resulta numa taxa acima de 35%. Além desse crédito rural ser insuficiente e chegar tarde, foram adicionados outros problemas, principalmente no estado do Paraná, quando o governo federal assumiu um compromisso de não privatizar a comercialização de trigo, na safra de 1990. E o fez, quando nós colhíamos a safra de 1990. Retornou uma prática do passado, quando nós plantávamos com uma regra e colhíamos com outra. Essa privatização foi acompanhada de um compromisso, do governo federal, de liberar EGF (empréstimos do governo federal) suficientes para que os produtores pudessem armazenar o seu trigo. O EGF não chegou. O trigo ocupa, hoje, os armazéns das cooperativas, que necessitam receber o milho a partir de fevereiro. Além disso, os produtores enfrentam uma concorrência do trigo importado, que chega aqui a um preço bem menor do que o nosso custo de produção. Tudo isso é resultado da falta de planejamento de produção e de abastecimento.

A pergunta que faço é se o Ministério da Agricultura continuará se submetendo à vontade exclusiva do Ministério da Economia e não dará oportunidade ao setor agropecuário, com suas lideranças, de participarem de um planejamento da produção e de abastecimento para este país. Porque passaram-se praticamente 10 meses da posse do atual governo e, até hoje, pelo menos eu, como Secretário da Agricultura do estado do Paraná, não fui convidado nem convocado para participar de reuniões que pudessem resultar num planejamento de produção e de abastecimento. Sem este planejamento, nós vamos, com certeza, colher uma safra que não chegará à previsão. E nós não concordamos, pelo menos no Paraná,

ÍNDICES INDEXADORES/1990				
MÊS	BTN em Cr\$	IPC %	IGP %	IRVF %
JAN.	10,9518	56,11	71,90	
FEV.	17,0968	72,78	71,68	
MAR.	29,5399	84,32	81,32	
ABR.	41,7340	44,80	11,33	
MAI.	41,7340	7,87	9,07	
JUN.	41,9793	9,55	9,02	9,61
JUL.	48,2057	12,92	12,98	10,79
AGO.	53,4071	12,03	12,93	10,58
SET.	59,0576	12,76	11,72	12,85
OUT.	66,6465	14,20	14,26	13,71
NOV.	75,7837	15,58	17,45	16,64
DEZ.	88,3941	18,30		19,39

BTN = Bônus do Tesouro Nacional
 IPC = Índice de Preço ao Consumidor
 IGP = Índice Geral e Preços
 IRVF = Índice de Reajuste de Valores Fiscais.

com as previsões da CFP, (Companhia de Financiamento da Produção) de 65 milhões de toneladas. Nós teremos como consequência a importação, que é quase sempre indesejável para o agricultor. Novamente a repetição das importações. Discordo do pronunciamento do Ministro, de que nós poderemos ter uma recuperação da renda pelos melhores preços. Porque se nós considerarmos que a renda é a multiplicação do preço pela quantidade. E se nós tivermos, e nós vamos ter, uma quantidade menor, fatalmente nós teremos uma renda que vai se equivaler a 1990 ou vai ser menor que 1990. Eu pergunto ao Ministro quando é que vai começar o planejamento da produção e do abastecimento neste país, que mesmo, como produtor, reclamou.

CABRERA — Ministro da Agricultura.

Respeito a sua opinião de que com uma hiperinflação de quase 90% a agricultura estaria em melhores condições do que agora. É uma opinião que eu acato. Temos uma série de questões. Uma delas é a do crédito rural e também o atraso na liberação dos recursos. Tivemos dificuldades para a aprovação do nosso orçamento junto ao Congresso Nacional, o que ocorreu somente no final do ano passado. E o que nós queremos em 1991 é trabalhar em perfeita sintonia com os governos estaduais. O caso do trigo, por exemplo, nós temos um problema que se chama ICMS, em que se pede o pagamento antecipado desse imposto. Eu acho que os governos estaduais poderiam dar uma contribuição quanto ao pagamento do ICMS. E não só na questão do trigo.

A Granja atingiu, aqui, o seu objetivo, o seu desejo e a sua obrigação. Com a satisfação do dever cumprido, agradece aos participantes

Hoje, nós sabemos que, para garantir o preço, na nossa política de garantia de preço mínimo, quando o governo compra um produto ele também é obrigado a pagar ICMS. Em alguns estados, nós chegamos a pagar de 12% até 17%. Parcela de recursos que, se não fossem para o estado, poderiam ser destinadas, para a compra de um volume maior de produtos, como garantia do preço mínimo. Então, eu acho que o que nós precisamos é de uma perfeita integração.

Quanto à participação política agrícola, nós nunca participamos da formulação da política agrícola deste país. Nunca. A lei agrícola é o primeiro passo, via Conselho Nacional de Política Agrícola, para que possamos participar, em conjunto com o Governo Federal, da formulação da nova política agrícola. Mas, em 1991, fica aqui registrado o nosso compromisso, de que não só os governos estaduais, como a sociedade, irão participar da formulação da política agrícola pelo Conselho Nacional de Política Agrícola, aprovado por lei pelo Congresso Nacional.

Por exemplo, o caso do leite. Quando é que nós participamos da formulação da política de preços do leite? O que as autoridades faziam, era vir a Brasília, com planilha de custo, reclamar um preço que nunca cobria aquela planilha de custo. Hoje o preço é livre. Hoje, na lei agrícola, por proposta do Ministério da Agricultura, existe um item que permite a importação de produtos subsidiados. Agora, se os produtos entrarem sem subsídios, fizerem melhores preços do que os nossos, forem mais competitivos, nós temos que buscar culturas alternativas. Mas esse item da importação de produtos subsidiados é extremamente importante para 1991.

Caderneta de Poupança Rural estendida aos bancos privados.

Embora alguns setores critiquem a redução da alíquota, o nosso agricultor agora pode comprar o seu insumo no mercado internacional. Estamos começando a reduzir essas alíquotas. Já fizemos no setor de fertilizantes e deveremos fazer em setor de tratores, equipa-

mentos de ordenha, e assim por diante, dando a oportunidade para absorvermos nova tecnologia e adquirirmos um produto a um preço mais compatível. São raríssimos os bancos estaduais que hoje participam do financiamento da nossa agricultura. Os senhores sabem que com essa nova constituição nós fortalecemos, unindo financeiramente, os estados. Antes, 33% dos tributos fe-

derais, eram transferidos para os governos estaduais. Hoje nós transferimos 47%. A nós compete, em lei, somente o que for interestadual e internacional. Então nós esperamos, também, que em 1991 os estados assumam esta responsabilidade de classificação, fiscalização dos produtos, extensão rural, pesquisa e também incentivo via crédito rural.

Obrigado.



Ministro Antonio Cabrera Mano Filho, fazendo o pronunciamento final da mesa-redonda, os Caminhos da Agricultura em 1991

A Granja — Resumindo o sentimento geral dos senhores que estão participando aqui, e de Eliana Ferreira, encerramos a mesa redonda. Desejo, evidentemente agradecer a presença muito útil de cada um dos senhores e da senhora. Gostaria, também, de chamar a atenção de que, como estava no convite essa é uma reunião de um grupo que se institucionaliza com o nome de agribusiness. Acreditamos, que a revista **A Granja**, é a pioneira sob esse ponto-de-vista, na mídia de massa, a respeito do agribusiness brasileiro. Lembro, também, que esta palavra há três anos atrás, era desconhecida de todos. Já

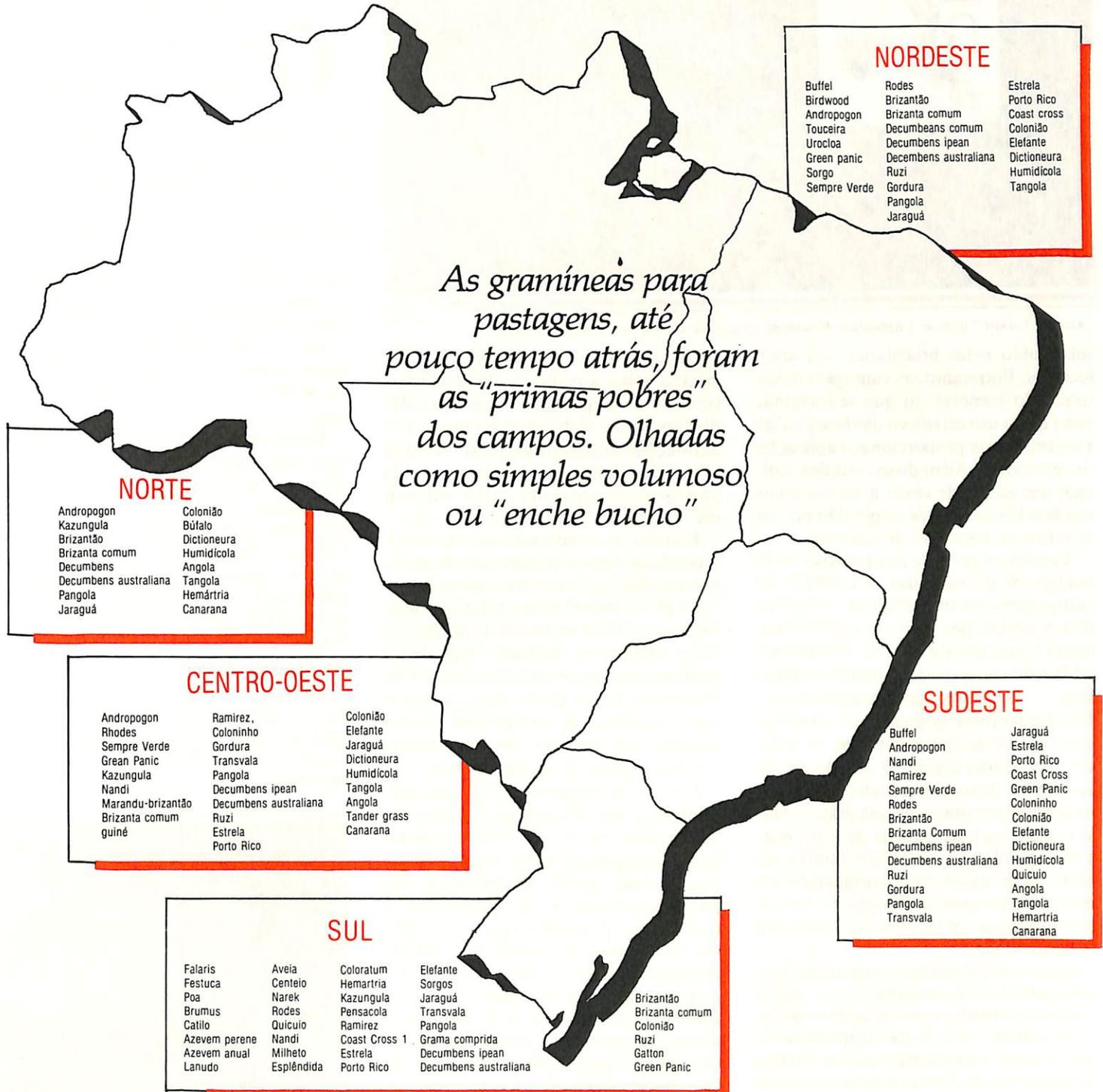
começamos, na época, com uma página dedicada a esse assunto, ou seja, a esse título *o agribusiness*.

Então, irmanados, sobre esta função, sobre esta iniciativa, cumpre-nos só dizer o seguinte: Os senhores dispõem de nossas páginas, somos apenas uma parcela de um todo, mas estejam certos que estamos juntos para tentar resolver a grande batalha que é o agribusiness, dentro e fora da porteira. Isso significa a união entre o produtor, a comercialização, o crédito rural e a indústria.

Muito obrigado.



Pastagens com gramíneas

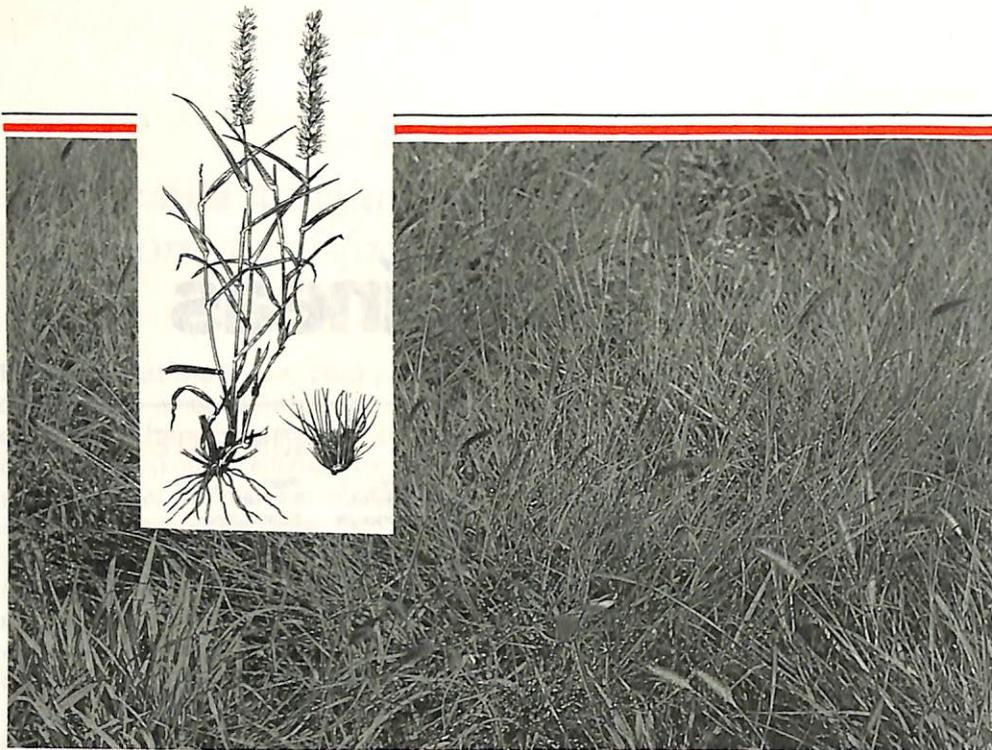


O Brasil tem cerca de 64 milhões de hectares de pastagens a base de sementes de espécies introduzidas. Levando em conta a maioria das espécies o suporte de pastejo é de 0,7 cabeças/hectare, para animais de todas as

categorias. Essas informações foram recentemente divulgadas pelo Instituto Zootécnico de Nova Odessa, município próximo de Campinas, interior, paulista, que tem estado geralmente a frente das pesquisas em torno de novas tecno-

logias na agricultura.

Grande parte das pastagens, acentua o estudo, é formada por brachiarias (decumbens, humidicola e brizantha) e por capim colonião (*panicum maximum*). Este último vem sendo gradativamente



Azevém "Akiri" (*Iolium x hybridum* Hausskn) originário da África é muito resistente

substituído pelas brachiarias nos anos recentes. Entretanto, as vantagens dessa troca são menores do que se imagina, visto que o uso extensivo das brachiarias é inversamente proporcional a aplicação de tecnologia. Além disso, estudos indicam um escore de cinco a zero a favor das brachiarias contra o colônio no que se refere ao comércio de sementes.

Também a procura por espécies de leguminosas introduzidas, a exemplo da *calopogonium mucunóides*, *pueraria phaseoloides*, *neonotonia wightii* e *leucaena leucocephala* — e de outras para adubação como *guandu*, *mucuna* e *labelle* — tem se reduzido drasticamente. Um dos motivos levantados é o emprego equivocado de algumas dessas variedades forrageiras durante a década de 70. A despeito disso, pesquisadores do instituto admitem que cada vez mais torna-se imperativa a associação de gramíneas com leguminosas como alternativa de custo mais baixo para enriquecimento das pastagens, sobretudo quanto ao teor de nitrogênio, de modo a incrementar a produtividade.

Outros objetivos que os cientistas e os extensionistas perseguem — os quais formam a estrutura primária de uma política voltada para as pastagens brasileiras — estão relacionados com a criação de uma rede de distribuição e comercialização de cultivares testadas e selecionadas de leguminosas segundo as condições brasileiras. Outros pontos destacados pela entidade dizem respeito à conscientização do pecuarista ao devido manejo do gado e pastejo adequado, cuja produtividade se efetiva com o reforço

na incorporação de nitrogênio; informações sobre a realidade da produção, bem como a qualidade estacional das gramíneas; a inviabilidade econômica de adubações nitrogenadas, ao mesmo tempo que se deve implantar a visão da pastagem consorciada como cultura, que exige trato e manejo.

Embora, o estudo saliente a impossibilidade de alterar as características climáticas das regiões, destaca que a tecnologia já disponível pode muito bem alterar as condições químicas de acidez dos solos brasileiros, bastante degradados pelo seu mau uso e ambição predatória. Nesse sentido, os dados sobre temperatura e incidência de precipitações são suficientes para permitir um mapeamento climático nítido da região em foco.

Esse mapeamento climático tem também a finalidade de configurar o nível de atendimento dos requisitos vegetais, no sentido de aferir como as plantas, de modo geral, respondem ao impacto das chuvas e da temperatura, o que auxilia, de igual forma, na confecção de sistemas de classificação climática. Uma experiência de amplo espectro demonstrou que as condições de clima e solo são determinantes do potencial produtivo das pastagens. Nesse sentido, ficou patente que, ao passo que numa determinada região A uma gramínea X apresenta 100% de rendimento, na região B, onde as condições de clima e solo são mais ou menos favoráveis, esse rendimento cai dramaticamente para 80% do seu potencial total.

Outros fatores foram igualmente assinalados pelo trabalho no tocante à de-

preciação do rendimento das forrageiras, como pragas, doenças, e por clima e solo, em menor escala.

Só do gênero *panicum*, foram pesquisados cerca de 426 tipos diferentes

O trabalho de melhoramento genético de gramíneas é relativamente recente, mas já demonstra a vitalidade e riqueza apresentada pelas variedades de cultivares, gêneros híbridos e fórmulas com vistas a incrementar o teor em nutrientes das pastagens brasileiras. Uma das pesquisadoras que está na ponta deste processo é Cacilda Borges do Vale, do Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, que vem desenvolvendo uma série de programas voltados a descoberta de novas espécies de gramíneas mais produtivas e resistentes às pragas comuns das regiões tropicais.

Foram pesquisados até agora, somente no gênero *panicum*, cerca de 426 tipos diferentes, com destaque para as plantas apomícticas — que são aquelas que se reproduzem por sementes não híbridas (não resultantes de espécies distintas) — ou, em outras palavras, uma cópia da planta-mãe. Vale explica que o fenômeno apomíctico tem relação direta com a homogeneidade existente, sobretudo entre os gêneros *panicum* e *brachiarias*. "São plantas que não se reproduzem por via sexual, mas por si mesmas, ou seja, tem-se sempre uma muda, ou mais, de uma mesma planta", assinala a pesquisadora.



Azevém perene de muito boa palatabilidade originário da África

Apesar dessa característica das plantas apomílicas, Vale frisa que as plantas sexuais são de vital importância para dar seqüência ao programa de melhoramento genéticos do Centro, uma vez que permite um intercâmbio de gens entre elas. Ao contrário disso, as apomílicas não dão possibilidade para cruzamentos. Nesse sentido, Vale destaca um enfoque básico: ele consiste em que as duas coleções — apomílica e sexuada — oferecem um material farto para uma avaliação agrônômica mais detalhada e rápida dos exemplares, em que aqueles de maior interesse, sob o ponto de vista do produtor, seriam selecionados e multiplicados, para serem em seguida distribuídos comercialmente.

É contínua a pesquisa de espécies perfeitamente adaptáveis aos solos ácidos

Entre as espécies com grandes perspectivas está a tanzânia 1, que foi trazida da África durante a década de 60, sendo lançada depois pelo Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte ao mercado recentemente. O tanzânia, segundo Vale, na verdade trata-se de um cultivar mais vigorosa do capim colônião (*panicum maximum*), além de ser farta em folhas e ter um bom crescimento no período da seca. Já do projeto voltado para as brachiárias — que envolve cerca de 300 espécies — 10 variedades foram destacadas para avaliação agrônômica com o objetivo de observar qual seriam os tipos mais apropriados para cultivo de pastagens, dependendo das regiões.

Das brachiárias em estudo, a pesquisadora sublinha a cultivar marandu da brachiária brizantha, utilizada extensivamente nas regiões norte e centrais do País, cujas pastagens a base de brachiárias decumbens vinham sendo dizimadas pela cigarrinha das pastagens. Entretanto, o cultivo da brizantha se deu de forma aleatória, ainda sob o impacto emocional da devastação das pastagens, uma vez que esta gramínea é altamente resistente à cigarrinha. O problema é que a brizantha, apesar de ser mais resistente, é também mais exigente no que diz respeito ao consumo de nutrientes do solo, ao passo que as pastagens atacadas pela praga ainda não contam com uma variedade de brachiária que substitua a decumbens, bem adaptada a solos

INFORMAÇÕES RESUMIDAS SOBRE AS FORRAGEIRAS AVALIADAS											
DISCRIMINAÇÃO			TOLERÂNCIA			PROPAGAÇÃO	PLANTIO		UTILIZAÇÃO		OBSERVAÇÃO
GRAMÍNEA	HÁBITO DE CRESCIMENTO	EXIGÊNCIA ADUBAÇÃO	À GEADA	À SECA	AO ENCHARCAMENTO		ESPAÇAMENTO MUDAS COM SEMENTES kg/ha	INÍCIO cm	FIM cm		
Acroceras	estolonífera e rizomatosa	—	média	baixa	alta	mudas	50 x 100	50	10	Pode invadir áreas próximas	
A. ischaemum	estolonífera	baixa	—	alta	—	sementes ou mudas	11 a 17 50 x 50	50	10		
Gramão	cespitosa	média	média	alta	baixa	mudas	50 x 50	130	—	não tolera pisoteio	
Braquiária do brejo	rizomatosa	baixa	baixa	baixa	alta	mudas	50 x 50	50	5	plântio proibido pelo Ministério da Agricultura	
Brizanta	cespitosa	média	média	alta	baixa	sementes	6 a 8	70	30	não tolera pastejo baixo	
Decumbens	rizomatosa	média	baixa	alta	baixa	sementes ou mudas	8 a 10 50 x 50	50	10	não serve para eqüinos	
Dictioneura	cespitosa	média	média	média	baixa	mudas	50 x 50	40	5	borda das folhas serrilhada	
Umidícola	estolonífera	baixa	baixa	média	alta	sementes ou mudas	6 a 8 50 x 50	40	5	borda das folhas lisa	
Capim-branco	estolonífera	baixa	baixa	média	alta	mudas	50 x 50	80	10		
Bermuda	estolonífera	alta	média ^a	média	alta	mudas	50 x 50	40	5		
Estrela africana	estolonífera	média	baixa	baixa	alta	mudas	50 x 50	40	5	usada para eqüinos	
Estrela roxa	estolonífera	—	—	—	—	mudas	50 x 50	40	50	produz sementes	
Rhodes	cespitosa e estolonífera	alta	alta	alta	baixa	sementes	2.5 a 4.5	—	—		
Pangola	estolonífera	média	baixa	média	média	mudas	50 x 50	40	10		
Milanjana	estolonífera	—	—	—	baixa	mudas	50 x 50	40	15	usada para eqüinos	
Pangolão	rizomatosa e cespitosa	média	b/	b/	b/	mudas	50 x 50	8/	b/		
Pangola gigante	estolonífera e cespitosa	—	b/	b/	b/	sementes	—	—	—		
Canarana	estolonífera	baixa	c/	c/	alta	mudas	50 x 50	—	—		
Hemátria	rizomatosa	—	alta	média	alta	mudas	50 x 50	30	5		
Jaraguá	cespitosa	média	baixa	baixa	média	sementes	20	50	20		
Gordura	cespitosa	baixa	baixa	média	baixa	sementes	50 x 50	40	10		
Colômbio	cespitosa	alta ^{a/}	baixa	baixa	baixa	sementes	4 a 6	60	20		
Ramirez	cespitosa	média ^{a/}	—	—	baixa	sementes	50 x 50	30	10		
Pensacola	rizomatosa	média	alta	—	média	sementes	12 a 15	30	10		
Pasto negro	cespitosa	baixa	baixa	alta	média	sementes	25 a 30	35	10		
Capim-olefante	cespitosa	alta	baixa	alta	média	sementes	4 a 6	—	—		
Setária	cespitosa	média	alta	média	alta	mudas	80 x 40	170 ^{d/} 100 ^{e/}	0 ^{d/} 30 ^{e/}		
Guatemala	cespitosa	baixa	baixa	baixa	baixa	mudas	6 a 8 50 x 50 100 x 50	60	20		

a/ Variável com cultivares.
b/ Provavelmente igual ao pangola.
c/ Provavelmente baixa.
d/ Manejo sob cortes.
e/ Manejo sob pastejo.
OBS.: Podem ser tóxicas: braquiária do brejo, brizanta, decumbens, umidícola, estrela africana e setária.

FONTE: EMPASC

pobres. Enquanto a decumbens não encontrar uma substituta a tendência é de que as pastagens sofram uma intensa degradação.

É aí que entra o trabalho do centro no que toca a procura de novas espécies apropriadas a solos ácidos. Ao mesmo tempo, Vale admite que grande parte dos solos do Brasil Central estão com claros indícios de esgotamento, devido ao uso indevido da terra. Ela salienta que o mesmo quadro se desenha na Amazônia. Um dos fatores responsáveis por essa situação, assinala a pesquisadora, é o costume dos pecuaristas não consultarem o centro para saberem sobre quais seriam as espécies mais indicadas para determinado tipo de solo.

Da África chegaram nos navios negreiros uma grande quantidade de sementes

Tão variadas quanto discretas as gramíneas estão presentes normalmente em nosso dia-a-dia. São centenas de espécies tropicais, subtropicais — no caso do Brasil — e de clima temperado cujo objeto de pesquisa cada vez se mostra mais inesgotável e fascinante. O pesquisador científico do Instituto Zootécnico de Nova Odessa, região de Campinas, estado de São Paulo, Paulo Bardawil Alcântara, compartilha desse pensamento. Ele é um profissional que atua nesse campo há cerca de 15

Está na hora de planejar a comercialização da sua safra.



**Garanta um ano de lucros
na comercialização de seu produto.**

Quando você faz uma assinatura de SAFRAS & Mercado, você está entrando num completo sistema de informações e análises de mercado.

**Assine SAFRAS & Mercado
o mercado na palma da mão e na ponta dos dedos**

Preencha o cupom ao lado e remeta para Editora SAFRAS Ltda.
Av. Otávio Rocha, 115 - 11º andar
90020 - Porto Alegre - RS

Se preferir, assine pelos telefones:

(0512) 24-7039 - P. Alegre
(011) 37-7973 - São Paulo
(041) 242-7484 - Curitiba

Cupom de Assinatura

- **SIM.** Quero receber a(s) publicação(ões) especializada(s) SAFRAS & Mercado, por um ano, que pagarei na forma indicada abaixo:

Publicação	Opção de pagamento	Valor de cada pagamento
SAFRAS & Mercado SOJA & Grãos (semanal)	01	Cr\$ 19.750,00
	03	Cr\$ 8.450,00
SAFRAS & Mercado MILHO (quinzenal)	01	Cr\$ 9.750,00
	03	Cr\$ 5.550,00
SAFRAS & Mercado ARROZ (quinzenal)	01	Cr\$ 9.750,00
	03	Cr\$ 5.550,00
SAFRAS & Mercado CARNES (quinzenal)	01	Cr\$ 9.750,00
	03	Cr\$ 5.550,00
SAFRAS & Mercado CAFÉ (quinzenal)	01	Cr\$ 9.750,00
	03	Cr\$ 5.550,00

Validade FEV 91

AUTORIZO DÉBITO TOTAL (1 PAGAMENTO) NO MEU OUROCARD

Nº _____ Validade ____/____/____

EMPRESA: _____

NOME: _____

CARGO: _____

ENDEREÇO: _____

CX. POSTAL: _____ CEP _____ CIDADE: _____ UF _____

CGC/CPF: _____

TELEFONE: _____ TELEX: _____

FAX: _____

DATA ____/____/____

ASSINATURA _____

*** NÃO MANDE DINHEIRO AGORA!**

anos, e salienta que no País não existe praticamente nenhum tipo de gramínea nativa com valor econômico expressivo.

A explicação para tal conformação do solo brasileiro, de acordo com Alcântara, remonta os primórdios da colonização, uso e ocupação das terras, as quais não contaram com um eficiente processo de pastejo, seleção e investimento naquelas variedades que se mostravam mais resistentes ao pisoteio, tolerância aos fatores climáticos (fogo, variação térmica, ventos constantes) e maior resistência às pragas, entre outros fatores. Quadro diverso apresentava o continente africano, milenar berço de grandes pastadores, como dinossauros, e grandes mamíferos que ainda hoje atravessam as savanas do seu território em busca de alimento, a exemplo dos elefantes, zebras e rinocerontes, para ficar em alguns.

Esses animais foram os principais agentes responsáveis pela seleção das melhores espécies, no que toca ao teor nutritivo das gramíneas, resistência às intempéries, ao pisoteio, pressão de seus cascos e mandíbulas poderosas. Por isso é que, segundo Alcântara, no período de apogeu da utilização da mão-de-obra escrava no Brasil — sobretudo nos séculos 17 e 18, exemplares de capim gordura (Melinis Minutiflora) e do capim jaraquá (Hyparrhenia rufa) serviam de colchão para os escravos presos nos porões dos navios negreiros.

Aportando na costa, os navios despejavam essa massa de gramíneas pelo litoral brasileiro, onde a sua disseminação no País se intensificou. As variedades brachiaria e panicum, introduzidas mais recentemente, a partir da década de 60, são consideradas exóticas e de grande importância econômica, que se caracterizam sobretudo por serem altamente nutritivas, e resistência comparativamente maior que as naturalizadas e nativas. Neste setor, o destaque maior fica para a Brachiaria Brizantha, cultivar Marandu, a qual vem, aos poucos substituindo a Brachiaria Decumbens nas pastagens da região Amazônica e parte do Brasil Central. Essas últimas são exemplos de gramíneas exóticas, como explica o pesquisador, ao considerá-las como plantas que foram introduzidas e melhoradas no País, apresentando modificações relevantes na forma da planta, o seu tamanho (comprimento) e no da touceira (associado ao hábito de crescimento).

Mas a introdução de variedades exóticas no Brasil ocorreu efetivamente nas décadas de 60 e 70, primeiramente vindas da Austrália, por cientistas do CIAT (Centro Internacional de Agricultura Tropical), as quais tinham origem real da África. Além das brachiarias, vieram também os panicum, setárias e pennisetum purpureum. Conforme Alcântara, a classe dos panicum e pannisetum possui alto teor nutritivo, o qual chega a alcançar 11% na fase vegetativa, para cair bastante na fase de maturação (7,2%). Ele cita a espécie Panicum Maximum como grande fonte de proteínas para os animais, com destaque para o capim colômbio, o vencedor, aruanda, tobiatã, o centenário e o centauro. A variedade pennisetum registra um poder protéico substancial, com ênfase o guaçu, o capim roxo, elefante anão e a cultivar 144 e 148.

Quanto ao empobrecimento do solo brasileiro, Alcântara observa que dentre os fatores climáticos determinantes desse quadro está a ausência de chuvas durante as estações frias do ano — inverno e outono. Em consequência disso, enquanto no verão o capim produz 80% de matéria seca no inverno esse índice encolhe para apenas 10%. Ele ressalta que a pobreza das pastagens se mostra mais acentuada nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. “Sugiro que nessas regiões sejam colocadas espécies que conseguem se desenvolver mesmo com pouca chuva, sendo consumidas pelo animal mesmo após seu período de maturação sob forma de feno em pé. Estariam nesse caso o capim gordura, o capim de rhodes e a brachiaria decumbens, espécies de alta palatabilidade que ficariam reservadas durante o verão para serem consumidas somente no inverno”, recebeu.

A cigarrinha dos pastos ainda continua a fazer, nas gramíneas, grandes estragos

O pesquisador acredita que não existam no Brasil estudos específicos visando relacionar determinada raça de gado com espécies de gramíneas, com exceção de testes nesse sentido feitos com o gado nelore, ou cruzamentos deste com outras raças. Ao comentar o grau de conhecimento do pecuarista quanto à introdução de tipos de gramíneas certas



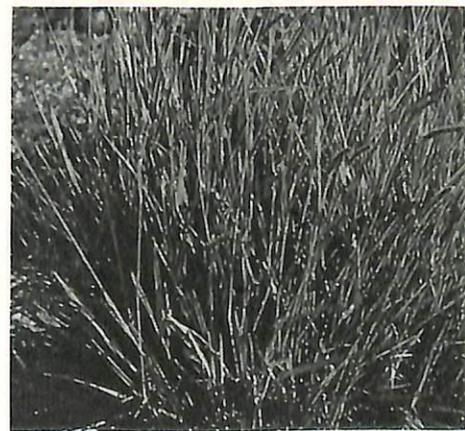
Capim de Rhodes, nativo da África austral, se adapta muito bem em áreas subtropicais e temperadas

para sua região, Alcântara estima que ele está próximo de zero. Ele explica que o pecuarista, com ênfase aquele das Regiões Centro-Oeste e Sudeste, costuma ser pouco consciente e informado a respeito das qualidades inerentes às gramíneas introduzidas e cultivares desenvolvidas na Austrália e na Colômbia e já recebidas por centros de pesquisa nacionais. Preferem, salienta Alcântara, aventurar-se em novidades, sejam elas quais forem, em busca de alguma variedade que resolva todos os seus problemas de uma só vez. Para ele, a saída está na diversificação das pastagens — um meio de fugir da rigidez da monocultura que ainda grassa no País — com a introdução de três a quatro tipos de gramíneas diferentes, um sistema que evita o desgaste mais rápido do solo, além de propiciar o manejo mais eficiente dos animais de acordo com a época do ano.

O pesquisador comenta também que na Região Sudeste a cultivar Marandu da Brachiaria Brizantha vem se difundindo de forma crescente, em substituição a Brachiaria Decumbens, que, embora tenha grande tolerância a solos ácidos, ao intenso pisoteio e grande incidência do sol, não encontrou defesas naturais para defender-se da cigarrinha. A cigarrinha, em forma de larva, está se alastrando por quase todas as regiões brasileiras, dizimando pastagens. Neste caso, a Marandu apresenta bem maior resistência a cigarrinha, o que é uma demonstração de sua vitalidade, sem contar a sua capacidade de produzir volume superior de sementes em comparação com as demais brachiarias.

Alcântara explicou que a cigarrinha das pastagens (*Tomaspis flavopicta*), um inseto — homóptero — que, ainda no estado de ninfa, suga o colo da planta, sufocando-a. Seu ataque às pastagens é notado com o aparecimento de manchas amareladas no pasto, logo a seguir secando a planta. Enquanto as formas adultas do inseto preferem a parte aérea das plantas, as mais jovens se instalam na sua raiz, onde segregam uma espuma esbranquiçada. Estudiosos da questão anunciaram recentemente a descoberta de um inimigo natural, um fungo, cujo nome científico é “*Metarhizium amisophae*”.

O Instituto Agrônomo de Campinas, de acordo com Alcântara já produziu dois tipos de capins tropicais. São eles o capim centenário e o capim centauro, como resultado de melhoramento genético



Pasto Signal (Brachiaria decumbens) nativo das pastagens da Uganda



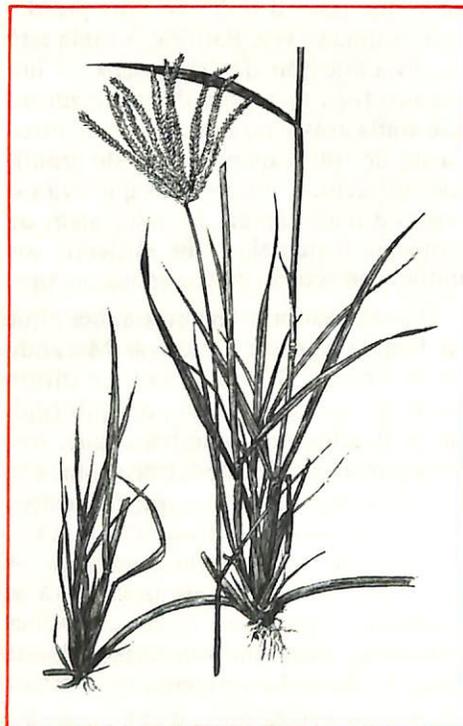
Setária, outra gramínea originária da África, amplamente distribuída nos trópicos

O "solo" brasileiro precisa de informação técnica e consciência de uma utilização racional

Sobre a distinção mais clara entre gramíneas e leguminosas, Alcântara salienta primeiro que existem dois tipos de leguminosas. Uma é forrageira e serve de alternativa de alimento para os pastadores. Outra é aquela comum, que produz alimentos para o homem, como feijão, grão de bico. Já a diferença em relação as gramíneas é que as leguminosas têm maior capacidade de fixar o nitrogênio no ar, a partir da raiz da planta, elemento químico que é mantido pela queda das folhas e por bactérias em forma de nódulos chamados bradirizóbios. Embora a leguminosa possua um teor proteico muito maior do que a gramínea, seu poder de reprodução é bem inferior.

Apesar dos esforços nesse sentido, a consorciação entre leguminosas e gramíneas tem sido dificultada por um obstáculo até agora intransponível, que se encontra na própria estrutura bioquímica das plantas, uma vez que seus ciclos fotossintéticos são distintos. A leguminosa enquadra-se no ciclo de Calvin, ou ciclo fotossintético 3, ao passo que as gramíneas pertencem ao ciclo fotossintético 4, ou ciclo de Kranz. O resultado disso é que as gramíneas produzem cerca de três

vezes mais matéria seca do que as leguminosas. Alcântara analisa que "esse é um casamento difícil de dar certo, visto que a gramínea tende a literalmente engolir a sua parceira. Ele diz que na Austrália, que utiliza também gramíneas tropicais, os pecuaristas já desistiram de realizar consorciação entre leguminosas e gramíneas devido a falta de adaptabilidade das plantas.



Detalhe botânico do Capim de Rhodes

O pesquisador do instituto paulista critica a mentalidade extrativista do pecuarista brasileiro, começando pelo seu próprio estado, São Paulo, em que o desmatamento indiscriminado empobreceu o solo, sendo cultivado depois o capim colômbio, que se ressentiu disso. Posteriormente, deixou-se o solo entregue a própria degradação. Atualmente, continua o pesquisador, nem mesmo o capim colômbio consegue vegetar satisfatoriamente em terras paulistas. Em lugar dele se procura agora uma espécie que seja menos exigente que o colômbio, quando a saída estaria num bem planejado sistema de adubação orgânica. Alcântara acredita que esse modelo de exploração predatória das pastagens somente vai levar ao abandono de grandes extensões de terra e a dificuldade de se encontrar uma espécie que seja, ao mesmo tempo pouco exigente e produtiva, sem contar os altos custos de recuperação desses solos.

Um programa de conscientização e informação ao pecuarista, segundo Alcântara, é a chave para a utilização racional do solo brasileiro e uma ponte importante entre fazenda e o laboratório, no sentido do melhoramento genético. Esse relacionamento, prossegue ele, é essencial para que se acostume ao uso de sementes melhoradas e se faça uma lotação adequada do solo. Conforme ele, o próprio instituto no qual trabalha está sendo vítima do descaso governamental e, por que não dizer, de toda a sociedade, uma vez que está a beira da falência financeira. O pesquisador descarrega suas baterias também na direção da administração da entidade, que considera incompetente, além de ter levado ao caos os departamentos ligados à pesquisa.

Sobre a questão da pesquisa de espécies melhoradas de forrageiras, Alcântara revela que o País precisaria de um comitê internacional de forrageiras, que contaria com subcomitês regionais, com o objetivo de atuar como consultor na recomendação de espécies cultivares — produzidas em laboratório — mais nutritivas e resistentes. Ele entende que o Brasil tem engenheiros agrônomos demais, mas poucos interessados em deixar o conforto da capital, ou da cidade, e contribuir com o seu conhecimento no desenvolvimento do campo.

As gramíneas estão sempre presentes em todas as boas pastagens

A constituição das gramíneas é menos complexa do que rica em detalhes que as diferenciam uma das outras. Os fatores que levam a essa distinção são diversos, indo desde a resistência — ou tolerância — a temperaturas elevadas e muito baixas, até a vitalidade orgânica necessária a pressão do pastejo e de boca de grandes animais, como o elefante e a girafa na África, aos bovinos e eqüinos adaptados e criados no Brasil, como de resto na América do Sul.

Em geral, as gramíneas precisam extrair, para o seu crescimento satisfatório, cerca de 95% de substâncias encontradas em suspensão no ar e apenas 5% do solo. De acordo com estudos a esse respeito, do ar as plantas retiram, por meio a luz solar, no processo de fotossíntese — o qual combina o dióxido de carbono do ar com a água — nitratos e sais minerais, que vão servir para a elaboração dos nutrientes. Esses nutrientes terão papel vital na multiplicação de talos, folhas e florações, também denominados pendões.

A multiplicação dos elementos que formam a matéria orgânica básica, por sua vez, contará com a atuação fundamental das raízes, as quais sorvem as substâncias dissolvidas, fazendo-as subir pela seiva, para serem convertidas em nutrientes. As raízes no entanto, agem também como depositárias de nutrientes para reserva de rebrotações. Os nutrientes armazenados consistem



Foram as gramíneas nativas e introduzidas que desenvolveram o gado zebu no Brasil

em rizomas, estolões, situação que se apresenta sobretudo durante o outono, que precede a rebrotação, que acontece durante a primavera, logo após ao período de hibernação, no inverno.

Dentre a grande variedade de gramíneas nativas, introduzidas e exóticas existente no Brasil algumas espécies se destacam, no que diz respeito a sua presença mais ostensiva nos solos nacionais, com ênfase, objetivando a alimentação dos rebanhos eqüino e bovino. A seguir são relacionados alguns tipos que apresentaram maior grau de adaptabilidade, sob o ponto de vista do interesse agropecuário.

Brachiaria Radicans (braquiária lisa ou do brejo) — A espécie é originária da África Tropical, tendo sido descoberta pelo fazendeiro Joe Tanner, da Rodésia. A sua expansão para o restante do mundo foi feita a partir da Estação Experimental de Marandella, don-

de vieram mudas inclusive para o Brasil.

Rizomatosa, raízes volumosas e compridas, e com caules ascendentes que emitem raízes adventícias dos nós inferiores, a braquiária lisa é dominante onde as condições ambientais favorecem. Ocorre naturalmente em zonas alagadiças e tem pouca exigência em fertilidade do solo.

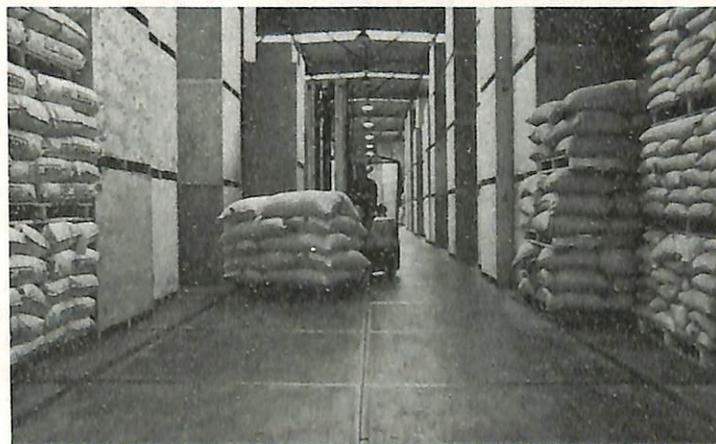
Essa braquiária pode causar intoxicação em bovinos e bubalinos, provavelmente quando a pastagem apresenta níveis elevados de nitratos e animais não habituados são colocados em pastejo.

A braquiária lisa também é hospedeira intermediária do percevejo *Blissus Leucopterus*, nocivo a culturas como arroz e milho, sendo proibido o seu uso pelo Ministério da Agricultura.

A braquiária do brejo vegeta naturalmente no Litoral Catarinense, ten-



Azevém da Itália. Pesquisa de cruzamento com azevém da Inglaterra. fornece um híbrido de alto valor



O segredo de uma pastagem bem implantada também passa pelos cuidados com a semente

dendo a dominar a vegetação existente. Isso dificulta o estabelecimento relativamente lento. Umídica, hemártria e acroceras foram dominadas no primeiro ano pela braquiária lisa em solo submetido a preparo convencional, e que já estava coberto com essa espécie.

Capim gordura afasta carrapato e não liga para pH ácido

Brachiária Brizantha — Cespitosa, com caules eretos ou suberetos e que enraízam pouco nos nós, apresenta rizomas curtos e folhas sem pelos ou pouco pilosas e de margens ásperas. A cultivar Marandu tem características botânicas que a diferenciam de outras cultivares de *B. Brizantha*, sendo originária da África Tropical, vegetando naturalmente em solos vulcânicos de boa fertilidade natural.

A brizanta é a braquiária mais tolerante à seca e ao frio, embora juntamente com as demais braquiárias, seja de recuperação mais lenta depois de uma geada atingiu 59 espécies de gramíneas forrageiras tropicais e subtropicais existentes no campo de introdução do Instituto de Zootecnia localizado em Nova Odessa, SP.

A brizanta é uma espécie com uma exigência média em cálcio e fósforo para estabelecimento, ficando no grupo da *Brachiaria decumbens* e sendo mais exigentes que a *B. Humidicola*.

A espécie tem porte ereto e poucas gemas basais de zero a 20 cm do solo, sendo suscetível a pastejo baixo e intenso. Também Braquiária plantaginea e Braquiária ruziziensis requerem manejo cuidadoso, pois igualmente não apresentam estruturas que proporcionem rebrota rápida após pastejo intenso.

A brizanta é tolerante ao fogo como as demais braquiárias, exigindo certo grau de umidade no solo durante a queima ou chuva imediatamente após. A espécie tem apresentado maior resistência ao ataque da cigarrinha no Brasil Central do que Braquiária decumbens "Basilik" e Braquiária ruziziensis. Vale ressaltar que embora as duas espécies principais de cigarrinhas das pastagens tenham sido encontrados no Vale do Itajaí, nenhum dano foi constatado em pastagens de braquiárias, provavelmente pela descontinuidade

No pastoreio direto, a altura da gramínea deve ser bem controlada



Capim Sudão: gramínea originária do Sul do Egito e Sudão, sua altura chega a mais de 2 metros

das áreas com essa forrageira.

A cultivar Marandu é bem aceita pelos eqüinos e ao contrário do que esperavam esses autores pode causar intoxicação hepatógena (no fígado) em bovinos. O fato foi constatado recentemente em animais mantidos exclusivamente em "Marandu" no Mato Grosso do Sul. Esses autores indicam que o problema ocorre em bovinos, bubalinos e ovinos principalmente na faixa etária do nascimento aos dois anos de idade. O problema é causado pelo fungo *Phytomyces Chartarum* que se localiza no material morto e em decomposição. Por esse motivo as sobras da pastagem da Braquiária decumbens, Braquiária brizantha e Braquiária humidicola de-

vem ser evitadas de preferência pelo controle da lotação. O mesmo autor recomenda evitar o desmame de terneiros nessas forrageiras.

Brachiaria decumbens Stapf (decumbens, braquiária peluda) — De folhas pilosas, é rizomatosa com colmos decumbentes (caules caídos) que emitem raízes adventícias (aéreas, que ficam na superfície do solo) dos nós inferiores. O país de origem é Uganda, no continente africano, ocorrendo em altitudes de aproximadamente 800m em solos bem drenados. Adapta-se a solos arenosos e pobres desde que bem drenados, tendo alta tolerância a alumínio e exigência média em cálcio e fósforo no solo para estabelecimento quando comparada com oito gramíneas tropicais.

O estabelecimento pode ser através de sementes ou mudas, essas de preferência com raízes. As sementes devem ser escarificadas (descascadas, fazer ranhuras na epiderme) com ácido sulfúrico concentrado por 10 a 15 minutos e a taxa de semeadura é de 4 a 6Kg/ha de sementes com valor cultura igual a 100%, sendo adequado o espaçamento de 50 x 50 cm. Vale ressaltar que a decumbens apresenta estabelecimento mais rápido que a umídica devido ao maior vigor no crescimento inicial, tanto por sementes como por mudas.

A decumbens deve ser pastejada quando tem cerca de 50 cm, devendo ser rebaixada até 8 a 10 cm do solo. As produções de MS (matéria seca) variam conforme a adubação e o manejo, havendo registros de 8 a 15t/ha. Os ganhos de peso vivo podem chegar a 600kg/ha/ano quando os solos são adubados e a lotação é de 2,5UA (unidade por animal) ano no verão e 1UA/ha no inverno, em média os ganhos de peso vivo com a decumbens andam em torno de 250kg/ha/ano.

A espécie tolera o fogo sob determinadas condições de umidade do solo, conforme indicado para brizanta. Como essa espécie, a decumbens também pode ser portadora do fungo *Phytomyces chartarum*, saprófita, (plantas que vivem em locais em decomposição), ocorrendo no material senescente — mais antigo — das forrageiras. Depois de ingerido pelos animais o fungo pro-

duz toxinas hepatotóxicas e glandulares, causando a perda de pigmento e tornando o animal sensível à radiação solar. O problema é mais grave em animais jovens, sendo recomendado que bovinos com idade inferior a seis meses não devem permanecer por mais de quatro semanas pastejando a decumbens. Quando a doença é percebida no início pode ser controlada retirando-se os animais do pasto, fornecendo água, mantendo-os à sombra e administrando-lhes um protetor hepático.

A decumbens não serve como alimento para equinos, sendo refugado pelos animais. O problema ocorre devido à presença de ácido oxálico nas plantas em teores relativamente altos.

Brachiaria Humidicola (umidícola)

— A umidícola é originária do Leste e Sudeste da África Tropical. A espécie é decumbente e estolonífera — rica em raízes — e tem o bordo das folhas liso, diferindo da dictioneura, que tem bordos serrilhados.

Na África a umidícola é encontrada em zonas de alta umidade do ar e de solos relativamente úmidos. No entanto, a espécie adapta-se perfeitamente em solos bem drenados, sendo cultivada com sucesso nas elevações e morros existentes no Vale do Itajaí. A espécie é pouco exigente em fertilidade do solo, sendo considerada de alta tolerância a alumínio e baixa exigência em cálcio e fósforo no solo para estabelecimento.

A produção de MS — matéria seca — atinge até 18t/ha em cinco cortes, e em Campo Grande-MS, a umidícola foi testada em pastejo, nas lotações de 0,9, 1,2 e 1,5 UA (Unidade de Animal/ha sem variação durante o ano. O ganho de peso vivo no período seco foi de -1, -2 e -16kg/ha e na época das chuvas foi de respectivamente 165, 198 e 244/kg/ha.

Chloris gayana Kunt. (capim de Rhodes) — É originário do Sul da África onde foi inicialmente cultivado por Cecil Rhodes em 1985. É cespitoso e estolonífero, atingindo 1,2 a 1,5m de altura.

O capim de Rhodes tem um sistema radical vigoroso, vegetando bem em precipitações entre 650 a 1.200mm anuais. Não se adapta em solos mal drenados, e embora apresente poucas restrições quanto à textura do solo, é exigente em fertilidade, desaparecendo quando esta não é mantida. Esse autor indica o Rhodes como sendo tolerante à sanilidade, porém informa que a espécie é tolerante a solos ricos em sódio



na forma de NaHCO_3 ou NaSO_4 , sendo menos tolerante ao NaCl e NaNO_3 .

A espécie é tolerante ao frio, havendo sobrevivência na Austrália de 97% das plantas submetidas a um inverno onde a temperatura desceu a 90°C negativos. No entanto a temperatura ótima para crescimento da espécie é 35°C . O fotoperíodo também exerce influência sobre o capim de Rhodes, havendo redução drástica da produção de forragem abaixo de dez horas diárias de luz.

A utilização deve ser iniciada quando as plantas tiverem 30 a 40 cm de altura, devendo a forragem remanescente após o pastejo ficar com 10 cm de altura. Quando bem manejado dura cerca de três anos, sendo a maior produção no segundo ano e de 5 a 8t/ha em condições de propriedade rural. Esse tipo de planta forrageira é uma das mais úteis para fenação entre as tropicais, não sendo destaque para ensilagem devido aos baixos teores de açúcares.

Echinochloe polystachya (canarana, pasto alemão) — É nativa da América do Sul, estendendo-se da Argentina ao Sul do México, sendo encontrada em abundância no Norte do Brasil. A espécie apresenta as lâminas das folhas glabras (sem pêlos), mas as bainhas são cobertas por pêlos rijos e amarelados, podendo os colmos serem avermelhados e com (reentrâncias na sua extensão) sulco longitudinal. Existem duas

Milheto: uma gramínea que veio da Itália é indicada preferencialmente para forragem

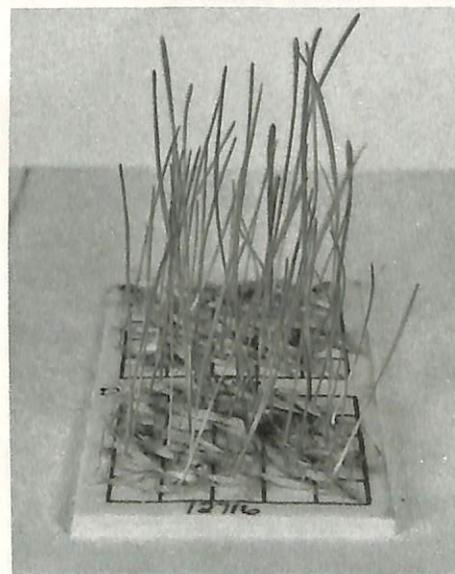
formas bem conhecidas e que constituem as variedades "Polystachia e Spectabilis" que têm, diferenças entre si apenas por pequenos detalhes.

A espécie é estolonífera e é exigente quanto à fertilidade do solo, vegetando em terrenos alagados nas beiras dos rios e mesmo dentro da água. No Norte do Brasil forma emaranhados de folhas, caules e raízes e que são verdadeiras ilhas flutuantes. Na época das cheias essas ilhas são coletadas por produtores e transportadas em barcos para forrageamento de animais estabulados. Nos banhados e áreas bem drenadas é usada para pastejo direto, fenação e ensilagem.

O estabelecimento pode ser através de sementes e mudas, sendo esse último material preferido devido à maior rapidez do crescimento inicial. As produções de matéria seca andam em torno de 30t/ha com dois a três cortes por ano. No México foram obtidos ganhos de peso vivo de 24kg/ha em lotação de duas novilhas por hectare no período de julho a janeiro.

Hypparrhenia rufa (capim-jaraguá) —

O jaraguá é originário da África, donde veio nos navios negreiros ao Brasil, embora alguns botânicos indiquem a espécie como nativa do Leste da América Tropical. A variedade Rufa é encontrada na África Tropical e América, enquanto a variedade Siamensis es-



A germinação das sementes é testada em placas especiais, nos laboratórios de pesquisas agrostológicas

tá disseminada na Ásia, especialmente Tailândia e Laos. A espécie é cespitosa (que forma touceiras) mas apresenta ampla variabilidade de tipos, havendo possibilidade de seleção.

Na África, o jaraguá é encontrado vegetando naturalmente em solos pesados e baixos sujeitos à inundação periódica. Aprecia solos argilosos, bem supridos de umidade, mas com boa drenagem e fertilidade média. O capim-jaraguá tem tolerância média ao alumínio e alta exigência em fósforo no solo para estabelecimento.

O capim-jaraguá produz até 200kg/ha de sementes, sendo comumente estabelecido por esse meio através de mudas formadas a partir de touceiras divididas ou de caules. Normalmente 20kg/ha de sementes aplicadas a lanço ou seguidas de gradagem (aplanar a terra) leve são suficientes para estabelecimento. Não há exigência quanto ao preparo do solo, podendo ser convencional ou também sem preparo e submetido à queima. Também não há exigência quanto à cobertura das sementes para estabelecimento do jaraguá, devendo nesse caso haver aumento de 30 a 40% na taxa de semeadura.

O jaraguá deve ser pastejado quando atinge cerca de 50 cm, devendo os animais serem retirados quando as plantas atingirem 20 a 30 cm. Quando pasteja-

Com manejo adequado e lotação correta no pasto, os problemas não aparecem

do freqüentemente o jaraguá alastra-se horizontalmente, formando um gramado denso.

A espécie apresenta também crescimento marcadamente estacional, tendo a produção concentrada exclusivamente na primavera e verão e praticamente nada no outono e inverno. Quando houver sobra de forragem velha é possível a eliminação desse material com o uso do fogo. No entanto, as sementes que estiverem sobre a superfície do solo serão destruídas.

Nas condições do experimento apresentado nesse trabalho o jaraguá foi destaque na produção de forragem sem aplicação de adubo. Embora apresentasse resposta relativamente pequena à adubação quanto à produção de forragem (28,5%), foi mais competitivo e vigoroso nessas condições. A sua facilidade de estabelecimento através de sementes, mesmo sem o preparo convencional do solo, talvez seja a característica mais importante da espécie para as condições locais. Por outro lado, o jaraguá é menos tolerante e mais exigente em fósforo do que as espécies do gêne-

ro Brachiária, estando na mesma faixa do capim-elefante.

Mellinis minutiflora Beauv — (capim-gordura) — O gordura é nativo da África Tropical em altitudes de 800 a 2.500m, mas encontra-se naturalizado na América do Sul. É cespitoso, tem caules com muitos nós, eretos ou ascendentes. As folhas têm pêlos, são glandulares e exsudam uma substância pegajosa e de aroma adocicado. Com o crescimento, as folhas basais morrem e caem.

A espécie prefere temperaturas amenas, entre 18 a 27°C para bom desenvolvimento, mas não suporta geadas. A precipitação pluviométrica deve estar na faixa de 800 a 4.000mm anuais, mas os solos devem ser bem drenados, embora possam ser pobres, ácidos e lixiviados. O capim-gordura tem alta tolerância e alumínio no solo e exigência média em fósforo e cálcio para estabelecimento. Apesar de apresentar sementes pequenas o capim-gordura tem facilidade para se estabelecer em solos não preparados convencionalmente. A redução da vegetação existente com o uso do fogo seguida da semeadura a lanço (feita com a mão ou à máquina) ou em linhas sem cobertura e compactação com rolo ou caso de animais é suficiente para estabelecimento.

Panicum Maximum (colonião, sempre-verde) — O colonião é nativo da África Tropical e Subtropical, tendo o seu ingresso no Brasil através dos navios negreiros onde servia de cama. A espécie é cespitosa, embora haja ampla diversidade de tipos ocorrendo naturalmente na África. O colonião é exigente em fertilidade de solo, embora a cultivar centenário, lançada recentemente pela Universidade de Campinas, e a Sempre-Verde, usada na Bahia, desenvolveram-se bem em solos menos férteis.

A espécie é esgotante do solo, especialmente em matéria orgânica e nitrogênio, sendo recomendado o uso em consorciação com centrosema para evitar o problema. Os solos de textura leve e bem drenados são preferidos pela espécie, que não tolera solos mal drenados ou encharcamento temporário. Por outro lado, é tolerante à seca mas não ao frio, havendo paralisação do crescimento sob temperaturas relativamente baixas, mas ainda suficientes para outras gramíneas tropicais. 

Feixes de capim colonião, colhidos de área idêntica, onde no menor fica evidenciado o estrago causado pela saúva Atta capiguara



As dificuldades para o pacto social



A guerra no Golfo Pérsico ainda não afetou mundialmente o preço do petróleo. O Plano Emergencial não conseguiu o seu "bode expiatório"

A política econômica governamental vem levando trabalhadores, empresários e governo a buscar na base da discussão, a solução dos problemas nacionais. Contudo, propostas de acordos para controle de preços e salários, por parte do governo, são no mínimo contraproducentes, no momento em que se busca uma economia de livre mercado. Tanto os salários como os preços condizem a efeitos de mercado. A partir do momento que se sele um acordo de intervenção nestes dois parâmetros econômicos, a possibilidade do livre mercado estará ainda mais distante para o Brasil.

Como acordar sobre salários e preços sem uma indexação formal da economia? No Brasil a realidade de salários equiparados apenas anualmente está longe de ocorrer, porque também o controle inflacionário abaixo dos dois dígitos até agora se mostra incompatível com a realidade econômica do país. Mas a dificuldade para a efetivação de um pacto social não esbarra somente nestas premissas. A alta do câmbio nas últimas semanas já vem provocando efeitos contrários a política adotada pelo governo. A idéia de baixar preços internos frente a concorrência internacional, em alguns setores já não é uma realidade, haja visto o interesse de argentinos em importar produtos que naturalmente são exportados pela Argentina ao Brasil.

Além disso, a recessão vem forçando as empresas a reduzirem a produção de bens e serviços, o que de certa forma é

altista para os preços gerais da economia. O cruzeiro sendo desvalorizado nos atuais patamares, não apenas inibe a concorrência externa como também encarece aos custos das empresas, já que, em alguns insumos o derivado de petróleo é utilizado diretamente. Na verdade, qualquer pressão demandante motivada pela reindexação dos salários ou da recuperação das exportações, poderá evitar uma recessão mais grave mas, certamente será hiperinflacionária. Em outras palavras, a opção pelo ortodoxo cria estas circunstâncias, já que, na questão brasileira apenas pesados investimentos na elevação da produção e na competitividade poderiam baixar os níveis inflacionários no médio prazo.

Brasil subestimou as conseqüências da crise do Golfo — O Plano Emergencial anunciado pelo governo na última semana, certamente surge com, pelo menos, cinco meses de atraso. Enquanto os países desenvolvidos promoveram estudos emergenciais logo no mês de agosto do ano passado, quando da geração do início da crise no Golfo Pérsico, o Brasil somente agora começa a pensar nos riscos de uma depressão econômica mundial com a deflagração da guerra. O país, assim, corre o risco de cometer o mesmo erro praticado em 1979, onde a subestimação do tamanho da crise do petróleo evitou que fossem realizados ajustes antecipados, bem como, uma prévia amenização da recessão.

Em 1991 o país já está, de certa forma, preparado para uma situação co-

mo esta, devido os ajustes internos até aqui promovidos. Contudo, todo o programa de crescimento econômico fica comprometido, bem como, todos os ajustes até agora realizados, pois o governo terá novamente que ser o sustentador da economia até que a iniciativa privada possa se recuperar dos percalços da recessão. A política de câmbio livre fica extremamente comprometida, por exemplo, já que o crescimento da necessidade de dólares para compra de petróleo, a queda da balança comercial e a paralisação da negociação da dívida externa, devem gerar um processo especulativo que pode jogar o dólar para as alturas. Com isso surge a possibilidade de que o governo retorne a política anterior na área cambial, ou seja, a de corrigir oficialmente e diariamente as variações no valor do dólar.

Por isso o sentimento de interrogação tem prevalecido nas decisões de investimento em todos os setores, em particular na área do agribusiness brasileiro que possui ligação com o mercado externo. Uma alta acentuada no dólar seria interessante para o mercado exportador num primeiro momento, mas fatalmente teríamos também a queda na atividade produtiva mundial e a real possibilidade de uma grande crise de produção e consumo, também nos países do primeiro mundo. Os preços internacionais das commodities agrícolas como, a soja, o café, a laranja, tenderiam a cair, obrigando o país a uma aceleração nas desvalorizações internas para tornar seus produtos competitivos. O problema é que somente agora há alguma reação oficial no sentido de se traçar cenários para a economia deste ano. Novamente o governo brasileiro parece "deitado em berço esplêndido".

Como fazer o seu composto

Composteira — É o local apropriado para se formar um adubo orgânico, chamado composto. Através de detritos de animais e resíduos de serraria (pó de serra), de usina de açúcar e caseiros, capim, restos de culturas e outros materiais de origem animal ou vegetal que tenham condições de se decomporem, obtém-se um adubo de ótima qualidade e de baixo custo. O princípio da composteira está na transformação dos restos orgânicos pela ação de microorganismos do solo (bactérias, actinomicetes, fungos e protozoários), dando origem à humificação do produto. A composteira é tipicamente aeróbica, ou seja, tudo acontece na presença do ar.

Vantagens do composto — É um adubo barato e fácil de produzir, com a vantagem de aproveitar vários materiais da fazenda ou resíduos de agroindústrias;

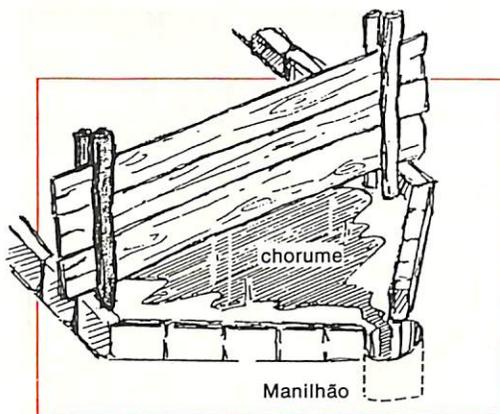
- Pode ser usado em qualquer época do ano para qualquer cultura, espalhado superficialmente ou misturado com grade leve de 5 a 10 cm no solo. Usa-se de 15 a 30 toneladas por hectare, ou seja, dois a três quilos por metro quadrado;
- Para recuperar solos já bastante desgastados e pobres, usa-se 30 t/ha por três ou quatro anos e, depois, usa-se como adubação de manutenção de 15 a 20 t/ha.

Local e construção — O local da composteira deve ser permanente, para facilitar o acesso de veículo. Deve ser um terreno ligeiramente inclinado (5%) e sombreado, parcialmente, por algumas árvores, e ter facilidade de água.

Sua construção é simples, constando de um piso de cimento, acompanhando a inclinação do terreno e margeado por tijolos, com uma altura de 5 cm; três paredes de madeira (tábua ou costaneira), caibros, e um local com extremidade mais baixa, para recolher o líquido que escorre do composto. Este líquido, chamado chorume, contém nutrientes que serão utilizados em irrigação fertilizadora.

A composteira pode ser construída de acordo com o modelo apresentado e

ter dimensões variáveis, conforme a quantidade de composto que se queira produzir.



Formação do composto — Para se obter o composto, coloca-se o material a ser utilizado em camadas, levando-se em consideração o seguinte: o teor de nitrogênio do material é que determina a velocidade da decomposição; quando o resíduo tem menos de um por cento (1%) de nitrogênio, é considerado um resíduo pobre. Portanto, deve ser misturado com outro que tenha mais de dois por cento (2%) de nitrogênio.

A água é indispensável e deve ser usada em quantidade moderada para evitar lavagem e excessivo escorrimento, que empobrecerão o esterco. A umidade deve ser em torno de sessenta por cento (60%). Para verificar essa umidade, coloque um pouco de composto na mão e esprema-o — a água que escorre pelos dedos deve ser pequena.

O processo da decomposição provoca aquecimento na massa, que não pode ultrapassar de setenta graus centígrados (70°C). Para avaliar essa temperatura, introduza a mão na massa do composto; caso você não resista ao calor, significa que a temperatura está excessiva. Neste caso, convém adicionar água ou revolver o material, cuidando para que não ultrapasse a umidade recomendada, de modo a não matar os organismos vivos que atuam na decomposição.

Forma de distribuição do material — No primeiro compartimento, forme uma pilha com o material. Começa-se com o esterco — 5cm de altura, depois um material mais pobre em nitrogênio (serragem, por exemplo) — 10cm de altura, e novamente o esterco ou outro material mais rico e, assim, sucessiva-

mente, até atingir a altura necessária.

Após 30 dias da formação da pilha, esta deve ser mudada para o segundo compartimento, jogando-se com uma pá para se obter uma melhor homogeneização e aeração. Aguarde mais 30 dias e repita a operação, jogando-a para o terceiro compartimento. Os compartimentos 1 e 2, nesta altura, já estão com outro material, de maneira que a fabricação do composto é contínua. Quando o material for transportado para o segundo compartimento, deve-se adicionar um por cento (1%) de superfosfato simples.

Chorume — É um líquido de coloração escura, coletado na parte inferior da composteira, sendo resultante da água que escorre da massa por ocasião da irrigação. No chorume encontram-se nutrientes (solúveis e insolúveis) e parte dos microorganismos que se desenvolvem no composto e que participam da decomposição da massa.

MATERIAL	M.O.	C/N	N%	P ₂ O ₅	K ₂ O
Amoreira (folhas)	86,08	13/1	3,77	1,07	—
Bagaço de cana	58,50	22/1	1,49	0,28	0,99
Bagaço de laranja	22,51	18/1	0,71	0,18	0,41
Borra de café (solúvel)	86,79	25/1	1,91	0,17	0,02
Capim-colonião	91,03	27/1	1,87	0,53	—
Capim-gordura-catingueiro	92,38	81/1	0,63	0,17	—
Capim-quiné	88,75	33/1	1,49	0,34	—
Capim-Jaraguá	99,51	64/1	0,79	0,27	—
Capim-limão (cidreira)	91,52	62/1	0,82	0,27	—
Capim-limão roxo	91,60	36/1	1,40	0,32	—
Capim-mimoso	93,69	79/1	0,66	0,26	—
Capim-pé-de-galinha	86,99	41/1	1,17	0,51	—
Capim-de-rhodes gigante	89,48	37/1	1,36	0,63	—
Cápsulas de mamona	94,33	44/1	1,18	0,29	1,81
Casca de semente de algodão	95,98	78/1	0,68	0,06	1,21
Casca de arroz	54,55	39/1	0,78	0,58	0,49
Couro em pé	92,03	5/1	8,74	0,22	0,44
Crisálida bicho-da-seda	91,12	5/1	9,49	1,41	0,76
Crotalaria juncea	91,42	26/1	1,95	0,40	1,81
Dejeções de bicho-da-seda	82,16	17/1	2,76	0,69	3,65
Esterco de carneiro	56,49	15/1	2,13	1,28	3,67
Esterco de cocheira	45,88	18/1	1,40	0,52	1,74
Esterco de gado	62,11	18/1	1,92	1,01	1,62
Esterco de galinha	54,00	10/1	3,04	4,70	1,89
Esterco de porco	46,28	10/1	2,54	4,93	2,35
Feijão guandu	95,90	29/1	1,81	0,59	1,14
Feijão-de-porco	88,54	19/1	2,55	0,50	2,41
Gramata-tatais	90,80	36/1	1,39	0,36	2,41
Gramma-seda	90,55	31/1	1,62	0,62	—
Mandioca (folhas)	91,64	12/1	4,35	0,72	—
Mandioca (ramas)	95,26	40/1	1,31	0,35	—
Mucuna-preta	90,68	22/1	2,24	0,58	2,97
Palha de café	93,99	31/1	1,65	0,18	1,89
Palha de feijão	94,68	32/1	1,63	0,29	1,94
Palha de milho	96,75	112/1	0,48	0,38	1,64
Polpa de sisal	67,37	27/1	1,38	0,47	0,88
Samambaia	95,90	102/1	0,49	0,04	0,19
Sangue seco	84,96	4/1	11,80	1,20	0,70
Serragem de madeira	93,45	865/1	0,06	0,01	0,01
Torta de babaçu	95,35	14/1	3,70	1,95	1,09
Torta de cacau	64,90	11/1	3,28	2,43	1,46
Torta de coco	94,59	12/1	4,37	1,88	3,14
Torta de linhaça	94,85	9/1	5,66	1,72	1,38
Torta de mamona	92,20	10/1	5,44	1,91	1,54
Torta de usina de açúcar	78,78	20/1	2,19	2,32	1,23
Turfa	39,89	57/1	0,39	0,01	0,32

LEGENDA:

M.O. (matéria orgânica);

C/N (relação carbono-nitrogênio);

P₂O₅ (anidrido fosfórico);

K₂O (óxido de potássio).

Fonte: LOURDES, E.G., 1983. Produção de Composto no Meio Rural. Informe Técnico, Universidade Federal de Viçosa. 3ª Edição.



Franceses querem fazer parceria

O Centro Francês de Informação Industrial e Econômica — Cefi — informa que o pesquisador Pierre Laurens desenvolveu e está comercializando a patente de dois novos tipos de fertilizantes. Trata-se do F. 93 e do F.94, adubos líquidos concentrados, naturalmente equilibrados e altamente energéticos que podem ser utilizados para todas as culturas. O F.93 é obtido a partir das águas-mães das salinas, e o F.94, diretamente da água do mar. Essas duas soluções, cujas composições são semelhantes, incluem o conjunto dos principais elementos necessários à vida das plantas. Segundo o Cefi, estas soluções não poluem, podem ser aplicadas diretamente sobre as folhas ou nas raízes. Sua utilização não exige instalações sofisticadas. O custo de uma unidade de produção de 300.000 toneladas/ano mínimo é estimado em dois milhões de francos (aproximadamente, 385 mil dólares). No quadro de concessão de licenças, Laurens fornece toda o know-how tecnológico, bem como as-

sistência técnica. Maiores informações: Centro Francês de Informação Industrial e Econômica, rua Marina Cintra, 94, CEP 01446, São Paulo/SP, telefones (011) 64.8922 e 64.3767.

Esalq dá curso de defesa



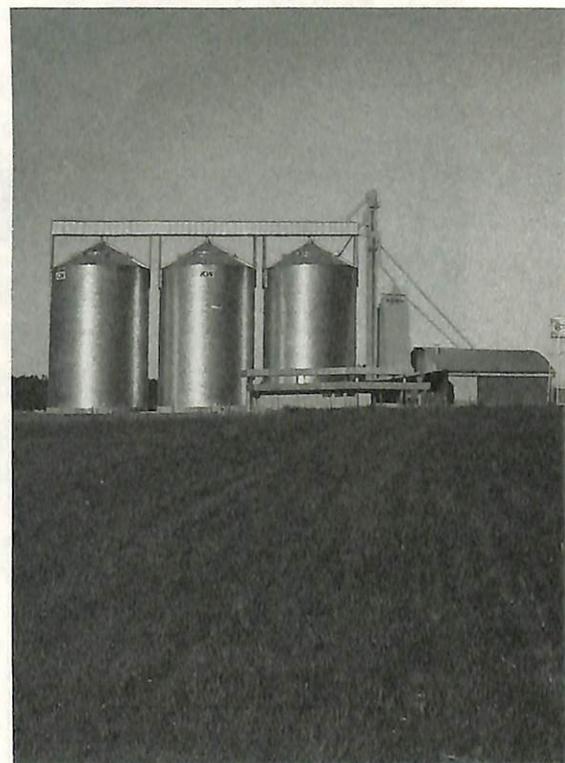
Nos dias 26, 27 e 28 de março, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz-Esalq/USP sedia o II Curso de Defesa da Agricultura, em Piracicaba/SP, promovido pelo Centro Nacional de Pesquisa de Defesa da Agricultura — CNPDA. O evento é aberto a estudantes de Agronomia, bem como outros interessados nesta área, e visa repassar informações técnico-científicas sobre fitossanidade e impacto ambiental na agricultura. Maiores informações com o Setor de Difusão de Tecnologia do CNPDA, pelo fone (0192) 97.1721, ramais 2067 e 2069, com Terezinha Siscaro e Eliana Lima.

No Paraná nasce a Nutris

Para atender o mercado consumidor de ração animal, em breve entrará em operação a Nutris — Tecnologia de Nutrição Ltda, em Quatro Barras/PR. A nova empresa é fruto de uma joint-venture entre a nacional Papeete Ltda e as belgas Radar e Sociedade Belga para Investimentos Internacionais, unidas num projeto que absorveu mais de US\$ 9 milhões. O superintendente da empresa, Mário Toniatti, diz que o projeto visa, inicialmente, atender o mercado com premix, um concentrado de micronutrientes à base de vitaminas e minerais usados na fabricação de ração animal. Nesta primeira fase será, dirigida para a avicultura e suinocultura, onde, no Paraná, existe um plantel de 71 milhões de aves e um rebanho de 3,9 milhões de cabeças de suínos.

Kepler Weber aposta em novas tecnologias para 1991

A Kepler Weber S/A, uma das gigantes na produção e silos no Brasil, de Panambi/RS, entrou 1991 disposta a investir firme na valorização de seus produtos. A empresa já colocou à disposição dos produtores o Agrimaster, um avançado aparelho eletrônico destinado ao controle automático de descarga de secadores da linha KW, em função do percentual de umidade dos grãos e da temperatura do ar de secagem. O departamento de marketing da empresa garante que a sua instalação resulta em economia de combustíveis-energia, melhor aproveitamento da capacidade de secagem, maior uniformidade de saída dos grãos e perfeito e seguro controle do secador, com a prevenção de eventuais incêndios. O aparelho pode ser instalado de dois a três e não exige obras civis adicionais nem alterações no secador convencional.



Movimento da Feira do Fazendeiro

Os chamados leilões de elite, de gado, ou de cavalos de raça, serão iniciados no mês de março. As principais empresas leiloeiras paulistas garantem que seus calendários não sofrerão qualquer mudança. Em março, por exemplo, a Pinheiro Machado confirmou a realização do melhor remate de gado Jersey do País, em 1990, o da Fazenda Uirapuru, promovido pelo empresário e selecionador Pedro de Barros Mott.

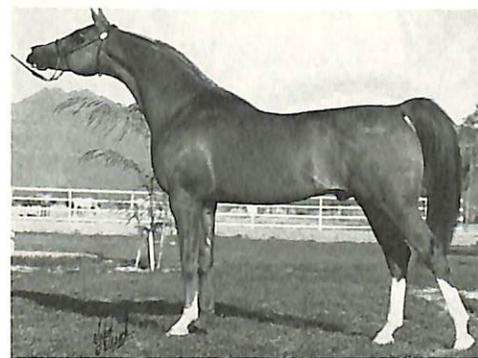
Mas a temporada de vendas de cavalos de serviços e de vacas mestiças e cruzadas já foi aberta no Parque da Água Branca, em São Paulo. Dia 16 de janeiro, o Mercado do Criador colocou em oferta 27 cavalos, entre puros, mestiços e cruzados e sentiu os reflexos da instabilidade econômica e da guerra no Golfo, segundo Ronaldo Cortes, um dos vendedores. O pragão teve um

faturamento de Cr\$ 2,65 milhões e a média ficou nos Cr\$ 150 mil por lote. O Puro-Sangue-Árabe, registrado como o nome de Center HS, foi o destaque individual de preço. Ele saiu por Cr\$ 220 mil para Francisco Assis de Lima.

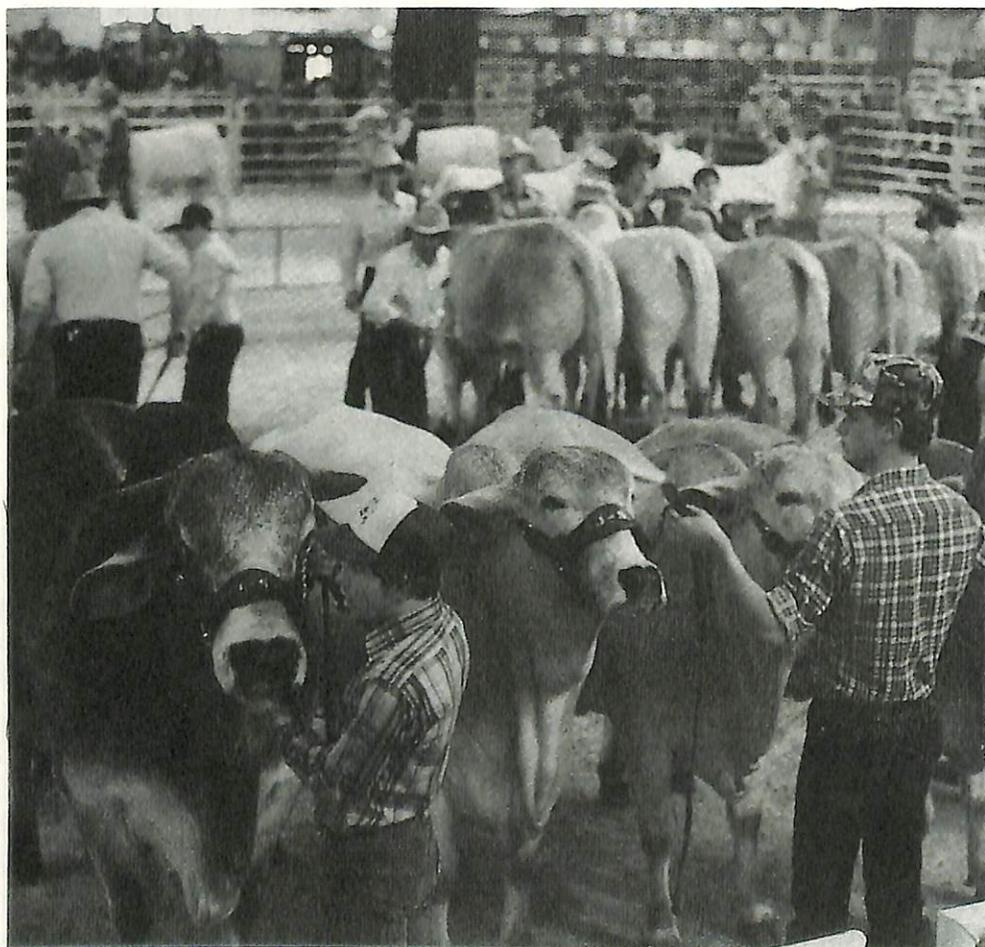
Um dia depois, a primeira Feira do Fazendeiro de 1991, apresentou um bom número de vacas leiteiras em lactação e o resultado geral de negócios agradou o leiloeiro Sebastião Beraldo, proprietário da Embral, empresa organizadora do evento. As 41 fêmeas, entre holandesas e girolandas, saíram por Cr\$ 3,750 milhões. A média deu Cr\$ 91,4 mil.

Bom preço ("para início de temporada") — conseguiu uma vaca Girolanda: Cr\$ 175 mil. As matrizes foram vendidas em cinco parcelas sem juros

ou correção. A Feira do Fazendeiro, promovida todo mês em São Paulo, é um ponto tradicional de venda de vacas leiteiras e seu público é constituído de sitiantes e chacareiros com propriedades próximas do cinturão urbano da Capital.



The World's Best, digno título para um árabe sem defeitos



Texas não é só Dallas

De fevereiro a março, a cidade de Houston apresenta o seu Livestock. É a maior Exposição-Rodeio da América, desenvolvida em 10 hectares cobertos e com ar condicionado. O trabalho voluntário de 7.000 pessoas, em 65 comitês, formam a maior e mais lucrativa das Sociedade Anônima dos EE.UU. Do lucro, US\$ 1,2 milhões são distribuídos em Bolsas para estudantes texanos se especializarem em agropecuária a nível universitário. Para os participantes há US\$ 500.000 para serem distribuídos em prêmios e troféus. Para este ano, os organizadores, esperam a inscrição de 27.000 animais.



Os zebus são os mesmos, o lugar é que difere

Feira do Crioulo

O Núcleo de Criadores de Cavalos Crioulos de 6ª Região da ABCCC programou para os dias 22 e 24 de março a V Feira de Equinos Crioulos de Guaiaba. As categorias serão divididas entre machos e fêmeas incentivo (de seis a 30 meses), ventres a campo, a galpão, bem como machos a galpão. Durante o evento acontecerá o "Remate de Coberturas e Ventres", com o sorteio de duas coberturas de reprodutores famosos entre os compradores. Informações (0512) 30-3579.

Mangalarga do futuro em exposição

O Clube do Cavalo do Estado do Rio de Janeiro realizará, de 2 a 7 de abril, em Itaperuna, a II Exposição Brasileira Especializada de Potros — Futuro Mangalarga Marchador. O presidente da entidade, Ronaldo Pinto de Sá, informa que a mostra contará com a participação de criadores de várias regiões do país.

Guerra no Golfo até agora não afeta os leilões

Apesar do cenário da economia mundial não ser nada favorável — tudo indica que a guerra no Golfo será prolongada — fatores internos estão ajudando a comercialização de gado de corte em praças tradicionais, como Araçatuba, Bauru e Uberaba. O consumo de carne é baixo. Mesmo assim, a arroba do boi gordo encostou nos Cr\$ 4 mil em São Paulo, dia 22 de janeiro, (pagamento entre 15 e 20 dias) e ativou o mercado de cria, recria e engorda pelo interior. Por sua vez, os frigoríficos estão comprando e os criadores aumentam o número de cabeças ofertado. Em Bauru, por exemplo, o primeiro leilão da temporada 91, realizado dia 12 de janeiro, vendeu 621 animais e fez média de Cr\$ 22,7 mil por exem-

plar. Apenas uma semana depois a oferta subiu para 963 animais e a média individual igualmente experimentou um salto, Cr\$ 24,4 mil.

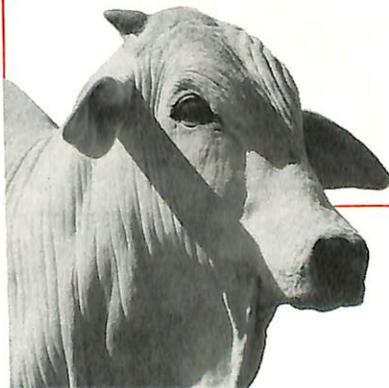
Na praça de Bauru, onde o Nelore predomina na oferta, os resultados médios por categoria, dia 19, foram os seguintes:

Nelore. Médias em Bauru

	Idade em meses	Cr\$
FÊMEAS	5 a 8	14.300,00
	8 a 10	14.700,00
	10 a 12	15.600,00
	12 a 15	13.600,00
	20 a 24	24.700,00
	30 a 36	29.700,00
	+ 36	32.400,00
MACHOS	5 a 8	21.800,00
	8 a 10	25.000,00
	12 a 15	27.500,00
	15 a 18	28.000,00
	18 a 20	28.100,00
	20 a 24	34.000,00
	24 a 30	36.500,00
	30 a 36	39.500,00

Nelore. Médias em Araçatuba

	Idade em meses	Cr\$
FÊMEAS	30 a 36	55.000,00
MACHOS	8 a 10	21.200,00
	12 a 15	27.700,00
	20 a 24	42.000,00
	24 a 30	40.700,00
MACHOS CRUZADOS	5 a 8	16.600,00
	8 a 10	18.500,00
	10 a 12	20.500,00
	12 a 15	19.900,00
	15 a 18	24.100,00
	18 a 20	25.600,00
20 a 24	28.900,00	



Fazendeiro do Pará é o maior comprador em Camaquã

O paraense Antônio Amaral Júnior, proprietário da Fazenda de Deus, em Belém do Pará, foi o grande comprador no Leilão 3 em 1, promovido no dia 19 de janeiro, em Camaquã/RS, pela empresa leiloeira Fausto Crespo Remates. Júnior adquiriu cinco fêmeas da raça Crioula pela importância de Cr\$ 1.197 mil, mais o garanhão "Caballero 30 da Pirangussu", por Cr\$ 400 mil. No total foram vendidos 13 equinos, totalizando Cr\$ 4,48 milhões.

O maior preço foi pago por Mara Corrêa Berta, pecuarista tradicional de Camaquã, e nova criadora de Crioulos, comprando um garanhão Cr\$ 550 mil. Para o leiloeiro Fábio Crespo, apenas neste leilão surgiram dez novos interessados na raça, enquanto no ano passado foram em número de sete os estreates.

Londrina quer faturar na exposição Cr\$ 770 milhões nos remates

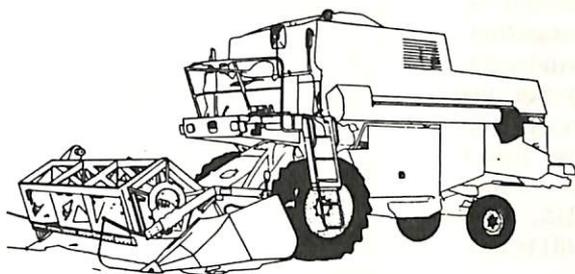
O 45º aniversário da Sociedade Rural do Paraná (SRP) será festejado durante a 31ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, de 5 a 14 de abril. Na oportunidade, serão promovidos 22 leilões entre bovinos, equinos e ovinos das principais raças criadas no Brasil. O presidente da SRP, Luiz Meneghel Neto, espera um volume de comercialização nos remates na ordem de Cr\$ 770 milhões, um valor cerca de 30% superior ao ano passado. Esta projeção, destaca, deve-se ao fato de Londrina ser uma praça atrativa para a compra de animais, em especial de elite.

ESCOLHA SUA COLHEDEIRA

	MODELO	TIPO	RODAGEM	PREÇO
IDEAL	1170	Colheitadeira coxilha		5.779.416
	1170	Colheitadeira arrozeira		5.562.861
	1175	Colheitadeira coxilha		6.384.092
	1175	Colheitadeira arrozeira		6.160.633
	1175	Colheitadeira coxilha turbo		6.714.845
	1175	Colheitadeira arroz. turbo		6.487.969
LAVRALE	3 linhas	Plataforma de milho		1.303.734
	4 linhas	Plataforma de milho		1.666.649
LAVRALE	L300	Coxilha/sem plataforma		5.486.126
	L300	Coxilha/com plataforma		6.315.476
	L300	Arrozeira		6.233.755
LEILA	Leila 2	Esteira		3.200.000
	Leila 2	Roda		2.900.000
	Leila 1	Esteira		2.800.000
	Leila 1	Roda		2.600.000
MASSEY FERGUSON	3640	Colheitadeira grão		5.450.863
	3640	Colheitadeira arrozeira		5.190.673
	5650	Colheitadeira grão		5.939.096
	5650	Colheitadeira arrozeira		5.743.337
	5650	Colheitadeira grão turbo		6.265.471
	5650	Colheitadeira arroz. turbo		6.070.462
	1134	Plataforma de milho		1.187.436
	1144	Plataforma de milho		1.526.087

	MODELO	TIPO	RODAGEM	PREÇO
NEW HOLLAND	8040	Arroz irrigado		7.598.770
	8040	Trigo e soja		7.911.279
	8040	Arroz sequeiro		7.791.799
	8055	Arroz irrigado		8.872.486
	8055	Trigo e soja		9.174.303
	8055	Arroz sequeiro		9.094.079
SANTA MATILDE	5105			92.929.21 *
	1200			87.339.02 *
SLC	6200	Versão básica (S/PC)		6.780.234
	6200 turbo	C/motor turbo (S/PC)		7.467.951
	6200 hydro/4	Transmissão hidr. (S/PC)		8.294.495
	6200 hydro/4 turbo	Turbo/hidrost. (S/PC)		8.982.209
	6200	Versão arrozeira (S/PC)		6.752.942
	6200 turbo	Com motor turbo (S/PC)		7.440.654
	6200 hydro/4	Transmissão hidr. (S/PC)		8.267.199
	6200 hydro/4 turbo	Turbo/hidros. (S/PC)		8.954.913
	Série 200	Plataformas		
	PC 213	Corte 13 pés rígida		1.657.626
	PC 216	Corte 16 pés rígida		1.675.037
	PC 213	Corte 13 pés flexível		1.749.067
	PC 216	Corte 16 pés flexível		1.769.406
		Controle aut. p/flexível		309.362.60
	PM 3209	P/milho 3 linhas regul.		2.134.784
PM 4209	P/milho 4 linhas regul.		2.903.403	
CE 6200	Conjunto de esteiras 5R		2.179.926	

*BTNF



OBSERVAÇÕES:

- 1) Os preços são posto-fábrica, fornecidos em janeiro
- 2) Preços para as regiões Sul e Sudeste
- 3) Santa Matilde: preços em BTNF

RECORTE AQUI



Assine **JÁ!**

a granja

A REVISTA DO LÍDER RURAL

GANHE **GRÁTIS** **a granja** ANO



ENVIE HOJE MESMO SEU CUPOM

IMPORTANTE

PREÇO DA ASSINATURA 2 ANOS

Cr\$ 13.200,00

NÃO MANDE DINHEIRO AGORA!

Preencha hoje mesmo este cupom, e coloque-o no Correio. Em 30 dias você estará recebendo A Granja.

OPÇÃO DE PAGAMENTO (MARQUE COM X)

1 x 13.200,00 ou

1 x 6.600,00
1 x 7.600,00

NOME

ENDEREÇO

BAIRRO

CEP

CIDADE

ESTADO

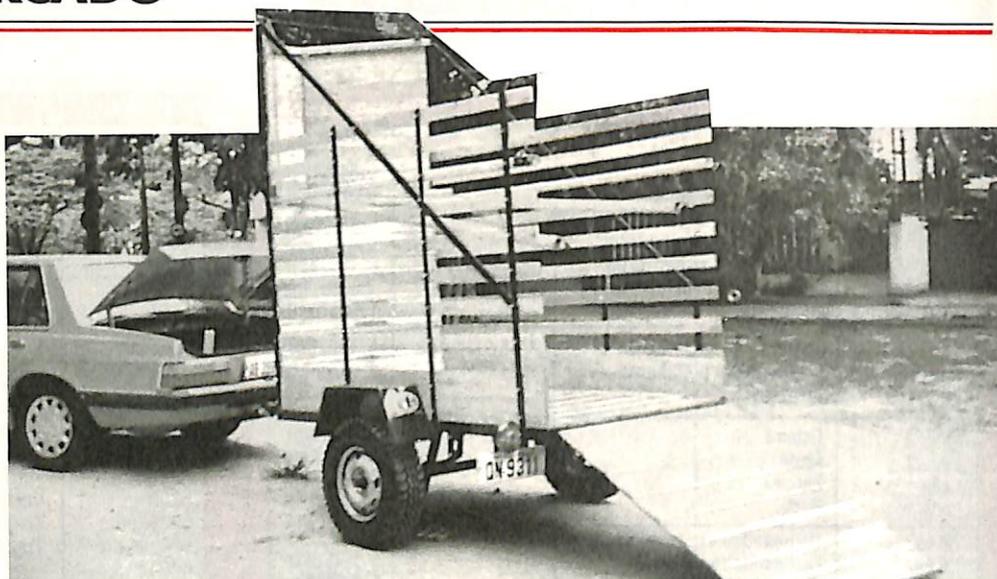
TELEFONE

DATA / /

Assinatura

NOVIDADES NO MERCADO

■ **Carreta** — Própria para transportar animais, é fabricada em madeira de lei tratada, impermeabilizada e envernizada. Tem capacidade de suportar até 800 quilos, sendo robusta e, ao mesmo tempo, leve, permitindo ser traçada até por carros de passeio. Possui um sistema especial patenteado para prender o animal, rampa escamoteável para subida e descida, alojamento para proteção da cabeça etc. **Berco Acessórios Ltda**, rua Alvorada, 259, CEP 04550, Vila Olímpia, São Paulo/SP, fone (011) 535-1118.



■ **Medicamento** — A Pfizer está comercializando novamente o Blo-Trol, tradicional produto para o tratamento do timpanismo (meteorito, empazamento) dos ruminantes (bovinos, caprinos e ovinos). Aplicação por via oral, diluído em água, ou por injeção direta no rúmen. **Laboratórios Pfizer Ltda — Divisão Agropecuária** — rodovia Presidente Dutra, km 225, CEP 07010, Guarulhos/SP, fones (011) 208-8022 e 208-8244.



ISR - 49-016/78

CT/PAE
DR/RS

CARTA-RESPOSTA COMERCIAL

Não é necessário selar

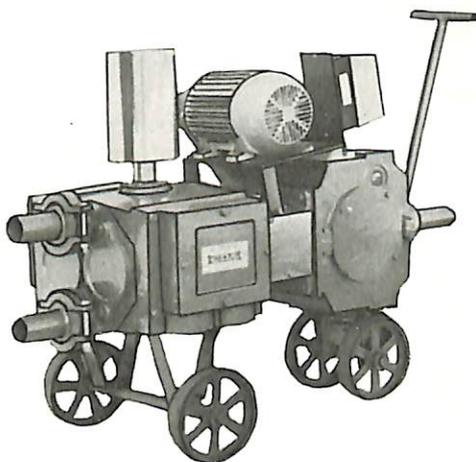


O selo será pago por
EDITORA CENTAURUS

90099 — PORTO ALEGRE — RS

■ **Alimentação animal** — O Ipifosc é um fosfato bicálcico produzido especialmente para a formulação de rações balanceadas e suplementos minerais. É desfluorizado. Níveis de garantia do produto: cálcio (máximo), 25%; Fósforo (mínimo), 10%; flúor (máximo), 0,18%; umidade máxima, 3,5%. **Fertisul S/A — Ipiranga — Nutrição Animal**, rua dos Andradas, 1001, 8º andar, CEP 90020, Porto Alegre/RS, fone (0512) 25-0611.

■ **Microtator** — Fabricado em dois modelos: O MTS 320 e o MTS 480. Possui motor Yanmar, à gasolina; caixa de câmbio com dois regimes de trabalho, com seis velocidades à frente e duas à ré; peso de 320kg; embreagem dupla, através de disco de fricção; tomada de potência dianteira e traseira totalmente independente, com acionamento mecânico por alavanca. Acessórios, roçadeira, carreta de transporte e cultivador rotativo. Semeato S/A, av. Presidente Vargas, 3800, CEP 99060, Passo Fundo/RS, fone (054) 313-4744.

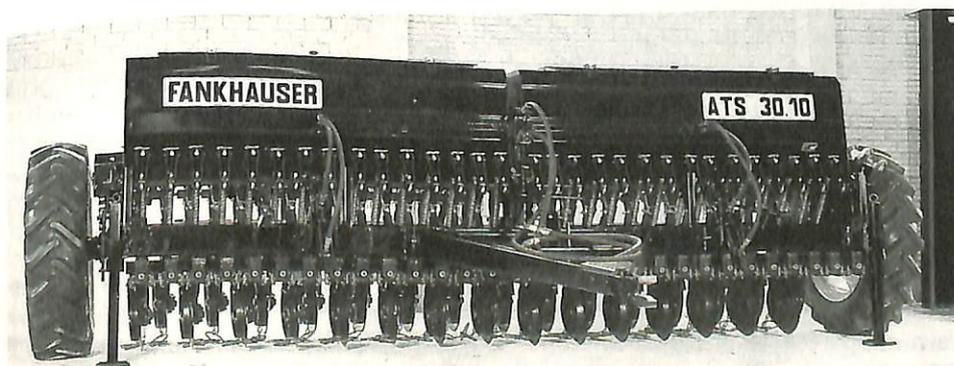


■ **Bomba para mosto** — A bomba EDA BPM 25 é de dois pistões e de dupla ação para líquidos de qualquer viscosidade. De construção robusta, o mecanismo de funcionamento com engrenagens helicoidais e rolamento de esferas em banho de óleo, completamente isolado do corpo de bomba, associados ao seu exclusivo sistema de vedação com gaxetas especiais, garantem baixa manutenção e economia. De Antoni S/A, rua Moreira César, 902, caixa postal 1326, CEP 95030, Caxias do Sul/RS, fone (054) 224-1655.



■ **Cordoalha** — A Belgo-Mineira lança o Cordão de 250 metros, ideal para o pecuarista que precisa completar a metragem no uso de cordoalhas de aço para currais, evitando o desperdício de materiais. Com um enrolamento que facilita o manuseio e o transporte — o

rolo pesa 50kg —, o Cordão 250m integra-se à linha de cordoalhas de currais comercializada pela empresa. Cia. Siderúrgica Belgo Mineira, av. Carandaí, 1115, caixa postal 15, CEP 30134, Belo Horizonte/MG, fone (031) 219-1122.



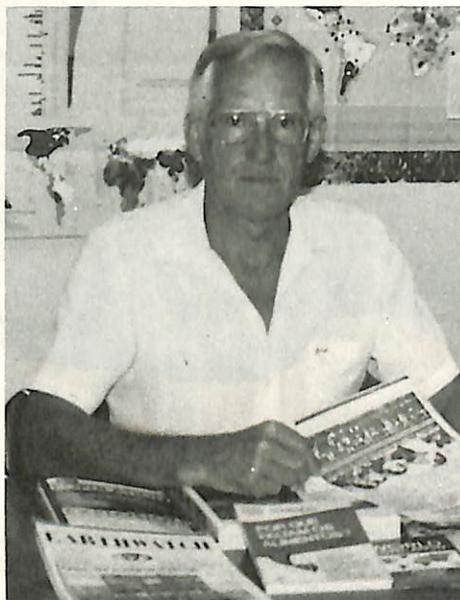
■ **Semeadeira-adubadeira** — O modelo ATS 30.10 é recomendado para uso em lavouras de grande extensão, no plantio convencional de arroz, trigo e soja. Tem 30 linhas para o plantio de arroz, 10 linhas para soja, com uma largura útil de 3,90m. A capacidade de adubação alcança 850kg. Indústria de Máquinas Agrícolas Fankhauser Ltda, av. Mauá, 1092, CEP 98940, Tuparendi/RS, fone (055) 543-1108.

A bomba pode explodir

Os alimentos hoje existentes no planeta são suficientes para nutrir os 5,3 bilhões de habitantes baseados em uma dieta puramente vegetal. Como é difícil o homem viver somente de vegetais, temos a dura realidade: um bilhão de pessoas come demais e ainda devora um terço dos cereais do mundo transformados em carne, leite e ovos. Três bilhões recebem o suficiente para comer: Porém, carne, poucas vezes entra em seu cardápio. Um bilhão é faminto. Os trezentos milhões restantes são tão desnutridos que morrem de fome às vezes até em plena rua.

Antes da segunda guerra mundial, o comércio internacional de alimentos era modesto e só a Europa era importadora de alimentos, enquanto a Ásia, América Latina e África eram todos exportadores junto aos EUA. Hoje, a situação está completamente invertida: a Europa com seu crescimento populacional zerado, está nadando em alimentos e os outrora exportadores estão cada vez mais dependentes da importação de alimentos e, irresponsavelmente, colocam no mundo, a cada ano, mais 80 milhões de bocas famintas para alimentar. A cada ano a agricultura mundial precisa produzir para mais 95 milhões de bocas utilizando 26 bilhões de toneladas de solo fértil a menos — uma perda equivalente ao solo que cobre toda área de produção de trigo da Austrália. Precisamos manter nossas exportações sob pena de perdermos os mercados já conquistados.

De acordo com dados da UNICEF, morrem por dia mil crianças menores de 4 anos no Brasil. A diarreia mata 6 crianças por hora no Brasil, pois temos cem milhões de patricios sem rede de esgotos. A miséria atinge 17 milhões dos jovens, cuja renda familiar é inferior a 2 salários mínimos. Há 15 anos tínhamos 400 mil mães com idade entre 15 e 19 anos. Hoje temos mais de 1 milhão de mães adolescentes. Também somos o país que apresenta o maior número de prostitutas adolescentes da América Latina. São 500 mil.



Prof. Egon Nort é presidente da Fundação População e Desenvolvimento, e autor do livro: Por que Faltam os Alimentos? Causas e Soluções Viáveis, 3ª edição.

É espantoso que ainda não temos uma política populacional cujo problema ameaça o país de uma forma inelutável. Já é tempo de o governo cumprir o disposto no artigo 226, parágrafo 7º da Constituição sobre planejamento familiar. O declínio da fecundidade verificada no Brasil a partir dos anos 70 não significa a solução definitiva e espontânea do problema demográfico brasileiro. Ainda acrescentamos 3 milhões de brasileiros a cada ano. O mais dramático é que dois milhões e quinhentos mil são carentes!

O governo deve apoiar a agricultura e a indústria de alimentos que representa a maior força geradora de empregos e ocupa o maior número de trabalhadores em todo o Brasil e ainda tem o maior índice de estabelecimentos — são 20 mil ao todo. Este setor emprega muito, importa pouco e exporta cada vez mais, e gera o maior volume de ICMS do país. Precisamos de milhares de novos empreendedores para que a fatura apareça! A principal causa deve ser debitada aos governos que há mais

de 30 anos foram advertidos da bomba demográfica que agora explodiu. O governo, ao cruzar os braços para o “laissez-faire” demográfico, torna-se o maior culpado, e nos últimos anos tem sido incapaz de corrigir a maior injustiça social brasileira: a classe média e rica planeja sua família — vasectomia, ligadura de trompas ou, no desespero, um aborto científico; tudo está ao seu alcance.

Ao pobre são negados os acessos aos métodos científicos de anticoncepção. Ele não tem dinheiro para pagar. O governo e a sociedade não o assistem com a eficácia e urgência que o momento exige. Eis o trágico saldo desta displicência: 3 a 5 milhões de abortos clandestinos por ano. E estima-se também que 40 mil mulheres morrem em consequência das complicações anualmente. Um terço dos filhos nascem por engano e são rejeitados pelos pais, pois não eram desejados. Os bilhões de cruzeiros que a sociedade gasta hoje em escolas e paternalismos, que nada mais fazem que alimentar a miséria, devem ser desviados para a implantação de serviços de planejamento familiar científico e seguro.

O Brasil tem a maior concentração de renda do mundo. Se não quisermos a repartição desta pela violência, é bom lembrar que além das medidas fiscais, a democratização do capital é um bom negócio para todos. Ao invés de solicitar a aplicação de dinheiro a juros, os trabalhadores e toda sociedade brasileira devem ser convidados a serem acionistas de todas as empresas brasileiras.

É por estas razões que nenhum presidente da República e nenhum ministro da Agricultura consegue alimentar 150 milhões de brasileiros sem levar em conta a componente do crescimento demográfico desordenado. Todos que cruzarem os braços, ou tentarem remediar a péssima situação com mais escolas e paternalismos, estarão contribuindo para uma próxima “Queda da Bastilha” brasileira.



Por trás do desenvolvimento desta marca, está chegando a mais nova e moderna indústria de premix da atualidade.

Com tecnologia européia, a NUTRIS se antecipa, trazendo um novo padrão de qualidade em produtos e serviços na área da nutrição animal.

NUTRIS®

TECNOLOGIA

KW

GANHA MAIS QUEM LARGA NA FRENTE

Quando você opta por equipamentos KW, está dando a partida para a evolução de sua safra com a utilização da mais moderna tecnologia, o que vai lhe proporcionar maior rentabilidade.

Com as instalações KW para limpeza, movimentação, secagem e armazenagem de cereais, você não tem perdas de grãos. Além de saírem limpos e com o teor de umidade desejado, podem ficar armazenados por muito mais tempo, aguardando a época mais oportuna para comercialização e contribuindo para uma melhor distribuição dos alimentos, nas entressafras.

Neste início de ano, você já pode contar com uma nova linha de produtos de última geração. Eles foram desenvolvidos especialmente para trabalharem com menor consumo de energia elétrica na motorização, menor consumo de combustível, melhor aproveitamento do espaço físico e obra civil. Estes itens, aliados às maiores capacidades de processamento de cereal que estes novos produtos apresentam, colocam você e sua safra na esteira da eficiência e da competitividade. Invista em seu negócio, opte pela tecnologia Kepler Weber.

SECADORES CONTÍNUOS DE FLUXO MISTO

Modelos KW-115/R, 215/R, 315/R e 330/R, com capacidades de secagem de 20, 40, 60 e 100 t/h. Moderno processo de funcionamento que resulta em economia de cerca de 18% de combustível (lenha ou casca de arroz), diminuição de aproximadamente 33% no consumo de energia elétrica (KWh), maiores opções de layout e menor poluição atmosférica.

SILO METÁLICO A-200

Com diâmetro de 60m e altura de 20m, o Silo A-200 com fundo plano possui uma capacidade estática de cerca de 15.000t de grãos. Já o modelo com base em forma de tronco de cone pode armazenar até 20.000t. Verdadeira inovação tecnológica, o Silo A-200 representa o menor custo por tonelada armazenada.

MÁQUINA DE PRÉ-LIMPEZA PL-1204

Moderna e compacta, ocupando a mesma área e obra civil, produz o equivalente a três máquinas convencionais. Especialmente indicada para pré-limpeza de trigo, soja e milho.

AGRIMASTER

Avançado aparelho eletrônico que executa com absoluta precisão o controle automático da descarga de secadores KW, em função do percentual de umidade dos grãos e da temperatura do ar de secagem.

KIT DE TRANSFORMAÇÃO DE SECADORES KW

A tecnologia de ponta obtida pela Kepler Weber na sua nova linha de secadores pode ser aproveitada, também, nos modelos convencionais KW-15, 25, 40 ou 65, proporcionando os mesmos benefícios da Linha KW-R.

PRAZOS DE ENTREGA GARANTIDOS • ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TODO O PAÍS • VENDAS POR CONSÓRCIO

KEPLERWEBER

SUA SAFRA MERECE ESTA MARCA

Panamby: Fone (055) 375-2322 - Porto Alegre: Fone (0512) 41-1044 - Cascavel: Fone (0452) 23-0323 - São Paulo: (011) 288-2122
Campo Grande: Fone (067) 382-3013 - Cuiabá: Fone (065) 322-0396 - Goiânia: Fone: (062) 241-2152